

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Liziane Fátima Prichoa De Marchi

**A AGROPECUÁRIA E OS FATORES MEDIADORES PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO SOBRE A
AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE DIANÓPOLIS/TO**

Taubaté – SP
2023

Liziane Fátima Prichoa De Marchi

**A AGROPECUÁRIA OS FATORES MEDIADORES PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO SOBRE A
AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE DIANÓPOLIS/TO**

Dissertação apresentada na Defesa, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Moacir José dos Santos
Coorientador: Prof. Dr. Edson Trajano Vieira.

**Taubaté – SP
2023**

**Ficha catalográfica elaborada pelo
SIBi – Sistema Integrado de Bibliotecas / UNITAU**

M317a Marchi, Liziane Fátima Prichoa de
A agropecuária e os fatores mediadores para o
desenvolvimento sustentável: um estudo sobre a agricultura
familiar no município de Dianópolis/TO - Liziane Fátima Prichoa de
Marchi. -- Taubaté : 2023.
118 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Taubaté,
Departamento de Gestão e Negócios, 2023. Orientação: Prof. Dr.
Moacir José dos Santos, Coorientação: Edson Trajano Vieira
Departamento de Gestão e Negócios.

1. Agricultura familiar - Brasil. 2. Agropecuária. 3.
Planejamento regional. I. Título.

CDD - 338.0981

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meu esposo César, aos meus filhos Eduardo e Ana Clara, a minha mãe Clara, meu pai Ladislau (*in memoriam*) e aos meus irmãos Leandro, Leonel, Luciane e Leonardo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida! Obrigada, Senhor!

Agradeço a minha mãe, minha maior incentivadora nos estudos.

Agradeço ao meu companheiro e esposo César, pelo incentivo e paciência.

Agradeço aos meus filhos, Eduardo e Ana Clara, pela paciência nas vezes em que precisei me ausentar.

Agradeço de forma especial, a minha amiga Beatriz Cilene Mafra pela insistência e confiança na minha capacidade.

Agradeço aos meus amigos de forma geral.

Aos colegas de Mestrado pelo apoio desprendido durante esta jornada.

À UNITAU por ofertar ao Brasil Profundo a oportunidade de adquirir mais conhecimentos através do Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Obrigada a todos!

RESUMO

A procura por alimentos saudáveis, atualmente, apresenta uma relação direta entre nutrição, saúde, bem-estar físico e mental. Esses alimentos livres de agrotóxicos, em sua maioria, são produzidos pelos pequenos produtores. O município de Dianópolis está localizado na Região Sudeste do estado do Tocantins, e apresenta desafios quanto ao desenvolvimento local por encontrar-se em uma região com estiagens prolongadas, fator que interfere na sua principal atividade econômica, a agropecuária. A presente dissertação tem como objetivo principal investigar quais são as estratégias agropecuárias adotadas pelos órgãos do município e pelo estado para atender aos pequenos produtores rurais da agricultura familiar, que contribuem para a promoção do desenvolvimento local. O estudo utilizou os procedimentos da pesquisa bibliográfica qualitativa, que serviu de orientação para a uma abordagem exploratória, utilizou-se da análise documental e pesquisa de campo, com aplicação de questionário com perguntas fechadas aos produtores da agricultura familiar local, e entrevistas com os gestores da agropecuária. Por meio da pesquisa, identificou-se que apesar de representatividade econômica do setor agrícola no município de Dianópolis/TO e o estímulo em continuar a atividade, a agricultura familiar encontra dificuldades com a falta de assistência técnica, e principalmente, com a falta de políticas públicas locais que fomentem as necessidades desse setor, motivo pelo qual os sujeitos se sentem esquecidos num contexto social, econômico e ambiental.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Agropecuária. Desenvolvimento regional. Políticas públicas. Planejamento.

ABSTRACT

The search for healthy foods currently has a direct relationship between nutrition, health, and physical and mental well-being. Most of these pesticide-free foods are produced by small producers. The municipality of Dianópolis is in the Southeast region of the State of Tocantins, and presents challenges in terms of local development, as it is in a region with prolonged droughts, a factor that interferes with its main economic activity, which is agriculture. The main objective of this dissertation is to investigate which agricultural strategies are adopted by municipal bodies and the state to serve small rural producers in family farming, which contribute to the promotion of local development in that municipality. The study used qualitative bibliographical research procedures, which served as guidance for research with an exploratory approach, using documentary analysis and field research, with the application of a questionnaire with closed questions to local family farming producers and interviews with farm managers. agriculture. Through research, it was identified that despite the economic representation of the agricultural sector in the municipality of Dianópolis/TO and the encouragement to continue the activity, family farming encounters difficulties with the lack of technical assistance, and mainly, with the lack of policies public institutions that foster the needs of this sector, which is why people feel forgotten in a social, economic, and environmental context.

Keywords: Family farming. Agriculture. Regional development. Public policy. Planning.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 - Produto Interno Bruto (PIB) por Setores.	20
Figura 2 - Recorte geográfico da pesquisa.....	51
Figura 3 - Área plantada de soja no Estado do Tocantins.	55

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Roteiro da entrevista.	46
--	----

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento Humano do município de Dianópolis.....	53
Tabela 2 – Indicadores econômicos do município de Dianópolis/TO, 2014 e 2020. .	53
Tabela 3 – Atividade Agrícola Dianópolis/TO.	54
Tabela 4 – Atividade Agrícola Dianópolis/TO.	55
Tabela 5 – Programas sociais rurais de Dianópolis/TO.....	62
Tabela 6 – Terceirização da agricultura familiar em Dianópolis/TO.....	64
Tabela 7 – Registros de terceiros pela agricultura familiar de Dianópolis/TO.....	64
Tabela 8 – Acesso dos agricultores familiares de Dianópolis/TO a financiamentos. .	65
Tabela 9 – Renda familiar total por categoria salarial.....	67
Tabela 10 – Representação de gênero masculino e feminino na agricultura familiar em Dianópolis/TO.	68
Tabela 11 – Local de residência dos agricultores familiares de Dianópolis/TO.	69
Tabela 12 – Frequência na zona urbana.....	70
Tabela 13 – Etnia do agricultor familiar em Dianópolis/TO.....	71
Tabela 14 – Propriedade do agricultor familiar de Dianópolis/TO.....	72
Tabela 15 – Meios de locomoção do agricultor familiar de Dianópolis/TO.....	73
Tabela 16 – Tipo de veículo do agricultor familiar de Dianópolis/TO.	73
Tabela 17 – Tamanho da propriedade.	74
Tabela 18 – Processamento do agricultor familiar de Dianópolis/TO que agregam valor.....	75
Tabela 19 – Estímulo do agricultor familiar de Dianópolis/TO para continuar na atividade.	76
Tabela 20 – Serviço de Inspeção Municipal.	77
Tabela 21 – Agricultor familiar de Dianópolis/TO participantes de programas de apoio.	82
Tabela 22 – Participação do agricultor familiar de Dianópolis/TO em associação. ...	83

LISTA DE SIGLAS

CEPEA	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
COVID-19	Coronavírus
DHAA	Direitos Humanos à Alimentação Adequada
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrícola
OCB	Sistema Organização das Cooperativas Brasileiras
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSPP	Programa de Análise Estatística para Dados Amostrais
RURALTINS	Instituto de desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins
SEAGRO	Secretaria de Estado do Agronegócio e Empreendedorismo Rural
SEPLAN	Secretaria de Planejamento e Orçamento do Tocantins
SIPA	Sistema de Integração Produção Agropecuária
UNITAU	Universidade de Taubaté

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 Problema de pesquisa.....	13
1.2 Objetivos	14
1.2.1 Objetivo Geral	14
1.2.2 Objetivos Específicos	14
1.3 Delimitação do estudo	15
1.4 Relevância do estudo.....	16
1.5 Organização do trabalho.....	17
2. REVISÃO DA LITERATURA	18
2.1 Agronegócio e a Agricultura Familiar	18
2.1.1 Agricultura familiar/agricultor familiar.....	22
2.2 Desenvolvimento socioeconômico, regional, sustentável e local	25
2.2.1 Desenvolvimento Socioeconômico.....	25
2.2.2 Desenvolvimento regional	28
2.2.3 Desenvolvimento Sustentável	31
2.2.4 Desenvolvimento local e os fatores mediadores para a criação de Políticas Públicas de amparo à agricultura familiar.....	39
3. MÉTODO	45
3.1 Tipo de pesquisa	46
3.2 População e amostra.....	47
3.3 Instrumentos	48
3.4 Plano para coleta de dados	48
3.5 Plano para análise de dados.....	49
3.6 Aspectos Éticos.....	49
3.6.1 Tamanho da amostra	49
3.6.2. Critérios de inclusão.....	50
3.6.3. Critérios de exclusão	50
3.6.4. Riscos	50
3.6.5. Benefícios	51
3.6.6. Critério de encerramento ou suspensão da pesquisa.....	51
3.7 Área de realização	51

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	56
4.1 Processo histórico da Região de Dianópolis/TO	57
4.2 Análise da Agropecuária familiar e desenvolvimento de Dianópolis/TO	60
4.3 Análise do perfil socioeconômico do público estudado	67
4.4 Análise do Desenvolvimento local em Dianópolis/TO	75
4.5 A agricultura familiar como promoção do Desenvolvimento	
Sustentável.....	80
4.6 Análise da gestão das políticas públicas para os pequenos produtores	
rurais no município de Dianópolis/TO	84
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS	90
APÊNDICES	105
ANEXOS.....	113

1. INTRODUÇÃO

A oferta de alimentos em quantidade e qualidade é, atualmente, uma das maiores preocupações mundiais. O aumento populacional e o rápido processo de urbanização demandam por uma maior produção de alimentos. Segundo o portal da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, no Brasil, a população dos centros urbanos consome 80% dos alimentos produzidos. Destaca ainda, a responsabilidade das cidades em estabelecer uma gestão do sistema urbano para garantir melhores soluções para a alimentação local (EMBRAPA, 2023).

O incentivo à agropecuária local se apresenta como uma alternativa para atender essa demanda por alimentos, bem como para promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental de forma sustentável.

Para isso, precisa-se planejar o desenvolvimento, tanto no contexto regional como local, pois os governantes podem construir políticas públicas a partir dos fatores endógenos que caracterizam o desenvolvimento local, para, então, inovar nos processos que alinham os recursos naturais com o desenvolvimento (Oliveira, 2017).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) trata-se de um conjunto de metas para a humanidade, que visam combater desigualdades, pobreza, proteger o meio ambiente e outros. Os ODS foram discutidos e propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, para que sejam atendidos até o ano de 2030. No Brasil, estima-se que apenas o Objetivo de número 07 possa ser alcançado, o qual se trata de Energia Limpa e Acessível (Pacto Global, 2023).

Para Montibeller-Filho (2008), definir o Desenvolvimento Sustentável requer delimitação acerca do que se deseja estudar em um conceito amplo, identificar qual grupo social está inserido no contexto, e assim, alcançar eficiência econômica para atingir a máxima social e ambiental.

O conceito de sustentabilidade é multifacetado e requer uma abordagem interdisciplinar para ser compreendido e implementado. Para garantir que o desenvolvimento seja sustentável, é necessário considerar a interação entre os aspectos econômicos, sociais e ambientais do desenvolvimento. Segundo Turra e Lima (2018), somente uma abordagem integrada pode garantir que todos os aspectos da sustentabilidade sejam abordados de maneira eficaz.

A agricultura familiar é uma estratégia fundamental para o desenvolvimento sustentável e que atende o ODS 2, pois se adequa aos princípios da sustentabilidade, combinando produção econômica, equidade social e conservação ambiental. Segundo Damasceno, Khan e Lima (2011), é uma forma de agricultura praticada por famílias em pequenas propriedades rurais, na qual a gestão da terra e dos recursos naturais é feita de forma integrada, baseada em práticas agroecológicas e em uma relação profunda com o território.

Segundo alguns estudos, os agricultores, em sua maioria, possuem uma pequena quantidade de terra e precisam unir atividades agrícolas e não agrícolas para elevar sua renda (Bezerra; Schindwein, 2017). Estes mesmos autores salientam que “num contexto de desenvolvimento local/regional, é importante dar mais atenção à agricultura familiar, deixar de vê-la como ‘agricultura de subsistência’ e enxergar nela o seu potencial de inserção produtiva e de mercado” (p.13).

No Tocantins, 50% das terras destinadas a atividade agrária são de agricultores familiares, cerca de 42 mil famílias espalhadas em 540 assentamentos, geram cerca de 120 mil empregos, respondendo por 40% do valor total da produção agrícola, segundo dados IBGE, MDA e SEAGRO (SEAGRO, 2021).

O município de Dianópolis, localizado na região sudeste do estado do Tocantins, tem história de ocupação desde o século XVIII, nesse período colonial a economia local estava ligada à extração mineral de metais preciosos (ouro). A região tinha como característica principal a ocupação de pessoas negras, que eram escravizadas pelos donos de lavras, e essa era a base econômica local (Apolinário, 2002).

Aires (2020) historiador local, salienta que no início do século XIX “com o esgotamento das minas expande a agropecuária, estimulada pelo agradável clima, as pastagens de agreste e as abundantes e puríssimas águas” (p. 172). Desde então, acontece a expansão agrícola no estado e, no município de Dianópolis/TO.

Borges, Vieira e Santos (2013) apontam que a criação de novas unidades da federação configura estratégia para elevar os investimentos públicos e, conseqüentemente, atrair capital privado necessário ao desenvolvimento regional, caso em que se insere o estado do Tocantins, último criado no País.

Em estudo sobre o crescimento e desenvolvimento econômico regional, após criação do estado do Tocantins os autores Borges, Vieira e Santos (2013) apontam a importância dos indicadores socioeconômicos, que aliados à gestão e planejamento, configuram tecnologias sociais, e permitem superar os desafios para alcançar o desenvolvimento. E pontuam que, “as tecnologias sociais são fundamentais para que o homem possa ocupar o espaço da melhor maneira possível, principalmente para ensejar uma sociedade mais equânime” (p.115).

Diante das perspectivas de crescimento e potencial de desenvolvimento do Tocantins o presente estudo tem como objeto as pequenas propriedades rurais do município de Dianópolis/TO, local com histórico de conflitos territoriais e a agropecuária como representatividade econômica que justifica traçar um planejamento estratégico para o desenvolvimento local.

Além de elencar os ODS, destacam-se o ODS 2, a qual visa: “acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição, reduzir as desigualdades e promover a agricultura sustentável” (s/p); e o ODS 8, sobre trabalho decente e crescimento econômico, que objetiva: “promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos” (s/p).

O Tocantins possui característica de produção agrícola em grande escala – o agronegócio – e o município de Dianópolis/TO em particular possui uma área significativa de 16.510 ha de plantio de soja, e 9.900 ha de milho, produtos na sua maioria destinados à exportação (IBGE, 2022). Porém, a produção do agricultor familiar atende grande parte da demanda local por alimentos, vez que a maioria dos municípios do estado são de pequeno porte, o que demonstra a representatividade econômica e social da produção da agricultura familiar local.

No entanto, o agricultor familiar de Dianópolis/TO encontra entraves como a falta planejamento com metas de gestão social e participativa, inclusive dos atores locais, que necessitam de políticas públicas que intercedam com o conhecimento técnico a serviço da sociedade e instituem uma política do que fazer e como fazer.

A dinâmica dos pequenos produtores depende de políticas públicas para manter as suas atividades rurais, conforme salienta Henig e Santos (2016, p. 259) que “a escolha por parte dos trabalhadores em permanecer, investir, ou sair da agricultura

depende, entre outros fatores, de políticas públicas fortes voltadas para essa atividade, consolidando-a com meio possível de reprodução social”.

Neste contexto, destaca-se a importância de investimentos com a aplicação de recursos municipais, estaduais e federais, para que os produtores da agricultura familiar possam desenvolver suas atividades agrícolas de forma comercial. Além de serem vistos como protagonistas de soluções, relacionados à melhoria do emprego, renda e da qualidade de vida local e ainda a preservação ambiental, como consequência, promovem o desenvolvimento local e regional nos pilares econômicos, sociais e ambientais.

1.1 Problema de pesquisa

A construção de uma política para pequenos agricultores ainda é um processo relativamente novo no Brasil, tem-se como exemplo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que tem como objetivo o fortalecimento da agricultura familiar e o empreendedorismo através do financiamento de atividades, voltado para a melhoria das práticas da agricultura relacionada à economia e ao desenvolvimento sustentável (EMBRAPA, 2023).

O estado do Tocantins é o mais novo ente da federação do Brasil, criado em 1989 após a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, no mesmo ano. O movimento separatista surge dos conflitos existentes, em uma região de miséria e vulnerabilidade social, e tem como característica principal a atividade voltada para a agricultura e a relação com a terra (Alves, 2009).

Dá-se a importância ao município de Dianópolis, pois este já foi palco de outros programas do governo Federal em parceria como o estadual, com a criação do Projeto de Irrigação Manoel Alves, que teve como intuito minimizar os efeitos do clima seco com as estiagens prolongadas na região, aumentar a geração de emprego e melhorar a qualidade de vida da população local. Este projeto foi criado em 2008 na busca por amenizar as diferenças socioeconômicas na região (Bezerra, 2020).

Compreende-se a importância em analisar a dinâmica que se insere o município de Dianópolis/TO no processo de desenvolvimento regional, e se apresenta

nos indicadores políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, para garantir o desenvolvimento local.

Destaca-se assim, o agricultor familiar que reside na pequena propriedade do município de Dianópolis/TO, produz seu próprio alimento, e atende à demanda por produtos nas feiras e no comércio local, com as olerícolas em geral, mandioca e seus derivados a exemplo da tapioca, a farinha de mandioca (muito consumida na região), além de frutas e seus derivados, doces e óleos considerados medicinais das plantas nativas como buriti, murici e pequi.

Nesse sentido, uma análise sobre a realidade do agricultor familiar local orienta à pergunta que norteia esse estudo: como a atividade do agricultor familiar está estruturada como vetor do desenvolvimento sustentável no município de Dianópolis/TO?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta dissertação é identificar as estratégias agropecuárias adotadas para atender às necessidades do agricultor familiar relacionadas a promoção do desenvolvimento sustentável no município de Dianópolis/TO.

1.2.2 Objetivos Específicos

Relacionados ao objetivo geral, foram propostos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar os agricultores familiares do município de Dianópolis/TO e quais as atividades desenvolvidas por eles;
- Verificar as estratégias adotadas para atender os agricultores familiares no município de Dianópolis/TO que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável;
- Identificar os principais fatores intervenientes ao desenvolvimento sustentável por meio da agropecuária no município de Dianópolis/TO.

1.3 Delimitação do estudo

Segundo Brandão (2019, p. 08) é incontestável as desigualdades regionais brasileiras, e que, “as marcas da desigualdade e da diversidade estiveram reiteradamente presentes na formação e no desenvolvimento do país em sua dimensão territorial”. Esta realidade não poderia ser diferente para o estado do Tocantins, que integra 139 municípios em uma área de 277.720,6 km², e faz parte da Região Norte do Brasil e da Amazônia Legal.

As dinâmicas socioambientais e econômicas do estado, segundo Rocha (2011), relacionadas à questão fundiária, envolvem concentração e/ou grilagem de terras, pecuária extensiva, plantio de pastagens que ameaçam a sobrevivência dos diversos e diferentes grupos de agricultores que moram e trabalham no estado.

Elegeu-se a cidade de Dianópolis/TO para figurar como objeto de estudo, visto que, no Sudeste do Tocantins tem papel crucial, pois é a maior cidade da região, tem melhor estrutura para atender às necessidades das cidades vizinhas, sendo assim um polo regional, desta forma favorece o desenvolvimento local de interesse em atividades agropecuárias e com maior potencial de crescimento. Essa região vem se desenvolvendo desde antes da criação do estado em 1989, sendo local que apresentava condições de miséria anteriormente a esse acontecimento histórico (SEPLAN, 2017).

Segundo dados do IBGE, Dianópolis é uma das cidades mais antigas do Tocantins e berço histórico e cultural do estado, datada de cerca de 1750. E nesta época, já existiam habitações rústicas para os moradores locais como os povos indígenas Gueguês, Assus, Acroás, Xacribás e Xerentes que viviam da terra, do gado, do ouro e da caça. Os Xerentes eram em maior número e, temidos por deixarem rastro de sangue e dor por onde passavam. A pedido do povo local, o governador do estado enviou uma comitiva constituída de padres, jesuítas e homens experientes e instruídos, com o objetivo de catequizarem os nativos.

Embora a mineração tenha feito parte da vida econômica de São José do Duro, atualmente município de Dianópolis/TO, foram a agricultura de subsistência e a criação de gado que alimentaram precariamente a vila, ao longo de sua história (IBGE, 2023).

Um município marcado por lutas sangrentas. Inicialmente, por indígenas e colonizadores na disputa pela terra, depois invasores na busca do ouro e ainda as disputas políticas. Com a escassez do ouro intensificou a pecuária intensiva e, posteriormente, a agropecuária que se apresenta em lugar de destaque na economia do estado.

1.4 Relevância do estudo

A importância da delimitação do estudo faz-se necessário para aprofundar a linha de pesquisa, variar as fontes de dados, com análises e muito mais verificações que permitam a criação de uma nova nuance ou variável.

O município de Dianópolis/TO, fundado no ano de 1750, caracterizada por enormes conflitos territoriais, primeiramente exploração de ouro e pecuária extensiva. Atualmente possui uma população de 17.739 habitantes, ano de 2023, conta com o Produto Interno Bruto (PIB) de 31.530,94 por pessoa, e área territorial de 3.318,094 km². Está situada a 330 km da capital do estado (Palmas), as estimativas populacionais apresentadas pelo IBGE apontam Dianópolis/TO como uma cidade a ser considerada populosa no sudeste tocantinense, por ser a maior cidade da região (IBGE, 2010).

Por meio de uma abordagem histórica, Alves (2009) apresenta que a região, passou por um processo conflituoso, mesmo assim, apresenta em seu estudo um crescimento do processo de construção, o qual o principal fator é a identidade construída ao longo do tempo, a desvinculação do estado de Goiás e a resistência na construção do estado do Tocantins.

A presente pesquisa faz-se necessária, pois a agropecuária detém representatividade econômica regional e local, e envolve uma parte significativa da população, apesar das dificuldades quanto ao período de estiagem que envolve a região. Destaca-se, especificamente, as culturas do milho e da soja na cidade de Dianópolis, no ano de 2020 (dados mais recentes do IBGE), produziu 51.400 toneladas de milho, sendo a área plantada e colhida de 12.360 ha. Já a produção de soja foi de 42.240 toneladas, sendo a área plantada e colhida de 12.800 ha.

A relevância desta pesquisa orbita principalmente em trazer para o município e região dados e informações que possam promover o desenvolvimento sustentável, com maior quantitativo de produção científica sobre o assunto, expondo ao produtor local a importância da assistência técnica para otimizar os trabalhos e alcançar maior produção, e, a participação dessas famílias em programas do governo ou feiras livres no próprio município, uma vez que, a região por estar mais isolada apresenta dificuldade na logística de mercado.

Varanda (2017) aponta que o estado do Tocantins possui potencial para a agricultura, sendo um local de interesse para os agricultores que visam os aspectos climáticos que possibilitam a obtenção de sementes de boa qualidade da soja, proporcionando boa produtividade na safra e entressafra. Estes fatores, entre outros, são responsáveis por atrair agricultores interessados na implantação da soja no referido estado. A partir da década de 1970, de acordo com Barbosa (1996), cabe destacar que esta unidade federativa também ingressou na chamada fronteira agrícola, o que impulsionou a inserção de grandes projetos de irrigação, entre os quais, plantios de soja estavam inclusos.

Diante do exposto, vale ressaltar que o município de Dianópolis/TO tem representatividade regional, considerado o polo regional, pois atende as necessidades dos municípios vizinhos em vários setores com a agropecuária, o comércio, a saúde, a educação superior entre outros.

1.5 Organização do trabalho

Para apresentar as informações que norteiam a execução do projeto, está estruturado em quatro seções.

Na primeira seção está a parte introdutória, com a apresentação do problema, objetivos, delimitação e relevância do estudo, e este subitem com a organização do projeto. Na segunda seção apresentar-se-á o referencial teórico sobre o Agronegócio e a Agricultura Familiar; Desenvolvimento, Socioeconômico, regional, sustentável e local e a agropecuária como forma de desenvolvimento, dentre outros temas necessários à elaboração da pesquisa.

A terceira seção apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa, bem como as técnicas utilizadas, destacando o tipo de pesquisa, a população, tempo e modos pesquisados e instrumento de coleta de dados da pesquisa.

A quarta seção apresenta os resultados da pesquisa com base nos dados de referencial teórico e coletas de dados de campos analisados e; as considerações finais sobre o estudo.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Nesta seção serão apresentadas, inicialmente, as definições sobre o agronegócio, agropecuária e a agricultura, com ênfase à agricultura familiar, e posteriormente, sobre o desenvolvimento econômico e crescimento. A seguir, serão apresentados os dados relacionados aos aspectos do desenvolvimento regional e local da área onde se realiza a pesquisa, com o propósito de construir uma base teórica que permita ao leitor conhecer o tema e compreender as políticas que vêm sendo implementadas no país em prol do desenvolvimento regional.

2.1 Agronegócio e a Agricultura Familiar

O desenvolvimento dos espaços rurais, no Brasil, se intensificou na década de 1970, promovido pela expansão da fronteira agrícola a partir do modelo produtivo de agronegócio. As estratégias políticas de divisão territorial foram adotadas para o controle do território, o surgimento de novas lideranças políticas e a promoção do discurso de desenvolvimento regional (Oliveira, 2019).

O agronegócio é um termo que engloba a cadeia de processos que viabilizam que um produto agropecuário chegue até o consumidor. Ou seja, tudo aquilo que abrange procedimentos antes da porteira (insumos, sementes, aquisição de máquinas), dentro da porteira (plantio, manejo, colheita e armazenamento) e fora dela (transporte, armazenagem, processo de industrialização e logística) até chegar ao consumidor final.

Este modelo é a associação da indústria, máquinas no espaço rural, sendo assim, configura-se um espaço produtivo sistêmico para a produção de riquezas. Trata-se de um esforço conjunto para alcançar o bem comum que é a produção de um produto que chega ao consumidor final (Bruno, 2019).

Segundo Barros (2022), a importância do agronegócio ultrapassa o mercado nacional, e as exportações do setor representam 25% do Produto Interno Bruto (PIB), sendo a China o principal importador, com 37%; já na economia interna do Brasil, o agronegócio representa 15% do PIB, e destes, 44% do faturamento vem da produção de soja, e 16% a produção de carnes, sendo a exportação o carro forte para os produtores (CEPEA, 2022).

No campo do agronegócio, outro fenômeno se faz presente no processo de implementação de novas tecnologias, pode-se diferenciar do agronegócio, a agricultura familiar, que possui uma característica relacionada com a abordagem social do homem com o ambiente rural, visto que se inserem nas práticas produtivas (Baiardi; Alencar, 2015).

Para os autores Baiardi e Alencar (2015) essas figuras nascem de pequenos e médios agricultores que não são latifundiários. Sendo assim, os que se apresentavam inovadores com a “sua gênese ligada à ocupação do cerrado ou à condição de irrigantes de perímetros públicos de irrigação” (p. 54).

A agropecuária é uma atividade econômica que compreende as atividades da agricultura e da pecuária, ou seja, reúne as técnicas de plantio, o cultivo do solo, e de criação de animais. Esse Sistema de Integração Produção Agropecuária (SIPA) envolve a terra e o meio rural, suas atividades são essenciais para o abastecimento da alimentação humana e animal, além disso fornece matéria prima para a indústria.

Os SIPAs, segundo Martins *et al.* (2002), são sistemas capazes de proporcionar maior eficiência no uso de insumos, bem como intensificar os recursos naturais quando comparados com os sistemas agrícolas ou pecuários, isoladamente. No entanto, acrescenta que o sucesso, nestes sistemas, depende de uma série de premissas que engloba a agricultura conservacionista como a cobertura permanente do solo, rotação de culturas e revolvimento mínimo na linha de plantio.

Novas estratégias tecnológicas foram desenvolvidas tanto na área vegetal como no animal, a utilização de transgênicos de maneira tardia provocou um maior

controle dos órgãos Federais, no sentido de equilibrar inserindo os pequenos produtores e cooperativas no processo (Wikinson, 2010).

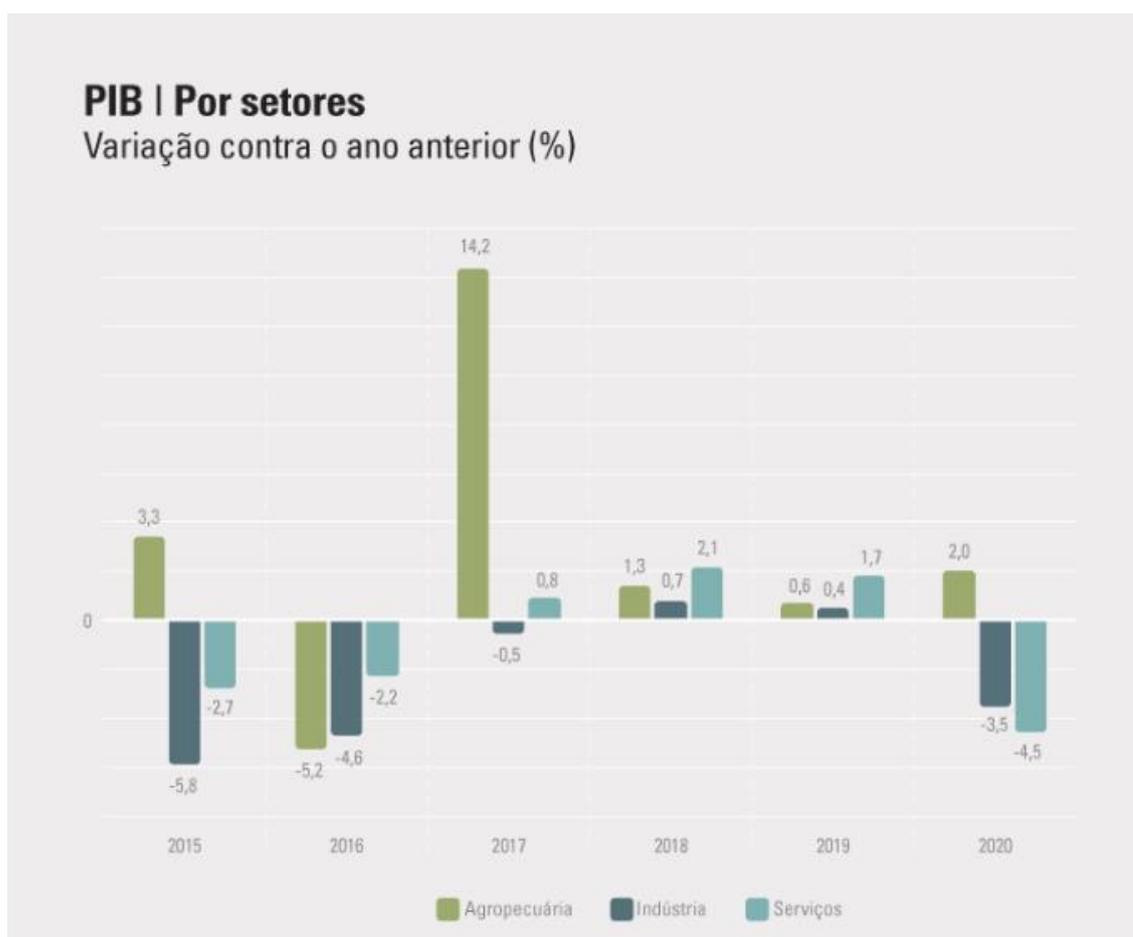
Nesse sentido, constata-se que a autonomia de pequenos produtores provoca o desenvolvimento agroindustrial, sendo assim, uma verticalização produtiva, e abre portas para inovação tecnológica e novos processos gerenciais que provocam maior investimento para os pequenos produtores (Teixeira, 2002).

As cooperativas desempenham papel de suma importância na agricultura familiar no Brasil, principalmente pelas mudanças decorrentes da evolução direcionada pelo capitalismo, isso provocou enorme desigualdade e movimentação de uma massa populacional para a pobreza e exclusão social. As cooperativas são formadas por produtores que visam comercializar produtos sob a produção de bens daqueles que se associam, provocando o incentivo à produção, distribuição e comercialização de bens, caracterizam uma parcela importante no desenvolvimento local (Morais; Schwab, 2019).

Além do cooperativismo é necessário observar outros setores que promovem o desenvolvimento local. Como discutido, o agronegócio é um termo genérico que engloba todas essas vertentes que se apresentam, além dos meios, os materiais utilizados no processo produtivo, trata-se de uma cadeia de processos, métodos, procedimentos e instrumentos que viabilizam que o produto agropecuário chegue ao consumidor (Mendes; Padilha Júnior, 2007).

Segundo os autores Barros e Pontes (2021), diferente dos outros setores, o setor agropecuário vem crescendo ao longo dos anos, com isso pode-se observar na pandemia ocasionada pelo novo coronavírus, *marketing* com afirmações “o agro não para”, pois, segundo o IBGE (2020) o único setor que cresceu nesse período em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), foi o agronegócio, passando de 5,1% para 6,8% em 2020, destacando que os setores de cultivo são os mais expressivos nesse cenário em que a soja representa 7,1% e o café 24,4%, alcançando um recorde histórico, conforme se apresenta na Figura 1.

Figura 1 - Produto Interno Bruto (PIB) por Setores.



Fonte: Contas Nacionais Trimestrais, apud Barros; Pontes (2021).

Dessa maneira, sabendo que a produção agropecuária impacta no desenvolvimento socioeconômico do desenvolvimento do agronegócio, e que nesses índices, encontra-se a participação dos pequenos produtores e das cooperativas, principalmente porque, segundo dados do Sistema Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB (2022), o País possui mais de 1,6 milhão de cooperados no segmento agropecuário, que são atendidos por cerca de 1,4 mil cooperativas. Além disso, as cooperativas têm um papel importante na geração de empregos e na inclusão social, já que criaram para a fixação de famílias no campo e para a preservação da agricultura familiar.

De forma geral, a atuação do agronegócio como indutor da economia e crescimento econômico não trata apenas da produção agrícola. O processo abordado por esse ramo econômico é composto por diferentes atividades, desde sua primeira implementação à sua produção, comercialização, a geração de valor econômico, até

atingir o progresso ou desenvolvimento humano (segurança, liberdade individual, bem-estar, justiça social e proteção do ambiente) alcançado por objetivos políticos, conforme ressalta Bresser-Pereira (2014).

O progresso é sempre o produto de uma construção social, mas o caminho para ele não é nem pacífico, nem linear; é um processo de tentativa e erro em que os agentes carecem da capacidade de prever com razoável precisão as consequências de suas ações; é um processo conflituoso nos níveis individual, grupal e de classe social, no qual os conflitos são resolvidos, às vezes, pelo encontro de uma terceira alternativa que atende aos dois lados, mas geralmente pelo uso da força ou por meio de compromissos políticos (p. 39).

Quanto ao progresso econômico e social, em estudo sobre a região do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) Favaretto *et. al.* (2019) concluem que a elevação da produção agrícola predominam índices de pobreza e desigualdade superiores às médias estaduais; uma dinâmica econômica fortemente concentrada e especializada, inclusive com crescente drenagem de rendas, esterilizando o tecido social local por grupos internacionais; baixa capacidade de criação de empregos e de fortalecimento de laços econômicos locais.

2.1.1 Agricultura familiar/agricultor familiar

A agricultura familiar é uma das atividades rurais mais importantes da agricultura brasileira, pois apresenta uma diversificação na sua produção. Nesse sentido, Melo (2007) entende que as pequenas propriedades rurais que caracterizam a agricultura familiar são capazes de empregar percentual significativo, contribuir para o desenvolvimento sustentável e gerar renda para diversas famílias brasileiras, além de adotarem práticas ecologicamente equilibradas por meio da diversificação de cultivos.

A definição de agricultor familiar, segundo a Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006 em seu art. 3º é aquele que pratica atividades no meio rural, não detenha área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais, utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades, tenha renda familiar originada de atividades vinculadas ao próprio estabelecimento e dirija seu estabelecimento com sua família.

Segundo Caldart (2012), a agricultura familiar é a parte proprietária e executora das atividades dentro da propriedade.

A agricultura familiar corresponde a formas de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas. Essa condição imprime especificidades à forma de gestão do estabelecimento, porque referencia racionalidades sociais compatíveis com o atendimento de múltiplos objetivos socioeconômicos; interfere na criação de padrões de sociabilidade entre famílias de produtores; e constringe certos modos de inserção no mercado produtor e consumidor (p.35).

A agricultura familiar se destaca por apresentar diversificação na produção e, o Brasil por possuir uma grande extensão territorial e culturas distintas não poderia ser diferente com relação a organização das formas familiares de agricultura existentes. Assim, Conterato, Schneider e Waquil (2009, p. 150) entendem que “a diversidade de formas familiares de agricultura permite distintas possibilidades de abordar o fenômeno, mostrando a riqueza do tecido social de inúmeras regiões rurais e a construção de distintas categorias analíticas”.

Para os mesmos autores, o grau de autonomia das formas familiares de agricultura são os recursos disponíveis e, a diferença entre elas não está apenas entre os tipos de agricultura, mas nas diferentes maneiras de organização social e material, no extenso processo de readaptar a relação entre a agricultura e a natureza (Ibid.).

Assim, a agricultura familiar no Brasil apresenta uma diversidade de estratégias produtivas e reprodutivas e seus estilos retratam as distintas trajetórias históricas culturais das mais diversas partes do País.

Para Santos e Dalbianco (2017), a agricultura familiar é o eixo do desenvolvimento local e regional, pois sua forma de produção está baseada em um sistema orgânico, onde utilizam os recursos naturais de forma racional e adequada, não agredem o meio ambiente, promovem um equilíbrio ecológico, garante a saúde, a qualidade de vida e o bem-estar social e econômico.

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, e a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre

que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (Brasil, 2022, s.p).

Neste sentido, Vieira (2014) traz que a agricultura familiar apresenta peculiaridades mais compatíveis com o desenvolvimento sustentável, pois além dos valores econômicos, considera a interação entre o agricultor e a natureza, de forma tradicional e harmoniosa. Isso leva em conta uma diversidade na produção, menor lucro e redução na utilização dos produtos químicos.

Há necessidade de o ser humano produzir alimentos para garantir sua própria sobrevivência e das gerações futuras busca por sistemas de produção mais sustentáveis como alternativa ao modelo vigente. Assim, a agricultura orgânica, produto em sua maioria provenientes da agricultura familiar, um sistema que visa a harmonia entre o ser humano e a natureza apresenta-se, atualmente, como uma opção para quem objetiva uma dieta saudável, livre de agrotóxicos e preocupada com o meio ambiente (Moraes; Oliveira, 2017).

O impacto da agricultura familiar no Brasil mensurado pelo último Censo Agropecuário de 2017 examinou mais de 5 milhões de propriedades rurais em todo o país, o que representa 67% do total de pessoas ocupadas na agropecuária, que 77% dos estabelecimentos agropecuários eram classificados como agricultura familiar. Em termos de área, a agricultura familiar ocupou 80,9 milhões de hectares no período analisado, o que representa 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros (Brasil, 2023).

No Tocantins, 50% das terras destinadas a atividade agrária são de agricultores familiares, cerca de 42 mil famílias espalhadas em 540 assentamentos, geram cerca de 120 mil empregos, respondendo por 40% do valor total da produção agrícola, segundo dados IBGE, MDA e SEAGRO (SEAGRO, 2021).

Em 2019 foi publicada uma carta de serviços ao usuário, uma parceria do governo do estado do Tocantins com o Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (RURALTINS), órgão responsável pela prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural ao público da agricultura familiar e pelo apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário do estado, com o intuito de viabilizar a

transparência e informações sobre os serviços da Ruraltins. Esta cartilha, disponibiliza os contatos onde existem sedes para atendimento no estado e enfatiza a importância dos serviços de assistência técnica e extensão rural.

A Assistência Técnica e Extensão Rural, por meio do processo educativo, visa contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado no fortalecimento da agricultura familiar e de suas organizações, utilizando metodologias participativas, buscando viabilizar condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais (RURALTINS, 2019).

No entanto, o público-alvo deste material, o agricultor familiar, não possui acesso a essas informações, ou mesmo sabe a função que o Ruraltins exerce sobre a disseminação da extensão rural e a assistência técnica disponível à comunidade local.

2.2 Desenvolvimento socioeconômico, regional, sustentável e local

2.2.1 Desenvolvimento Socioeconômico

Este tópico do estudo versa sobre conceitos sobre desenvolvimento econômico e socioeconômico baseados em referências teóricas.

Oliveira e Lima (2003) afirmam que o desenvolvimento pode ser compreendido como o crescimento realizado com incrementos positivos para satisfazer as necessidades do ser humano, como educação, saúde, moradia, transporte, alimentação e lazer, no sentido de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Observa-se, pois, que esse conceito contempla a compreensão contemporânea de desenvolvimento, desvinculada da ideia de que este se limita ao desenvolvimento econômico, associado ao giro de riquezas e à acumulação de capital. Segundo os autores o desenvolvimento se vincula diretamente à garantia da maior e melhor qualidade de vida para as pessoas.

Souza (2012) argumenta que não existe uma definição unanimemente aceita no meio acadêmico para desenvolvimento. Sendo assim, o desenvolvimento

econômico não pode ser confundido com o crescimento econômico, porque estes nem sempre beneficiam toda a economia e todo o conjunto da população.

No entendimento de Furtado (2004), o processo de desenvolvimento está condicionado ao aumento da produção e da produtividade, acompanhado pela melhor distribuição de renda, fator importante para aumentar a demanda. O índice de desenvolvimento é subjetivo, pois depende de valores culturais específicos de cada sociedade, porém, de modo geral, está condicionado à oferta de bens materiais e à demanda por esses bens.

o conceito de desenvolvimento é mais abrangente do que o de crescimento econômico. Enquanto o último demonstra uma variação na taxa de crescimento do PIB, o primeiro representa a melhoria das condições socioeconômicas dos indivíduos. 'Desenvolvimento e crescimento econômico são diferentes, pois o desenvolvimento implica a superação das disparidades sociais e econômicas que retratam os processos de exclusão social' (Vieira; Santos, 2013, p. 39).

Já Souza (2012) esclarece que, para uma corrente de economistas, o crescimento econômico é uma simples variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas. Assim, o crescimento econômico gera mudanças estruturais, como a melhoria dos indicadores econômicos, sociais e ambientais de uma determinada região.

No entanto, Sen (2010) aperfeiçoou o conceito de desenvolvimento econômico ao contemplar outras dimensões, entre elas a segurança econômica, ao afirmar que “com grande frequência, a insegurança econômica pode estar relacionada à ausência de direitos e de liberdade democrática” (p.30).

O desenvolvimento se caracteriza pela transformação da economia de resultar o crescimento econômico, eficiente, juntamente com a melhoria do nível de vida do conjunto da população ou da região. Rodrigues (2018) afirma que os problemas sociais são resolvidos em parte com o crescimento econômico, que por sua vez é contraditório, já que gera problemas ambientais e desigualdades na distribuição da renda.

Neste sentido, Vieira e Santos (2013) entendem o desenvolvimento econômico como um processo dinâmico, no qual a quantidade de bens e serviços produzidos por

uma coletividade na unidade de tempo tende a crescer mais rapidamente que ela. Portanto, a efetivação do desenvolvimento representa um aumento da oferta de bens e serviços *per capita*, altera as técnicas produtivas, a distribuição do rendimento, e o comportamento da mão de obra. Porém, é inapropriado afirmar que todas essas modificações dependem da dinâmica da área econômica.

Contudo, Sen (2010) argumenta que o desenvolvimento econômico pode estar associado ao aumento da renda e à melhoria da qualidade de vida. Para esse autor, o processo de desenvolvimento econômico e social é o resultado de uma opção política orientada para formar uma sociedade apta a assumir um papel dinâmico nesse processo. Assim, o crescimento se transforma em progresso e deve representar a realização de um projeto, a expressão de uma vontade política.

Corroboram com esse pensamento Ribeiro (2020) ao enfatizar que para compreender o conceito de desenvolvimento sob a ótica social é preciso considerar o bem-estar do indivíduo, que vai além da análise dos indicadores do crescimento econômico de uma determinada região; e Furtado (2004), ao evidenciar que o desenvolvimento não é apenas um processo de acumulação e de aumento de produtividade macroeconômica, mas, principalmente, o caminho de acesso às formas sociais mais adequadas para estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade.

O desenvolvimento econômico, segundo Vieira e Santos (2013), altera a lógica da distribuição do poder político, conseqüentemente, associa a produção de recursos com sua distribuição, em função da força política dos atores sociais.

Ratifica Andrade (2020) ao afirmar que o desenvolvimento econômico pressupõe transformações estruturais relacionadas a um mecanismo de percepção coletivo, composto por conhecimentos que permitem hierarquizar problemas e soluções, e facilitar a coordenação entre os atores sociais.

Desenvolvimento nada mais é que o crescimento, incrementos positivos no produto e na renda, transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras. Sob esse olhar, Oliveira e Lima (2003), dissertam que o desenvolvimento deve ser encarado como um processo de mudanças e transformações nos âmbitos econômico, político e, principalmente, humano e social.

O desenvolvimento de uma região/local também pode ser analisado através da probabilidade econômica. Bresser-Pereira (2006, p. 203) destaca que desenvolvimento econômico “é um processo histórico de acumulação de capital e de aumento da produtividade por que passa a economia de um país levando ao crescimento sustentado da renda por habitante e à melhoria dos padrões de vida da população dos países”.

E, Martins (2002) complementa ao destacar que o desenvolvimento econômico local abrange o aproveitamento dos recursos endógenos com o objetivo de maximizar o crescimento da economia, de criar postos de trabalho e de melhorar a qualidade de vida.

Portanto, o objeto de estudo deste trabalho está em apresentar informações da situação da agricultura familiar do município, atrelado que as ações públicas e de assistência podem fomentar o desenvolvimento regional de Dianópolis/TO.

2.2.2 Desenvolvimento regional

Esta parte do estudo aborda referenciais teóricos sobre conceitos de desenvolvimento regional, que engloba região, território e patrimônio territorial, na busca por compreender como o processo de ocupação do território influencia o desenvolvimento.

Etges (2021) exprime que o conceito de região:

[...] remete necessariamente a um fundamento político, de controle e gestão de um território, explicitada na relação entre a centralização, a uniformização administrativa e a diversidade espacial, diversidade física, cultural, econômica e política, sobre a qual este poder centralizado deve ser exercido (p. 314).

Esta autora salienta que a região é construída por meio da ação de distintos agentes em múltiplas escalas arquitetadas que influenciam as práticas e processos socioespaciais históricos e geograficamente localizados. E destaca ainda que, “é fundamental compreender que a promoção do desenvolvimento regional significa, reconhecer a diversidade regional como potencialidade para o desenvolvimento” (ETGES, 2021, p. 318).

O termo região, não muito distante de território é utilizado para definições geográficas, já o sentido de uma delimitação de extensão território, apesar das discussões a respeito de questões políticas-administrativas, o que se extrai para o presente trabalho é determinar a sua importância para o desenvolvimento regional (Oliveira, 2022).

O desenvolvimento regional está intrínseco ao conceito de território, visto que o território é um local de trocas histórica, social e relacional, que se apresenta na identidade, objetivos que chamamos de desenvolvimento local, regional e/ou territorial. Território não é suporte para a exploração de atividade, mas um local para se apresentar novas concepções de planejamento (Oliveira; Piffer; Strassburg, 2019; Dallabrida, 2020).

Sendo assim, o desenvolvimento regional complementa o fazer do território, ele se apresenta no processo de transformação no espaço com questões que abrangem a sociedade, a economia, a cultura e a política. Esses espaços auxiliam na promoção de políticas públicas (Oliveira; Piffer; Strassburg, 2019).

De acordo com Izidoro (2019), o desenvolvimento regional se traduz em planejar unidades econômicas localizadas no próprio território, tendo em vista o crescimento da região, que é um poderoso fator de atração de novos investimentos.

Segundo Santos (1982), três elementos básicos estruturam o Estado-Nação contemporâneo: o território, o povo e o estado. Nesse sentido, corrobora Miranda (2023):

Além do elemento estatal, das relações e dos fluxos sociais, o território é construído pelas interações econômicas que se formam ao longo do tempo. Relações de produção, dinâmicas trabalhistas e de poder dão forma ao território. Trata-se de uma construção histórica em que há formação de identidade à medida que as dinâmicas citadas criam o tecido social (p. 185).

Para o autor “as interações dos atores envolvidos na ocupação do território criam uma identidade territorial, uma cultura e uma formação social própria do local ou da região e uma população identificada com o território onde vive” (Ibid., p.185).

Dallabrida (2020) entende que a evolução territorial exige que as sociedades promovam, de forma organizada, uma mudança estrutural na valorização do patrimônio territorial, que se traduz em um

[...] conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, que se acumularam ao longo da história num determinado território, representados pelo sistema produtivo e de infraestrutura, o ambiente natural, a formação humana e intelectual, as expressões culturais e a cultura empresarial, os valores sociais, as configurações de associativismo e as redes de relações, além das institucionalidades públicas, sociais e corporativas, presentes num determinado território (p.13).

O patrimônio territorial é constituído das riquezas, tangíveis ou intangíveis, de um determinado local, que manuseadas ou exploradas de forma adequada podem promover o desenvolvimento de um território. Assim, para o autor o patrimônio territorial analisa o contexto histórico local e as perspectivas futuras daquele povo específico. E destaca, ainda, a descoberta e redescoberta de elementos essenciais locais e a importância de um planejamento estratégico para que ocorra o desenvolvimento territorial.

No desenvolvimento regional, “o território é percebido como o *locus* de articulação do desenvolvimento. Sob essa perspectiva, a região é percebida enquanto espaço ocupado territorialmente” (Carniello *et al.*, 2016, p. 6).

O estudo do histórico da identidade cultural do território, aliado à construção de políticas públicas a partir da participação popular em consonância com a proteção dos recursos naturais pode ser entendida como um processo de reorganização social ou territorialização.

Assim, Carniello *et al.*, (2016) entende que o desenvolvimento regional é a ciência de abordagem multidisciplinar, pois resulta da contribuição de diversas áreas do conhecimento, e vai além da linguagem puramente econômica, visto que considera fatores endógenos e exógenos relacionados ao desenvolvimento.

Este rearranjo social do território requer um debate político qualificado e transparente, considerando as peculiaridades regionais para a implementação de estruturas institucionais. Saquet (2011) entende que territorialidade:

Significa considerar as processualidades histórica e relacional, ao mesmo tempo, na formação de cada território e no movimento mais amplo de desterritorialização e reterritorialização, subsidiando de maneira consistente e sistemática a discussão e construção de planos e projetos de desenvolvimento territorial (p. 10).

Desta forma, pode-se extrair que a característica que determinado grupo possa apresentar com as trocas sociais com uma identidade, com mobilização e interferência de decisões políticas tanto do setor público quanto do privado, e outras formas de interferências, sendo assim, o espaço denomina-se território regional (Castro, 1994).

No contexto histórico, o estado do Tocantins aponta para questões essenciais para o campo de estudo do desenvolvimento regional, a contar que nesse local, pode-se observar o envolvimento da identidade quanto ao território e as ações políticas-administrativas. A separação do estado de Goiás na década de 1988, promoveu mudança, de certa forma, lenta, mas significativa no contexto socioeconômico do estado. Mesmo assim, na década de 1990 o estado ainda apresentava uma concentração de recursos na capital Palmas, isso de certa forma não cumpria com o “ideal” no sentido de desenvolvimento regional, aponta-se que esse progresso não ocorreu de maneira homogênea (Oliveira; Piffer, 2016).

O desenvolvimento regional foi fortemente impulsionado com a criação da BR 153, com a integração do estado com os demais, principalmente com a região Centro-Oeste e Sudeste, através da estrada que corta o País, mesmo assim, as cidades contempladas com o desenvolvimento foram delimitadas, uma maneira de inferir o crescimento passou a ser a produção de culturas como a soja, cana-de-açúcar, abacaxi e melancia (Oliveira; Piffer, 2016).

2.2.3 Desenvolvimento Sustentável

O desenvolvimento local e sustentável é um processo contínuo, que deve levar em consideração as particularidades de cada região e da sua população. É necessário que haja um comprometimento por parte da sociedade como um todo para que se possam alcançar os objetivos desse processo.

Segundo Furtado (2004), para entender o desenvolvimento é necessário entender o processo de transformação que vai além da medida do PIB, quando se ultrapassa a condição puramente econômica, concebe-se o entendimento social que visa investigar a cultura da sociedade e a interação com a natureza. E, onde surgem as principais ideias e conceitos de diferentes autores sobre desenvolvimento

sustentável.

O desenvolvimento sustentável, por sua vez, é um conceito que propõe a utilização dos recursos naturais de forma consciente e equilibrada, visando não comprometer as gerações futuras (Brasil, 2013). Nas considerações de Montibeller-Filho (2008):

Desenvolvimento sustentável é um termo amplo e devido a essa propriedade permite apropriações e ideologias diferenciadas por grupos de interesse social. Sua afirmação básica de eficiência econômica aliada à eficácia social e ambiental, significando melhorar a qualidade de vida da população atual sem comprometer as oportunidades das gerações futuras, estabelece um padrão normativo almejado pela maioria das sociedades humanas atuais (p. 23).

O desenvolvimento sustentável tenta conciliar fatores sociais, econômicos e ambientais, mas torna-se uma proposta complexa à medida que encontra dificuldades e resistências políticas e sociais. Assim para Buarque (2002):

Desenvolvimento sustentável, portanto, parte de uma nova perspectiva de desenvolvimento, o bem-estar das gerações de hoje não deve comprometer oportunidades e necessidades futuras, que limitam as oportunidades reprodutivas e o desenvolvimento futuro e o bem-estar de uma parte da geração atual não pode ser construído à custa de outra parte, com oportunidades desiguais na sociedade (p. 61).

O desenvolvimento sustentável visa manter e/ou melhorar a qualidade de vida das pessoas, procurando usar os recursos naturais de forma eficiente e com menos pressão sobre o meio ambiente.

No desenvolvimento local e sustentável deve-se levar em consideração o papel dos pequenos produtores rurais na promoção desses processos. Estas devem buscar alinhar seus interesses econômicos com a preservação ambiental e o bem-estar social, assim, o contexto do desenvolvimento não se limita ao campo, mas nas relações socioeconômicas provocadas pelas atividades.

As questões ambientais, sociais e econômicas ocupam grande parte da sociedade quando o assunto é desenvolvimento, e tem objetivos além do aumento do capital financeiro, portanto, direitos sociais e ambientais. O desenvolvimento sustentável exige que esses três grandes pilares, ambientais, sociais e econômicos,

devem ser levados em conta proporcionalmente, diante dos dados que serão investigados.

Observou-se que a agricultura familiar é um dos principais pilares do desenvolvimento local no município de Dianópolis/TO, pois gera renda no meio rural e contribui para a preservação do meio ambiente por meio das práticas agrícolas adotadas em suas propriedades.

Motivo pelo qual são necessárias políticas públicas de fomento ao desenvolvimento local e sustentável, que têm se mostrado efetivas em muitos lugares do mundo. Estas devem ter como foco a potencialização das vocações locais e a capacitação dos moradores para o empreendedorismo (Brasil, 2020). Pode-se elencar através do levantamento bibliográfico realizado, as seguintes formas de desenvolvimento local:

- Educação ambiental: instrumento essencial para a promoção do desenvolvimento sustentável. Por meio dela, é possível conscientizar as pessoas sobre a importância da preservação do meio ambiente e da utilização dos recursos naturais de forma equilibrada (Brasil, 2013);
- Valorização da cultura local e da identidade cultural dos povos: fomenta o desenvolvimento local e sustentável. Isso porque a preservação dos costumes e tradições pode contribuir para o turismo cultural e, conseqüentemente, para o desenvolvimento econômico da região (ONU, 2023);
- Implantação de sistemas de energia renovável: possui o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável. A energia solar, por exemplo, pode ser utilizada em residências e empresas, o que além de gerar economia, contribui para a preservação do meio ambiente (Baccas, 2018);
- Cooperativismo: outra forma de fomentar o desenvolvimento local, pois permite que pequenos produtores se organizem para gerar mais renda e fortalecer a economia da região (Brasil, 2010).
- Gestão de resíduos sólidos: um dos maiores desafios do desenvolvimento sustentável. É preciso que haja uma conscientização sobre a importância da separação adequada do lixo e da reciclagem dos materiais, para evitar a contaminação do solo e da água (Brasil, 2020);

- Preservação das áreas verdes: fundamental para o desenvolvimento sustentável, pois estas possuem um papel importante na regulação do clima e na purificação do ar (Ladwig; Campos, 2021);
- Formação de conselhos locais de desenvolvimento: maneira efetiva de envolver a comunidade no processo de tomada de decisão em relação ao desenvolvimento local e sustentável (Ladwig; Campos, 2021);
- Agroecologia: uma das formas mais efetivas de promover o desenvolvimento sustentável no meio rural. Por meio dela, é possível produzir alimentos de forma orgânica, sem o uso de agrotóxicos, o que beneficia a saúde humana e o meio ambiente (Udry; Araujo, 2012).

Desta forma, o desenvolvimento sustentável deve levar em consideração a equidade social, ou seja, deve buscar reduzir a desigualdade entre os diferentes grupos sociais. Isso envolve, por exemplo, a garantia de acesso aos serviços públicos, a oferta de emprego e renda, e a promoção da inclusão social.

Partindo do pensamento ecológico crítico, o desenvolvimento sustentável se inter-relaciona com a inserção dos seres humanos, natureza, história e cultura. Assim, o desenvolvimento sustentável nasce da perspectiva dos seres humanos se conscientizarem quanto às questões socioambientais que surgiram as críticas ao desenvolvimento desenfreado que buscam o respeito ao Meio Ambiente (Buarque, 2002).

A agroecologia engloba práticas agrícolas de sustentabilidade ecológica, socioeconômica e cultural. Neste sentido, Martins *et al.* (2002) traz que o principal diferencial da agroecologia para agricultura está no valor que se dá às pessoas envolvidas no processo. E assim, destaca que o manejo de sistemas agroecológicos tem como alicerce a relação das pessoas com o ambiente em que vivem, trabalham e, estabelecem com ele um sentimento de pertencimento, típico da agricultura familiar.

Não se trata apenas de uma harmonização entre economia e ecologia, mas um processo mais amplo que envolve a internacionalização e as vertentes locais da economia capitalista, que se modifica a depender de onde ela está sendo estudada (Santos, 2007).

Ao se observar as transformações nas estruturas socioeconômicas, pode-se identificar as dificuldades e os benefícios do desenvolvimento sustentável. Desta

forma, o principal objetivo do desenvolvimento sustentável é garantir a economia para as futuras gerações. Mesmo assim, tem como exigência renovar e preservar os recursos naturais (Krama, 2009).

No ano de 1972, em Estocolmo, foi realizada a Conferência das Nações Unidas, na qual visaram abordar a sustentabilidade em detrimento do crescimento econômico. Mais adiante, no ano de 2015, foi realizado em Nova York a agenda 2030, que delineou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que tem o objetivo de guiar a comunidade global nas relações sociais, econômicas e culturais para as futuras gerações (Geraldo; Pinto, 2019).

Desta forma, entendendo o Meio ambiente equilibrado como necessário para o desenvolvimento sustentável, foram criados os ODS para dar continuidade aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que se apresentam da seguinte forma: 1) acabar com a pobreza; 2) acabar com a fome; 3) assegurar uma vida; 4) assegurar a educação inclusiva; 5) alcançar a igualdade de gênero; 6) assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos; 7) energia sustentável; 8) garantia de emprego; 9) Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; 10) reduzir a desigualdade; 11) cidades sustentáveis; 12) Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; 13) Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos; 14) Conservação e uso sustentável das águas; 15) proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres; 16) promoção da paz; 17) Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2015).

Os 17 objetivos são integrados e indissociáveis, que conforme apresentado, buscam integrar a sociedade com a tomada de decisões. Sendo assim, trata-se de um roteiro pré-definido pela comunidade global para a formulação de políticas públicas, direcionando a sociedade para o desenvolvimento sustentável.

Diante dos objetivos, pode-se extrair que os que se enquadram diretamente com o presente trabalho são eles: “acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição, reduzir as desigualdades, e promover a agricultura sustentável” (s.p), a chamada ODS 2.

A fome é um problema mundial e quase sempre está interligada com a pobreza. Segundo Sen (2010), grande parte das razões da persistência da fome é responsabilidade dos Estados, e outra está nas relações de poder entre estados latifundiários e corporações multinacionais que afetam diretamente relações agroalimentares internacionais, ou seja, um problema político.

A realidade dos muitos brasileiros que ainda passam fome, seja na zona urbana ou rural, em um país da dimensão produtiva do Brasil, com alta produção devido a fertilidade do solo e recordes de exportações (representatividade no PIB) é indicativo que a população brasileira não tem seus direitos respeitados e uma gestão política ineficiente.

Diante disso, o Estado tem o papel de assegurar a segurança alimentar e nutricional da população que possui resguardo dos direitos fundamentais como o Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA, que garante a população estar livre da fome, da má nutrição, e direito a uma alimentação adequada para alcançar uma boa qualidade de vida. Um importante ponto de partida é a ODS 2, que tem o objetivo de até 2030 acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.

Elucida-se conceitualizar Segurança Alimentar e Nutricional conforme expressa na Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 em seu art. 3º:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006).

A implementação de práticas que alcancem os objetivos da ODS2 atende também a segurança alimentar e nutricional, como exemplo os indicadores na redução da desnutrição em crianças menores de 5 anos, de atender as necessidades nutricionais em adolescentes, mulheres grávidas e lactantes, idosos e povos tradicionais e a redução da obesidade.

Segundo CEPEA (2019), “ao longo das últimas duas décadas, o Brasil experimentou notáveis avanços no combate à fome e na construção de sistemas

públicos de garantia de acesso a alimentos e incentivo à agricultura sustentável” (p. 28). Isso porque o governo criou vários programas de apoio à agricultura familiar dentre os que mais agregaram está a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que corresponde a uma estratégia do governo, de incentivo econômico à agricultura familiar como acesso a crédito; e as políticas de compra pública da agricultura familiar como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), embora atualmente defasadas.

Como indicador para aumentar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, o PNAE programa que teve início em 1955, “hoje é considerado um dos mais bem-sucedidos programas de alimentação escolar no mundo, garantindo o fornecimento de mais de 40 milhões de refeições diárias a estudantes de todas as etapas da educação básica pública no país” (CEPEA, 2019, p. 13). Atualmente, a Lei nº 11.947/2009 estabelece que, no mínimo, 30% dos recursos federais recebidos pelos municípios para aquisição de alimentos nas escolas devem ser destinados à compra dos produtos da agricultura familiar.

Há outras metas estabelecidas pela ODS2 como fomento à agricultura familiar e sustentável, não menos importantes, como o incentivo como a garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes; garantir a conservação da diversidade genética de espécies nativas e domesticadas de plantas, animais e microrganismos importantes para a alimentação e agricultura; garantir a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados; aumentar o investimento, em infraestrutura, pesquisa e assistência técnica e extensão rural; corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais; adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de alimentos e seus derivados.

Outro ODS que se sobressai a este estudo é o ODS 8, o qual tem como objetivo promover o crescimento econômico de modo sustentado, sustentável, inclusivo e que estimule o pleno emprego produtivo e trabalho decente para todas as pessoas.

Dá-se destaque o ODS 8 pela associação entre emprego decente e políticas de desenvolvimento, propiciando a elevação da produtividade por meio de inovação

tecnológica e não por meio do aumento da jornada de trabalho. Essas diretrizes são relevantes em qualquer setor produtivo, no entanto, há necessidade de se estabelecer indicadores para alcançar as metas assentadas no presente ODS.

Um ODS relativamente novo, que tem a preocupação de integrar o fomento ao emprego e a manutenção do meio ambiente em nível mundial. Além desse ODS envolver áreas diferentes e muito complexas, como economia, política, temas sociais e questões ambientais, possibilita o crescimento econômico à geração de emprego e preservação ambiental. Fato que gera conflitos ao tentar criar um compromisso normativo que congregue crescimento econômico, geração de emprego e preservação ambiental. Claro no entendimento de Galhera e Hernandez (2019) ao dizer que “o ODS 8 traz em seu bojo uma prescrição que tenta conciliar agentes de todas essas áreas com interesses diversos e frequentemente conflitantes” (p. 153).

Outro ponto criticado pelas autoras mencionadas é a falta de metas relacionadas ao trabalhador rural e as informalidades. Uma realidade presente, principalmente, pela prática do trabalho informal e trabalhos análogos aos de escravos em muitas regiões do Brasil.

Porém, apesar dos percalços para alcançar os objetivos do ODS 8, as metas que integram estes objetivos se apresentam como escopo na agricultura familiar, vez que pratica suas atividades de forma sustentada, sustentável e de maneira inclusiva, pois envolve a família toda e gera emprego, ou troca de serviços, aumento de produção e promove o crescimento econômico local.

Todas os ODS são de fundamental importância para alcançar o desenvolvimento sustentável a nível mundial, através da Agenda 30. O ODS 2 merece respaldo a requisitos específicos da agricultura familiar como os programas de incentivo financeiro do Pronaf; o programa de compra direta PNAE e PAA; o incentivo a redução do uso de agrotóxicos e a prática da agricultura orgânica; incentivo ao agroextrativismo e redução do desmatamento; e bem como ressalvam os autores Silva *et al.* (2020) a importância da Assistência Técnica, Extensão Rural e transferência de Tecnologia para aprimoramento no aumento da produção em pequenas propriedades.

E o ODS 8 por promover o crescimento econômico por meio de políticas que apoiem as atividades produtivas, elevam a produtividade por meio da diversificação,

modernização tecnológica e inovação, agregam valores aos produtos, geram empregos ou troca de serviços e maior renda.

Assim, as práticas agrícolas despendidas pelo agricultor familiar de Dianópolis/TO podem ser caracterizadas como promotora do desenvolvimento sustentável, vez que, produzem de forma orgânica sem uso de agrotóxicos, adubação a base de esterco animal, preservam as nascentes, não fazem o revolvimento excessivo do solo, entre outras.

2.2.4 Desenvolvimento local e os fatores mediadores para a criação de Políticas Públicas de amparo à agricultura familiar

O desenvolvimento local é um processo de aprimoramento econômico, ambiental e social que se baseia nas potencialidades locais e busca envolver a comunidade como um todo, de forma consciente para garantir as mínimas condições para as próximas gerações, e assim estabelecer o desenvolvimento sustentável.

Assim, existem alguns fatores que interferem neste processo, como o desenvolvimento econômico que se dá de tal forma que há mudanças na qualidade de vida dos cidadãos, causadas por mudanças nos padrões de vida, como acesso ao trabalho, aumento da renda *per capita* e produtividade. Um dos principais objetivos de qualquer governo é a busca do desenvolvimento econômico, mas deve pensar em um desenvolvimento que combine crescimento e desenvolvimento econômico com desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Neste sentido, Mendes (2009) traz que as dimensões social, econômica e ambiental de desenvolvimento sustentável são as mais incorporadas nos estudos, e faz uma reflexão sobre a dimensão econômica voltada para o desenvolvimento e sustentabilidade.

A dimensão econômica tem sido amplamente difundida na sociedade ocidental, embora não na perspectiva da sustentabilidade ou do desenvolvimento, pois a sustentabilidade econômica vai além da acumulação de riqueza e do crescimento econômico e inclui a criação de trabalho de forma digna que permita a distribuição de renda, estimular o desenvolvimento do potencial local e a diversificação de setores. Isso é possibilitado por uma alocação e gestão mais efetiva dos recursos e um fluxo regular de investimentos públicos e privados, onde a eficiência econômica deve ser

avaliada com o objetivo de reduzir a dicotomia entre critérios microeconômicos e macroeconômicos (Ibid., 2009, p. 53).

Martins (2002), compreende que o desenvolvimento econômico local abrange, então, o aproveitamento ótimo dos recursos endógenos com o objetivo de maximizar o crescimento da economia, de criar postos de trabalho e de melhorar a qualidade de vida.

O autor Bresser-Pereira (2008) aponta que o desenvolvimento econômico como um processo sincronizado para acumular capital sendo assim, agrega-se o trabalho como uma das engrenagens do processo produtivo, e assim alcançar o bem-estar social.

Desta forma, o autor Garcia (2023) agrega ao crescimento econômico um viés de indicador no sentido de fornecer aporte para a superação das condições sociais, portanto, está relacionado ao desenvolvimento regional. Apesar disso, o assunto é passível de controvérsia.

A agricultura familiar é um importante motor de desenvolvimento regional, sendo responsável pela produção de alimentos de qualidade e pela geração de emprego e renda no campo. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, 2019), a agricultura familiar é responsável por produzir cerca de 80% dos alimentos consumidos no mundo, além de ser uma importante fonte de proteção ambiental e conservação de terras (Giovani, 2021).

Outro fator de extrema relevância, no contexto de desenvolvimento sustentável, é a dimensão ambiental. Essa preocupação com o meio ambiente não é algo novo, pois a partir do século XX, com o crescimento populacional e o alto desenvolvimento tecnológico, tal problemática se intensificou com foco na preservação dos recursos naturais, com a adoção de práticas de uso racional, desenvolvimento com sustentabilidade e harmonia entre o homem e o meio em ambiente para garantir a qualidade de vida atual e resguardar para as futuras gerações (Albuquerque *et al.*, 2021).

Custódio (2011) salienta que os problemas ambientais se tornaram questão ambiental, a partir do momento que ocorrem as transformações na qualidade de vida com o consumo desenfreado, comprometendo os recursos naturais e colocando em

apuros o meio ambiente. E destaca ainda que “a conscientização da questão ambiental é um problema político-econômica e a noção de desenvolvimento sustentável é ideologia” (p. 89).

A conscientização sobre a temática meio ambiente, por meio da educação ambiental deveria ser levada mais a sério, inclusive com a adoção de disciplinas obrigatórias aos alunos deste as séries iniciais com consonância com a gestão ambiental, visto que, todos precisam estar engajados na proteção do meio ambiente, pois é caso de urgência.

Sobre a gestão ambiental como forma de estruturação, Barbieri e Silva (2011) externam que a gestão ambiental se centra na aplicação de conhecimentos teóricos e práticos às questões ambientais que cabem as organizações, por meio de processos típicos de gestão como planejamento, controle, coordenação, motivação etc., para atingir metas e objetivos específicos, desde o operacional ao estratégico.

Assim, no contexto das preocupações quanto aos avanços capitalistas, Mendes (2017) destaca a dimensão ambiental e, para que ela faça parte da realidade da população faz-se necessária:

A preservação dos recursos naturais na produção de recursos renováveis e na limitação de uso dos recursos não renováveis; limitação do consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos esgotáveis ou ambientalmente prejudiciais, substituindo-os por recursos renováveis e inofensivos; redução do volume de resíduos e de poluição, por meio de conservação e reciclagem; autolimitação do consumo material; utilização de tecnologias limpas; definição de regras para proteção ambiental (p. 51).

Depreende-se que existem medidas que devem ser tomadas para preservar o meio ambiente e os recursos naturais. O referido autor aponta a importância de se produzir recursos renováveis e limitar o uso de recursos não renováveis como forma de evitar sua exaustão. Em seguida, destaca a necessidade de se reduzir o consumo de combustíveis fósseis e outros recursos esgotáveis ou prejudiciais ao meio ambiente, substituindo-os por recursos renováveis e inofensivos. Realça, portanto, a importância de definir regras para a proteção ambiental, como forma de garantir que essas medidas sejam seguidas e respeitadas. Em resumo, o parágrafo aborda a importância da preservação ambiental e propõe medidas que podem ser adotadas para alcançá-la.

O desenvolvimento social busca uma melhor distribuição de renda, ou o que se pode chamar de justiça social, melhorando, assim, as condições de vida da população, garantindo qualidade de vida e melhor acesso a recursos e serviços sociais.

A dimensão social visa garantir que todas as pessoas tenham igual acesso a bens e serviços de qualidade necessários a uma vida digna baseada no desenvolvimento como liberdade, onde o desenvolvimento é visto como uma forma de expansão das liberdades materiais, portanto, exige a eliminação da raiz causas da privação de liberdade: pobreza e tirania, falta de oportunidade econômica, privação social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos (Mendes, 2009, p. 54).

Dentre as preocupações que envolvem aspectos sociais, principalmente, no que tange a agricultura familiar no contexto Brasil, estão as melhorias das condições de vida das pessoas, a busca do bem-estar e da dignidade, a inclusão social e a cidadania.

Segundo dados do IBGE (2017), no Brasil a agricultura familiar é responsável por cerca de 70% da produção de alimentos no país, e emprega aproximadamente 10 milhões de pessoas. Além disso, a agricultura familiar tem um papel fundamental na promoção da segurança alimentar e na redução da pobreza e da desigualdade no campo (Giovani, 2021).

Além disso, a agricultura familiar é capaz de gerar efeitos multiplicadores na economia regional. Isso porque, ao produzir e comercializar seus produtos, os agricultores familiares acabam por gerar dinamismo nas cadeias produtivas locais, criando oportunidades para o empreendedorismo e o desenvolvimento econômico regional (Ibid.).

O desenvolvimento das estruturas produtivas e de comercialização da agricultura familiar é um importante mecanismo de desenvolvimento regional. Investimentos em agroindústrias, cooperativas e associações de produtores rurais promovem a geração de emprego e renda e incentivam o desenvolvimento das regiões.

Ainda segundo a FAO (2019), o fortalecimento da agricultura familiar pode contribuir significativamente para a redução do êxodo rural, uma vez que a geração de oportunidades de emprego e renda no campo tendem a fixar a população no local

em que está inserida, remetendo ao conceito supramencionado que é a formação de um território. Dessa forma, é possível promover o desenvolvimento econômico e social das zonas rurais, reduzindo a desigualdade entre o campo e a cidade.

Além disso, o aumento da produção e comercialização de alimentos pela agricultura familiar pode resultar em uma maior autonomia alimentar das populações locais, contribuindo para a promoção da segurança alimentar regional. Esse processo fortalece a economia local e reduz as importações de alimentos, gerando efeitos positivos em toda a cadeia produtiva (Giovani, 2021).

Ademais, a agricultura familiar é uma importante aliada na preservação do meio ambiente, tendo em vista sua produção sustentável, que busca o equilíbrio entre a produção de alimentos e a conservação dos recursos naturais. Com isso, é possível manter o equilíbrio ecológico das regiões, preservando a biodiversidade e garantindo a sustentabilidade dos sistemas produtivos.

Mas, para a manter o equilíbrio entre o produzir de forma sustentável e conservar os recursos naturais, faz-se necessário implantar políticas públicas eficientes, ou seja, uma governança territorial que capacita uma sociedade organizada a gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais.

A governança territorial é uma instância institucional de exercício de poder, exercido com simetria no território para defender as suas próprias prioridades, frente às prioridades de instituições financeiras e organizacionais. A governança não indica a criação de uma Agência de Desenvolvimento como se fez no passado que recebia dinheiro público, devido a sua limitação de atuação e subordinação a interesses. Mesmo assim, o conhecimento tático é necessário para garantir que sejam conhecidos os problemas táticos e operacionais para o desenvolvimento. Todo o processo de governança é pautado no conhecimento, tendo por base o conhecimento empírico dos atores envolvidos, em contrapartida, a equipe que alça conhecimentos técnicos para propor soluções aos problemas e desafios (Dallabrida, 2020).

O controle espacial recebe pouca atenção pelos pesquisadores, a governança territorial auxilia esta seara, pois através dela é possível a criação de diferentes áreas, condições para acúmulo de capital, mais a reprodução de diferentes grupos sociais que promovem a prática científica e tecnológica (Becker, 2012). O autor faz uma crítica

quanto as multinacionais que destroem os espaços territoriais para lucrar, destruindo as referências e forçando os agentes locais a trabalharem. O que se apresenta em contramão ao desenvolvimento local, que busca alinhar e organizar a economia considerando o interesse do território.

Uma proposta apresentada é a de planejamento com metas de gestão, no sentido que abrange o desenvolvimento local, regional e nacional, buscando o estado para desenvolver uma gestão democrática social e participativa (Dallabrida, 2020).

São os seguintes pressupostos teóricos sobre o planejamento territorial: diretrizes e metas. Guzman (2001) entende que é necessário atuar no presente para obter resultados no futuro. Para Becker (1998) existem limites e desafios que ultrapassam o quantitativo de atores territoriais, assim, a criatividade deve formular estratégias para o planejamento não só com pessoas técnicas, mas para atores locais, e esse conhecimento emancipa ou domina, ou seja, deve colocar o conhecimento técnico a serviço da sociedade, instituindo uma polícia do que fazer e como fazer.

Matus (1996) subordina-se a um consenso quanto à cooperação e meios pacíficos, respeitando todas as posições, ou seja, governar com confiança.

Becker (1998) apresenta uma proposta mais elaborada para solucionar a problemática, em que divide em: pré-plano – elaboração; desenho do futuro desejado; realidade; futuro x a realidade e; definir, organizar e estruturar a realidade. Para ele, o esboço de uma proposta de planejamento possui três pilares: território como referência, governança territorial e estruturada, considerando determinados eixos.

Nesse sentido, existem metodologias que podem promover o “conserto” e o desenvolvimento do território, esse processo envolve os atores no processo de desenvolvimento, medindo seus interesses e promovendo a governança territorial de maneira democrática. O processo se estratifica da seguinte maneira: a) definindo estratégias para o desenvolvimento, condições para agir; b) pactos socioterritoriais de maneira a agir coletivamente; c) visão prospecta do futuro (Dallabrida, 2020).

Assim, salienta-se a necessidade de valorização do agricultor familiar por parte das políticas públicas e da governança territorial eficiente. Investimentos em infraestrutura rural, capacitação técnica e promoção de políticas de incentivo à produção e comercialização de alimentos produzidos pela agricultura familiar são

fundamentais para o desenvolvimento regional e para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada (Giovani, 2021).

Diante do exposto, e levando em conta pontos inerentes destacados pelos autores mencionados, ressalta a relevância que o planejamento e a governança territorial apresentam, no caso dos agricultores familiares de Dianópolis/TO, por residirem em uma região de períodos de estiagem prolongados, com dificuldade de escoamento da produção devido a localização geográfica e, que demandam por políticas públicas que possam atender as suas necessidades específicas como assistência técnica, cursos de processamento de alimentos que agregam valor com selos de inspeção de qualidade, informações sobre a participação em programas de apoio e acesso a financiamentos.

3. MÉTODO

Esta seção apresenta informações sobre os procedimentos da pesquisa a ser desenvolvida, bem como a técnica utilizada e suas características metodológicas. Contém, ainda, definições e critérios adotados para a seleção da amostra de

pesquisa, assim como os procedimentos de coleta de dados e, por fim, os procedimentos para a análise e interpretação dos dados.

3.1 Tipo de pesquisa

A pesquisa realizada neste trabalho segue uma abordagem qualitativa, e adotada a pesquisa exploratória de campo, com aplicação de questionário semiestruturado e entrevista, considerando as características de caráter descobridor. A justificativa para tal escolha está na consideração do propósito investigativo e criação de inter-relações entre as partes envolvidas, são eles os pequenos produtores rurais/agricultura familiar como fenômeno provável de promoção do desenvolvimento local e o ambiente observado.

No que diz respeito a pesquisa qualitativa, explora informações mais subjetivas, levando em consideração as particularidades dos entrevistados em uma análise ampla e quantificável (Richardson, 1999).

Para Godoi, Bandeira-de-Mello e Silva (2010), a pesquisa exploratória visa promover maior familiaridade com o problema e torná-lo explícito, buscando explorar e conhecer características de um fenômeno e, conseqüentemente, permitir a proposta de estudos aprofundados. Com a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno, de forma detalhada levantar opiniões, atitudes e crenças de uma população.

Para Cooper e Schindler (2011), estudos exploratórios possibilitam ao pesquisador desenvolver conceitos de forma mais clara. Os autores afirmam ainda que, por meio da exploração, os pesquisadores, além de desenvolverem conceitos, estabelecem propriedades, desenvolvem definições operacionais e melhoram o projeto final da pesquisa.

O método escolhido para coleta de dados é a entrevista focalizada (Quadro 1), conforme explica Gil (2014). Este tipo de entrevista permite ao entrevistado falar livremente sobre o tema, mas o entrevistador pode intervir sempre que achar necessário, respeitando o foco temático que será o objeto de estudo da pesquisa.

Quadro 1 – As fases e a caracterização do roteiro da entrevista.

Fase	Caracterização
01 – Preparação para a entrevista	Instruções claras, sobre: horário, o tempo de duração, local, possibilidade de recusa.
02 – Condução da entrevista	Explicar o objetivo da entrevista, o nome da entidade, o nome dos pesquisadores, deixar claro a confidencialidade da pesquisa.
03 – Registro de respostas	Registrar as informações por anotações ou por uso de gravador, solicitar a gravação para a pessoa entrevistada. Analisar as respostas.
04 – Conclusão	Publicações.

Fonte: Adaptado de Gil (2014).

Com o Quadro 1 é possível observar que a entrevista teve um ritmo delimitado pela metodologia, em que foram observados para a condução da entrevista e análise dos resultados.

3.2 População e amostra

A população estudada compreendeu pequenos produtores rurais da agricultura familiar do município de Dianópolis/TO, que estão cadastrados nas Instituições do governo do estado de assistência técnica e extensão Rural (Ruraltins) localizadas no município, e os outros que agregam ao processo de promoção do desenvolvimento local.

Segundo Vergara (2010), a população é o conjunto de elementos que apresentam as características do objeto do estudo, e a amostra é uma porção do universo selecionada a partir de um critério de representatividade.

A justificativa de trabalhar com os atores locais vem do entendimento de Sachs (2009), de que o desenvolvimento deve ser pautado por princípios éticos que se complementam, considerando, primeiro, a solidariedade sincrônica com o presente, e depois a solidariedade diacrônica com as gerações futuras.

A população estudada, os pequenos produtores rurais da agricultura familiar, são as pessoas que possuem imóvel rural com até 4 Módulos Fiscais (O Módulo Fiscal é expresso em hectares, definido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e varia de acordo com o município entre 5 e 110 hectares), que sobrevivem de vender o que produzem, e usam sua própria mão de obra e de sua

família. Para este estudo será aplicado questionário semiestruturado, com perguntas diretas e de linguagem simples, para facilitar a compreensão por parte dos produtores e mostrar a finalidade deste estudo.

No município de Dianópolis/TO, segundo o órgão Ruraltins, possuem 348 pequenas propriedades rurais, desta forma, com uma margem de erro de 5% com 90% de confiança, a população amostrada para responder o questionário foi de 116 produtores.

3.3 Instrumentos

O instrumento de pesquisa é tudo aquilo utilizado, técnicas e ferramentas, para lograr êxito ao objetivo da pesquisa. Sendo nesta pesquisa adotada para a coleta de dados a pesquisa bibliográfica e exploratória, por meio de questionários e entrevistas, observações assistemáticas e análise de dados por meio de softwares adequados.

A pesquisa bibliográfica, segundo Gerhardi e Silveira (2009, p. 37) “são dados obtidos a partir de fontes escritas, portanto, de uma modalidade específica de documentos, que são obras escritas, impressas em editoras, comercializadas em livrarias e classificadas em bibliotecas”.

Para Vergara (2010), a pesquisa exploratória, embasada em pesquisa bibliográfica e análise de documentos, permite mostrar o problema e construir hipóteses sobre determinado assunto, configurando-se, assim, em uma pesquisa documental.

A observação é uma técnica de coleta de dados usada para obter informações e capturar aspectos específicos da realidade usando os sentidos. Segundo Marconi e Lakatos (2003) a observação abrange técnicas ver e ouvir, e em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar.

Assim, após levantamento de toda parte teórica que embasam os procedimentos e métodos para essa pesquisa, será apresentado o procedimento de coleta de dados para entendimento do desenho desta pesquisa.

3.4 Plano para coleta de dados

A coleta de dados foi realizada entre os dias 11 de abril e 18 de julho de 2023 com visitas *in loco*, munido de um formulário submetido e aprovado (conforme Anexo A e B) pelo Comitê de Ética em Pesquisa Humana da Universidade de Taubaté. Houve questionários e entrevista para coleta de dados junto aos pequenos produtores rurais da agricultura familiar do município, e o formulário específico para coleta de dados junto aos atores do poder público do município.

3.5 Plano para análise de dados

Os dados obtidos na pesquisa, por meio de entrevista com os atores envolvidos entre poderes públicos, comerciante de produtos rurais do município de base familiar, foram sistematizados por meio de software estatístico (PSPP)¹ com a apresentação dos resultados obtidos por meio de ferramentas como tabelas, quadros e gráficos, para, posteriormente, serem realizadas as análises interpretativas.

3.6 Aspectos Éticos

3.6.1 Tamanho da amostra

A população amostrada foi baseada no entendimento de que os locais em que se concentram mais dados sobre produtores rurais da agricultura familiar é no órgão Ruraltins - Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins, estes proporcionam a assistência para produtores mais ativos no município. E, segundo o referido órgão, possuem cadastradas 348 pequenas propriedades rurais da agricultura familiar, desta forma, com uma margem de erro de 5% com 90% de confiança, calcula-se uma população amostral de 116 questionários de entrevista, todos os 116 produtores da agricultura familiar do município de Dianópolis/TO foram entrevistados.

¹ GNU PSPP é um programa para análise estatística de dados amostrados. É um substituto gratuito para o programa proprietário SPSS e parece muito semelhante a ele, com algumas exceções (tradução própria, GNU, 2023, s.p.).

3.6.2. Critérios de inclusão

Foram incluídas ao estudo as pessoas envolvidas com o processo de produção da agricultura familiar do município de Dianópolis/TO.

3.6.3. Critérios de exclusão

Excluídas neste processo, as pessoas que não quiseram participar, pessoas que tenham médias e grandes propriedades, além disso, aquelas que por algum motivo não puderem ser contatadas.

3.6.4. Riscos

Consideram-se riscos ao participante o seu aborrecimento; cansaço, expressos na forma de desconforto; possibilidade de constrangimento ao responder o instrumento de coleta de dados; medo de não saber responder, ou de ser identificado; estresse; quebra de sigilo; cansaço ou vergonha ao responder às perguntas.

Pessoas analfabetas podem também não conseguir ou não se sentirem à vontade em responder às perguntas do questionário, ou acharem que são confusas, mesmo assim, caso o produtor ou gestor não conseguisse ler a pesquisa, seria ofertado pela pesquisadora a possibilidade de realizar a entrevista por telefone.

Garantido assim, o seu anonimato, bem como o direito de suspender a participação com a retirada dos dados fornecidos da pesquisa. Além disso, caso os riscos se mantivessem ou causassem transtornos de ordem psíquica, o participante seria encaminhado para atendimento na rede pública.

Caso houvesse algum dano ao participante, garantido os mesmos procedimentos que visem à reparação e o direito a buscar indenização.

Garantido o sigilo em relação às suas respostas, tidas como confidenciais, e utilizadas apenas para trabalho científico; o questionário foi aplicado somente em ambiente que proporcionasse privacidade para a coleta dos dados, e priorizada a abordagem humanizada; o formulário não possuiu nenhum campo que solicite nome ou identificação; assegurou-se a confidencialidade e privacidade e proteção da sua

imagem; caso o (a) Sr. (a) entrevistado (a) desistisse de participar, o seu questionário não seria considerado para análise, sendo a sua escolha em parar ou continuar a qualquer momento; em caso de analfabetismo ou dificuldade na leitura fora ofertado pela pesquisadora a possibilidade de se fazer a entrevista por telefone ou oralmente.

3.6.5. Benefícios

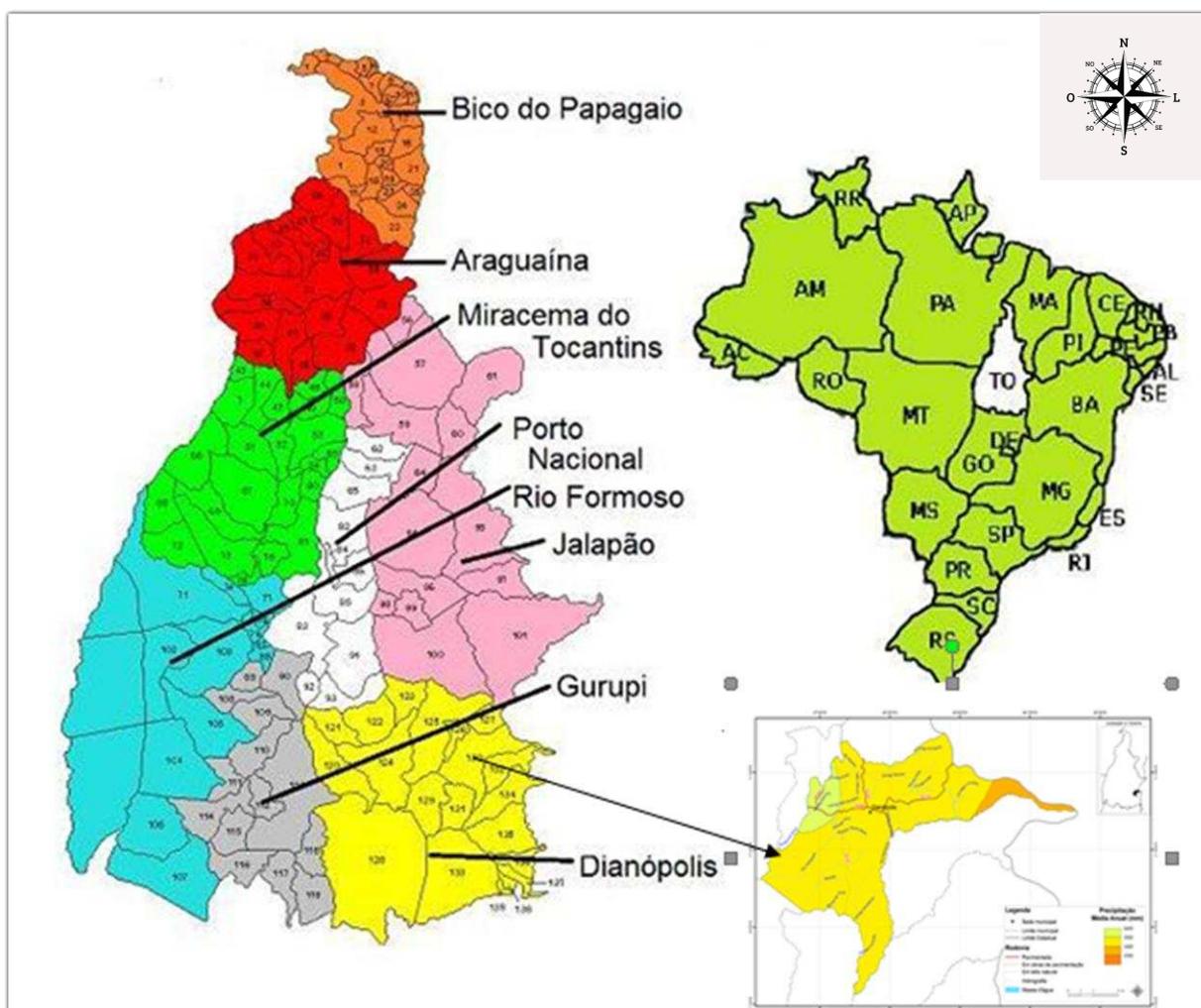
A presente pesquisa beneficia a comunidade acadêmica e científica, no âmbito do desenvolvimento local, informações e dados que possam promover o desenvolvimento sustentável local para melhor gestão e planejamento das políticas públicas voltadas as necessidades do agricultor familiar do município de Dianópolis/TO.

3.6.6. Critério de encerramento ou suspensão da pesquisa

A pesquisa seria encerrada caso nenhum dos participantes queira responder, além disso, caso exista algum tipo de exposição da pesquisadora, por questões sanitárias ou legais, como o que ocorreu durante a pandemia ocasionada pela Covid-19.

3.7 Área de realização

Figura 2 - Recorte geográfico da pesquisa.



Fonte: Adaptado de IBGE (2019, 2020).

O município de Dianópolis está localizado na região Sudeste do estado do Tocantins, distante 330 km da capital estadual (Palmas), e da capital federal (Brasília), 650 km. É um dos municípios mais antigos da região do referido estado (IBGE, 2022).

As atividades agropecuárias não são recentes, além de ser um dos principais indicadores econômicos do município. Fator que leva a acreditar que práticas e políticas públicas voltadas a esses produtores possam agregar valor ao produto, possibilitar maior produtividade, menores perdas de produção e melhores condições de vida a muitas famílias do sertão. Diante disso, a pesquisa foi realizada no município de Dianópolis/TO.

Dianópolis ocupa a 1.866ª posição em um *ranking* de nível nacional que escala 5.565 municípios existentes no Brasil, já no estado do Tocantins essa posição muda para 9º lugar em relação aos 138 municípios (Tocantins, 2017).

Considerando o censo de 2010 realizado pelo IBGE e o PNUD em 2016, o IDHM de Dianópolis vem aumentando ao longo dos anos, para análise desses dados são levados em consideração a longevidade, educação e a renda da população na Tabela 1, pode-se observar esses dados que melhor demonstram esse crescimento.

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento Humano do município de Dianópolis.

ÍNDICES	1991	2000	2010
IDH – M	0,385	0,515	0,701
IDH – M Longevidade	0,588	0,709	0,822
IDH – M Educação	0,174	0,334	0,624
IDH – M Renda	0,558	0,576	0,673

Fonte: Brasil (2013).

Considerando que a renda influencia nesses dados, ao analisarmos o PIB do município em um período que compreende ao ano de 2020, pode-se extrair que o PIB *per capita* no município é de R\$ 31.530,94, comparando a nível nacional ocupa o 35º lugar no estado, e o 5570º no País. Ao considerar a análise quanto à atividade desenvolvida, a agropecuária, no município sobem para a 6ª posição a nível estadual, e 327º no *ranking* nacional (IBGE, 2020). Conforme demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2 – Indicadores econômicos do município de Dianópolis/TO, 2014 e 2020.

ATIVIDADES ECÔNICAS	PIB - VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES -2014	PIB - VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES - 2020
Agropecuária	R\$ 131.085,83	R\$ 249.992,36
Indústria	R\$ 23.240,64	R\$ 93.444,33

Serviços - Administração, Defesa, Educação E Saúde Públicas E Seguridade Social	R\$ 96.228,40	R\$ 179.292,70
Administração, Defesa, Educação E Saúde Públicas E Seguridade Social	R\$ 97.938,79	R\$ 149.611,34

Fonte: Adaptado de IBGE (2014 e 2020).

A produção agrícola é a segunda maior geradora de renda no estado do Tocantins, é o terceiro maior produtor de arroz irrigado do Brasil, que no ciclo de 2021/2022 produziu 550 mil toneladas. Além disso, destaca-se a importância de outras culturas como a soja, feijão, milho e frutas para a economia do estado (Tocantins, 2022). A Tabela 3 demonstra as culturas plantadas no município de Dianópolis/TO:

Tabela 3 – Atividade Agrícola Dianópolis/TO.

Lavoura permanente	Quantidade (toneladas)	
	2020	2021
Banana	6.090	3.010
Coco da baía	520	560
Laranja	45	45
Limão	80	80
Mamão	60	60
Manga	1.440	1.440
Maracujá	36	36
Tangerina	31	31

Fonte: Adaptado de Tocantins (2022).

A avaliação desses dados, tem um destaque positivo para o crescimento do coco-da-baía, no entanto, observa-se a diminuição da produção de banana principalmente e uma estagnação da produção de outras culturas.

Quanto à pecuária, o estado do Tocantins, a bovinocultura (de corte e de leite) apresentaram destaque no ano de 2021, conforme pode-se observar na Tabela 4:

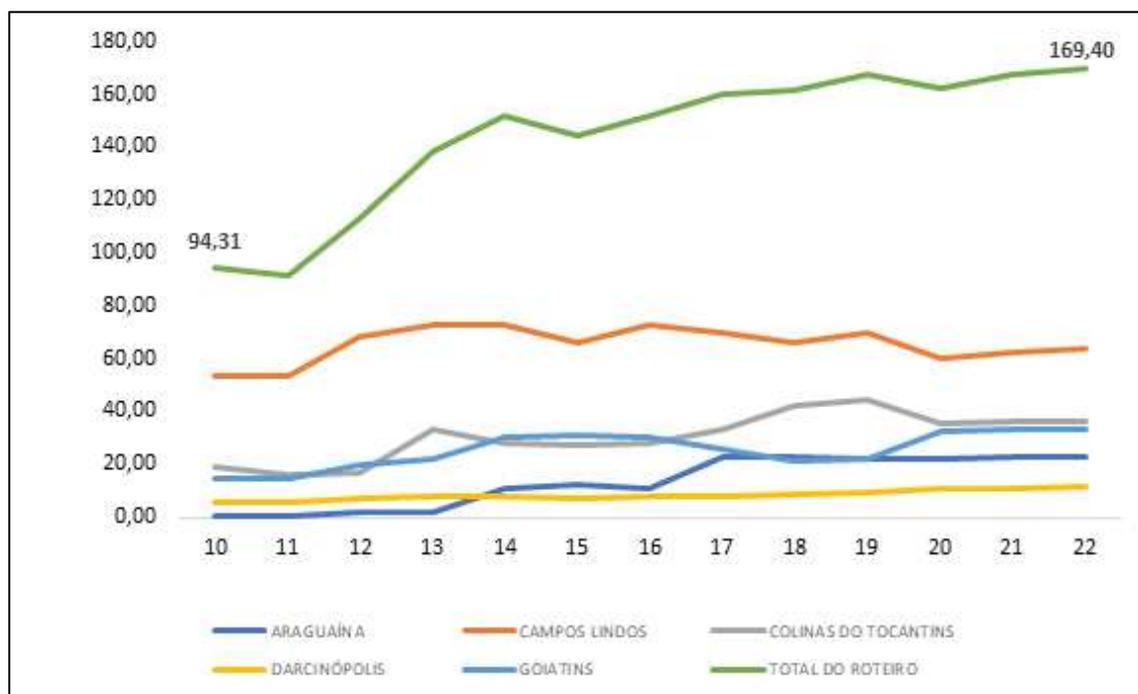
Tabela 4 – Atividade Agrícola Dianópolis/TO.

Pecuária	Quantidade de milheiros/cabeça	
	2020	2021
Alevinos	20.473	18.659
Bovino	10.161.938	9.129.804
Bubalino	5.307	5.121
Caprino	14.211	15.379
Codorna	833	261
Equino	189.237	226.919
Galináceo	8.284.691	8.787.634
Mel de abelha	205.041 kg	93.173
Ovino	104.975	125.148
Suíno	250.881	243.289

Fonte: Adaptado de Tocantins (2022).

Considerando que o estado teve crescimento significativo nos últimos anos, observa-se que o setor agrícola, como um todo, é essencial para a economia do estado. Os dados levantados pela Secretaria da Agricultura, Pecuária e Aquicultura (SEAGRO) no Tocantins indicam que o setor agrícola tem experimentado um crescimento significativo nos últimos 13 anos, conforme demonstrado na Figura 3:

Figura 3 - Área plantada de soja no estado do Tocantins.



Fonte: Tocantins (2022).

O crescimento superior a 79% sugere que houve um aumento substancial na produção agrícola nesse período, existem algumas observações quanto ao motivo desse crescimento, os quais seriam, segundo a Seagro: a disponibilidade de água no estado; as terras férteis; estações bem definidas ao longo do ano; a topografia favorável que contribuem para ótimas estimativas para os próximos anos.

Esses dados ressaltam o potencial agrícola do Tocantins, e fornecem informações sobre os recursos disponíveis para impulsionar o crescimento do setor nos últimos anos. O estado tem aproveitado suas condições favoráveis para expandir sua produção agrícola, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da região.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção serão descritos os resultados do estudo, ou seja, identificar as estratégias agropecuárias adotadas para atender às necessidades do agricultor

familiar relacionadas a promoção do desenvolvimento sustentável no município de Dianópolis/TO.

Ao analisar o processo de desenvolvimento local, como o que se busca atingir com esse trabalho, conforme os objetivos definidos, há uma preocupação enquanto pesquisadores de destacar a importância da cidade de Dianópolis/TO como potencial para melhoria do desenvolvimento regional.

Para resumir o significado de desenvolvimento em uma única expressão, pode-se dizer que ele consiste na evolução de algo em uma determinada situação. O processo de desenvolvimento envolve o aumento da quantidade de produtos ou serviços produzidos pelo trabalhador, o que gera os recursos necessários para alcançar outras dimensões do desenvolvimento, como a redução da pobreza, melhoria da saúde e educação da população, aumento da expectativa de vida, entre outros. O crescimento econômico é essencial para o desenvolvimento, pois é através dele que se obtêm os recursos necessários para promover avanços nessas dimensões. No entanto, é importante destacar que o crescimento por si só não garante o desenvolvimento em todas as suas dimensões, mas é um elemento fundamental para torná-lo possível (IPEA, 2009).

Conforme demonstram Veiga, Matta e Veiga (2017) o conceito de cidade abrange as áreas rurais e urbanas, e conforme complementa o IBGE (2013), neste local está a sede da prefeitura municipal, localizada na área urbana do distrito-sede, a área é delimitada pelo perímetro urbano estabelecido por lei municipal, que define os limites da região urbana dentro do município.

Conforme explica o IBGE (2013), os municípios possuem suas próprias Leis Orgânicas, que são normas fundamentais que regem sua organização, funcionamento e autonomia. Essas leis devem observar os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na Constituição do Estado, onde o município está localizado. Resumindo, a cidade compreende a área urbana.

Através do levantamento realizado, foi possível identificar as seguintes informações, discriminadas na seguinte subseção:

4.1 Processo histórico da Região de Dianópolis/TO

O município de Dianópolis/TO, nasceu na década de 1750, caracterizada por enormes conflitos territoriais, possui uma população de 22.424 habitantes, aproximadamente no ano de 2023, conta com o Produto Interno Bruto (PIB) de 31.530,94 por pessoa e área territorial de 3.318,094 km², está situada a 330 Km da capital do estado (Palmas), as estimativas populacionais apresentadas pelo Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, apontam Dianópolis/TO como uma cidade a ser considerada populosa Região Sudeste, devido a sua quantidade de habitantes (IBGE, 2010).

Através de uma abordagem histórica, Alves (2009) disserta que a região passou por um processo conflituoso, mesmo assim, apresenta em seu estudo um crescimento do processo de construção, o principal fator é a identidade construída ao longo do tempo, a desvinculação do estado de Goiás e a resistência para a construção deste novo estado.

Segundo o IBGE (2023) o processo de criação até chegar ao município, pode ser elencado nas seguintes normas e processos de criação:

A Lei Provincial nº 03, de 14/10/1854, criou o Distrito de São Jose do Duro sob a jurisdição de Conceição do Norte. A Lei Provincial nº 723 de 26 de agosto de 1884, elevou o Distrito de São José do Duro a categoria de vila, com o mesmo nome. A vila passou a categoria de cidade através do Decreto-Lei nº 311 de 02/03/1938. Por meio do Decreto-Lei Estadual nº 557, de 09/06/1938 e Decreto-Lei Estadual nº 808, de 30/09/1938, recebeu o nome de Dianópolis. Em 1911, como Distrito na divisão administrativa figuram: São José do Duro, Missões, São Miguel, Almas e Matões, enquanto nas apurações do Censo de 1920 o município estava dividido em dois distritos: São José do Duro e Rio da Conceição. De acordo com a divisão administrativa de 1933 e as territoriais de 1936 e 1937 o município estava dividido em três distritos: São José do Duro, Matão e Missões. Pelo Decreto nº 311, de 02 de março de 1938 e Decreto-Lei nº 557, de 09/06/1938 e Decreto-Lei nº 808, de 30/09/1938, a vila foi elevada a categoria de cidade e o município recebeu o nome de Dianópolis, adotado a partir de 1939, em homenagem as Custodianas do lugar: Custodiana Leal Rodrigues, Custodiana Nepomuceno Wolney Araújo, Custodiana Wolney Póvoa e Custodiana Costa Aires, todas conhecidas como Dianas (IBGE, 2023, s.p).

Extrai-se que o processo de emancipação do município foi lento e passou por uma série de Decretos que levaram a criação do município.

A cidade se relaciona diretamente com o estado da Bahia, com o qual faz fronteira geográfica, essa região pertence à região definida como MATOPIBA, a combinação dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, resultado da

expansão das fronteiras agrícolas dessas regiões, que surgiu após a análise dos plantios pela Embrapa. Para a criação dessa região, foi levado em consideração as áreas que continham o cerrado, as características naturais dos estados, questões fundiárias, perfil da atividade agropecuária, as questões voltadas a investimentos e infraestrutura como a logística e as condições sociais e econômicas desses locais, a oficialização foi dada pelo Decreto 8.447/2015 (EMBRAPA, 2023).

O município de Dianópolis/TO possui uma área representativa com relação a produção de grãos em escala de exportação no agronegócio, sendo 16.510 ha de soja e 9.000 ha de milho (IBGE, 2022).

Segundo Bolfe *et al.* (2016), existe um contraste no setor de produção agrícola do estado do Tocantins, pois as riquezas e grandes propriedades ainda estão concentradas nas mãos de poucos, principalmente pela migração de pessoas vindo do Sul para a região. Segundo os autores, a dificuldade não está no rico que se desenvolveu e trouxe riqueza para a região, mas a grande quantidade de pessoas pobres no sentido de como gerenciar. Pois um estado como o Tocantins é considerado rico, as culturas produzidas demandam maquinários e tecnologias, isso requer trabalhadores qualificados, provocando a marginalização de grande parte da mão de obra disponível nestes locais.

Desta forma, denota-se que o estado do Tocantins possui grande quantidade de riquezas e tecnologia na área da Agricultura, em contrapartida, possui uma gama de pessoas vulneráveis, isso demonstra potencial para uma organização das atividades rurais, principalmente quanto a capacitação e logística (Rodrigues, 2016).

O objeto deste estudo, concentra-se em obter informações a partir da abrangência de dados e atendimento do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (Ruraltins), órgão do poder público que promove atendimento aos produtores e tem a visão de fornecer assistência técnica e extensão rural na promoção do desenvolvimento rural de maneira sustentável:

Vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Aquicultura, o RURALTINS, com seus escritórios locais, tem atuação e abrangência em todos os municípios tocantinenses. Essas unidades locais são coordenadas e supervisionadas por 07 (sete) escritórios regionais, localizados nas cidades de: Araguatins, Araguaína, Miracema do Tocantins, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional, Gurupi e Taguatinga. O escritório central, sede da

administração geral do órgão está localizado em Palmas, capital do estado. Público-alvo: são beneficiários diretos dos serviços de assistência técnica e extensão rural, os produtores (as) rurais e suas famílias, preferencialmente, os agricultores de base familiar, dentre eles os assentados da reforma agrária, os quilombolas, pescadores artesanais, extrativistas e povos indígenas (Tocantins, 2023, s.p).

A partir dessa explanação, destaca-se a importância da coleta de dados realizada por meio de entrevistas com produtores da agricultura familiar e gestor responsável pela Ruraltins do município de Dianópolis/TO, conforme aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da UNITAU (ANEXO A e B), criou-se arcabouço teórico utilizado na versão final da Dissertação de Mestrado.

4.2 Análise da Agropecuária familiar e desenvolvimento de Dianópolis/TO

Ao analisar a atividade agropecuária é possível buscar o desenvolvimento regional e local nas particularidades econômicas de uma região, como a do Sudeste do Tocantins, mais precisamente na região de Dianópolis/TO.

A agropecuária é um setor de grande importância para o desenvolvimento regional, especialmente em áreas rurais onde a atividade agrícola é predominante. Ao longo da história, a agropecuária tem sido um dos principais motores da economia, gerando emprego e renda para grande parcela da população.

No entanto, a agropecuária também pode ser um fator de impacto negativo para o meio ambiente, se não for conduzida de forma sustentável. A produção agrícola pode levar ao desmatamento, erosão do solo, contaminação da água e uso excessivo de agrotóxicos, afetando a biodiversidade e a saúde humana. É importante, portanto, que a agropecuária seja realizada de forma sustentável, levando em consideração os aspectos ambientais, sociais e econômicos (Rego; Rocha, 2017).

O desenvolvimento regional é um conceito que abrange um conjunto de políticas e medidas voltadas para o crescimento econômico, a melhoria da qualidade de vida e a redução das desigualdades regionais. A agropecuária pode ser um dos setores fundamentais para impulsionar o desenvolvimento regional, especialmente em áreas onde a atividade agrícola é predominante, além de gerar emprego e renda para

a população local, e contribuir para o desenvolvimento de outras atividades econômicas (Pletsch, Casali E Baggio, 2019).

Para que a agropecuária possa cumprir o seu papel no desenvolvimento regional, é necessário que sejam adotadas medidas para garantir a sustentabilidade da atividade. Para Pletsch, Casali e Baggio (2019), isso inclui a adoção de práticas agrícolas sustentáveis, a conservação dos recursos naturais, a redução do uso de agrotóxicos, a promoção da agricultura familiar e o acesso a mercados.

A agricultura familiar é um modelo de produção agrícola que tem um papel fundamental no desenvolvimento regional. É caracterizada por ser realizada em pequenas propriedades, utilizar técnicas de produção sustentáveis, e ter um forte vínculo com o território. Segundo Rego e Rocha (2017) a agricultura familiar é responsável por uma grande parcela da produção de alimentos no País, contribuindo para a segurança alimentar da população. Além disso, Salanek Filho (2007) entende que a agricultura familiar tem um papel fundamental na segurança alimentar, fornecendo alimentos para a população local e para outras regiões.

Ao analisar os dados, a partir das entrevistas com produtores rurais da agricultura familiar do município de Dianópolis/TO, foi possível observar que os trabalhadores rurais, geralmente, dependem da agricultura como sua principal fonte de renda, porém, essa atividade pode ser afetada por uma série de fatores, como variações climáticas, sazonalidade das colheitas, oscilações de preços no mercado agrícola, entre outros.

Essas condições podem tornar a renda desses trabalhadores irregular e instável ao longo do ano, necessitando de assistência financeira por meio dos programas sociais. A Tabela 5 demonstra a participação do agricultor familiar de Dianópolis/TO nesses programas sociais.

Tabela 5 – Programas sociais rurais de Dianópolis/TO.

	Frequência	Percentual	Valid Percent.	Cumulative Percent.
Programa Bolsa Família	25	21,6%	21,6%	21,6%
Tarifa Social de Energia Elétrica	20	17,2%	17,2%	38,8%
Benefício de Prestação Continuada – BPC/LOAS	37	31,9%	31,9%	70,7%
Não participa	34	29,3%	29,3%	100%
TOTAL	116	100%		

Fonte: Elaboração própria, 2023.

É possível observar que a maior quantidade de participação dos trabalhadores rurais em programas sociais concentra-se nos benefícios de BPC/LOAS (31,9%), Bolsa família (21,6, %) e Tarifa social (17,2%), ou seja, 70,7% dos entrevistados participam de algum dos programas do governo de fomento aos que necessitam de assistência financeira. Quando questionados sobre os programas Minha Casa Minha Vida e Bolsa Estiagem, os entrevistados alegaram não participar.

A Tabela 5 mostra que 31,9% dos entrevistados recebem BPC/LOAS, ou seja, são aposentados. O que comprova que esses aposentados apresentam idade superior a 60 anos. Ponto que preocupa quando se pensa em sucessão.

Vale conceituar, o Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda do governo brasileiro que tem como objetivo fornecer assistência financeira para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Os trabalhadores rurais, especialmente aqueles que vivem em áreas de baixo desenvolvimento econômico e com dificuldades de acesso a serviços básicos, como saúde e educação, podem se encaixar nesse perfil de vulnerabilidade socioeconômica (Mocelin, 2011).

A Tarifa Social, por sua vez, foi criada pela Lei 10.438 de 26 de abril de 2002, é um benefício que visa a redução da conta de energia elétrica para famílias de baixa renda. O consumo de energia elétrica é essencial para diversas atividades rurais, como irrigação, refrigeração de alimentos e utilização de equipamentos agrícolas. No entanto, os custos associados ao uso da energia elétrica podem ser uma carga significativa para os trabalhadores rurais de baixa renda, sendo assim, demonstra-se

através da pesquisa a sua importância para moradores das zonas rurais de Dianópolis/TO.

Dessa forma, os trabalhadores rurais, muitas vezes, recorrem ao Bolsa Família e à Tarifa Social de energia elétrica como forma de complementar sua renda e reduzir os custos básicos de subsistência. Esses programas sociais ajudam a aliviar parte da pressão financeira sobre esses trabalhadores, permitindo atender às necessidades básicas de suas famílias.

Além disso, é importante destacar que os trabalhadores rurais enfrentam desafios específicos, como a sazonalidade do trabalho agrícola e a falta de infraestrutura em áreas rurais. Essas dificuldades podem tornar o acesso a oportunidades de trabalho e serviços básicos ainda mais limitado, aumentando a necessidade de assistência por meio de programas como o Bolsa Família e a Tarifa Social.

No entanto, é válido ressaltar que o benefício previdenciário Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC-LOAS) é um benefício garantido por Lei, no caso de pessoa com deficiência ou idoso com 65 anos ou mais. Existem requisitos previstos em Lei, e vale ressaltar que não se trata de uma aposentadoria, mas um benefício em que não é necessário ter contribuído com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), além disso, beneficiado não paga 13º (BRASIL, 1993).

A escolha entre aposentadoria especial para trabalhador rural e o BPC-LOAS depende das circunstâncias individuais e das necessidades do trabalhador rural.

Ao analisar-se a existência de terceirização de pessoas no meio rural, foi observado que 62,9% dos analisados não possuem trabalhadores terceirizados, mesmo assim, 37,1 % possui terceiros em suas propriedades. Ressaltando que esta terceirização, segundo os entrevistados, está basicamente na troca de serviços entre os produtores locais, e alguns poucos casos pagamento de diárias. Conforme se observa na Tabela 6:

Tabela 6 – Terceirização da agricultura familiar em Dianópolis/TO.

	Frequência	Percentual	Valid Percent.	Cumulative Percent.
Sim	43	37,1%	37,1%	37,1%
Não	73	62,9%	62,9%	100%
Total	116	100,0%		

Fonte: Elaboração própria, 2023.

A porcentagem de terceirização de mão de obra (37,1%) é consideravelmente maior do que a porcentagem de registro de terceiros (2,3%). Isso indica que uma parcela maior das pessoas que responderam prefere a terceirização de mão de obra que realizar o registro de terceiros, conforme pode-se observar na Tabela 7:

Tabela 7 – Registros de terceiros pela agricultura familiar de Dianópolis/TO.

	Frequência	Percentual	Valid Percent.	Cumulative Percent.
Sim	1	2,3%	2,3%	2,3%
Não	42	97,7%	97,7%	100%
Total	43	100,0%		

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Vale ressaltar que registrar trabalhadores rurais é importante por vários motivos, entre eles a proteção legal desses trabalhadores, garantidos pela Constituição Federal de 1988 e leis correlatas como a Consolidação de Leis do Trabalho (CLT). Leis que garantem aos trabalhadores rurais o acesso aos benefícios trabalhistas e previdenciários. Para os próprios pequenos produtores que contratam esses terceiros, o registro é um meio de combater o trabalho irregular, sendo essencial para garantir direitos, segurança social, formalização do emprego, fiscalização e planejamento adequado. Ele contribui para a justiça social e para a melhoria das condições de trabalho no campo.

Porém, o baixo percentual de registros de terceiros se justifica na troca de serviços, que segundo contribuições teóricas de Sabourin (2009) a reciprocidade como categoria fundadora da identidade do agricultor, ou seja, mais do que uma simples troca de serviços, a reciprocidade seria a dinâmica de reprodução de prestações, geradora de vínculo social, pois no trabalho agrícola as tarefas precisam ser realizadas no momento certo ou todo esforço colocado na produção pode ser

afetado, o que evidencia a importância das relações de reciprocidade entre produtores familiares.

A Tabela 8 demonstra o acesso dos produtores rurais do município de Dianópolis/TO aos financiamentos e empréstimos, e que 56,9% dos entrevistados não tiveram acesso a nenhum tipo de recurso financeiro:

Tabela 8 – Acesso dos agricultores familiares de Dianópolis/TO a financiamentos.

	Frequência	Percentual	Valid Percent.	Cumulative Percent.
Empréstimo	22	19,0%	19,0%	19,0%
Financiamento	17	14,7%	14,7%	33,6%
Outro	10	8,6%	8,6%	42,2%
Prefiro não responder	1	0,9%	,9%	43,1%
Não	66	56,9%	56,9%	100%
Total	116	100,0%		

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Segundo Teixeira (2002) os financiamentos e empréstimos são inseridos no campo de políticas públicas, da seguinte forma:

“Políticas públicas” são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos (p. 2).

As políticas públicas e os instrumentos de apoio à agricultura familiar são fundamentais para o desenvolvimento regional sustentável. Essas políticas têm como objetivo a melhoria das condições de vida das famílias rurais, o aumento da produtividade e a promoção da segurança alimentar.

Os programas de incentivo à agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), têm papel importante na criação de condições para o desenvolvimento da atividade agrícola. Segundo Guimarães (2009) esses programas oferecem recursos financeiros para investimentos na propriedade, na produção e na comercialização dos produtos.

A assistência técnica é outra importante ferramenta de apoio à agricultura familiar. Esse tipo de apoio visa a capacitação dos produtores rurais, a melhoria das técnicas de produção e o aumento da qualidade dos produtos. Segundo Pletsch, Casali e Baggio (2019) essas ações são fundamentais para garantir a sustentabilidade da atividade agrícola e a melhoria das condições de vida das famílias rurais.

A agricultura familiar é uma estratégia fundamental para o desenvolvimento sustentável, pois se adequa aos princípios da sustentabilidade, combinando produção econômica, equidade social e conservação ambiental. Para Damasceno, Khan e Lima (2011) é uma forma de agricultura praticada por famílias em pequenas propriedades rurais, na qual a gestão da terra e dos recursos naturais é feita de forma integrada, baseada em práticas agroecológicas e em uma relação profunda com o território.

Assim também, Mantovani e Areosa (2022) apontam o território como a interrelação entre os sujeitos, suas condições e dinâmicas num determinado local.

O território é uma estrutura de interrelação entre as condições físicas e materiais e a ação concreta dos sujeitos que o ocupam e produzem no seu interior. Assim, o uso do território pode ser pensado tanto a partir da sua infraestrutura, quanto a partir de suas dinâmicas sociais, culturais, políticas e econômicas (Mantovani; Areosa, 2022, p. 144).

Conforme pode-se observar no levantamento realizado, o empréstimo e o financiamento se apresentam como um meio de acesso do pequeno produtor a bens. Vale destacar que o acesso ao capital é uma maneira de enfrentamento às dificuldades oriundas das atividades dos pequenos produtores rurais, principalmente aqueles oferecidos pelo governo. Isso permite que esses produtores tenham acesso a recursos financeiros para expandir suas operações, melhorar a produtividade e modernizar suas práticas agrícolas.

O financiamento adequado permite que pequenos produtores invistam em tecnologias modernas, inovação e capacitação, o que aumenta sua produtividade e competitividade no mercado. Com acesso a recursos financeiros, eles podem adquirir sementes de melhor qualidade, adubos, maquinários agrícolas e implementar técnicas mais eficientes, resultando em um aumento da produção e da qualidade dos produtos (EMBRAPA, 2023).

O apoio financeiro aos pequenos produtores contribui para o desenvolvimento econômico regional. Ao investirem em suas atividades agrícolas, geram empregos e impulsionam a economia local. Além disso, o aumento da produção agrícola dos pequenos produtores pode estimular o desenvolvimento de outras indústrias e serviços relacionados ao setor agrícola, como agroindústrias, transporte e comércio (EMBRAPA, 2018).

Sendo esta tendência observada e, inclusive mencionadas, pelos agricultores familiares durante a entrevista, visto que, segundo estes autores locais a questão financeira repercute diretamente em investimentos na propriedade, maior produção e aumento da renda.

4.3 Análise do perfil socioeconômico do público estudado

A análise quanto à remuneração dos indivíduos estudados foi o primeiro ponto observado pela pesquisadora, visto que, conforme explica Pires (2019), não é um indicador de diminuição do desenvolvimento local, sendo que analisa-se para este quesito a distribuição dessa renda.

Para comparar os dados de renda mensal e renda *per capita*, foi possível, a partir da obtenção dos valores específicos dessas duas variáveis para cada categoria para comparar. A renda mensal é o valor total da renda recebida em um determinado período, enquanto a renda *per capita* é a renda média por pessoa em uma determinada unidade familiar.

Sendo assim, na Tabela 9 obteve-se que:

Tabela 9 – Renda familiar total por categoria salarial.

Categorias		Famílias
1	1 a 2 salários-mínimos	81
2	2 a 3 salários-mínimos	25
3	3 a 4 salários-mínimos	2
4	acima de 4 salários-mínimos	8

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Assim, na Tabela 9 pode-se observar que dos 116 entrevistados, 81 famílias apresentam a renda concentrada entre 1 e 2 salários, quando chega, segundo alguns dos entrevistados. No entanto, a baixa remuneração do indivíduo não pode ser considerada, por si só, como falta de desenvolvimento, sendo fundamental analisar também a forma como a renda é distribuída e a qualidade de vida das pessoas.

Oliveira, Piffer e Strassburg (2019) afirmam que um dos instrumentos usados para compreender a dinâmica da economia regional é a prerrogativa de indicadores da base econômica das regiões.

O desenvolvimento não se resume apenas ao aspecto econômico, engloba outros indicadores sociais, como acesso a serviços básicos, educação, saúde, moradia adequada e qualidade ambiental. Portanto, é importante considerar a forma como a renda é distribuída dentro da sociedade, garantindo que todos tenham condições dignas de vida.

Neste contexto, Sen (2010) ressalta a importância do desenvolvimento social e afirma que:

O desenvolvimento requer que se movam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos (p. 16).

A análise da Tabela 10 permite identificar e comparar a distribuição de gênero entre os trabalhadores rurais, neste caso houve um predomínio do gênero masculino em relação ao feminino. Possível assim, observar se há uma predominância de um gênero sobre o outro ou se existe uma distribuição mais equitativa.

Tabela 10 – Representação de gênero masculino e feminino na agricultura familiar em Dianópolis/TO.

	Frequência	Percentual	Valid Percent.	Cumulative Percent.
Feminino	43	37,1%	37,1%	37,1%
Masculino	73	62,9%	62,9%	100%
Total	116	100,0%		

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Outro ponto, não menos importante no contexto socioeconômico, envolve estudos sobre gênero, homem e mulher, seus papéis e diferenças também no

campo do desenvolvimento regional. E, segundo as contribuições de Mantovani e Areosa (2022, p. 153) “as relações de gênero são influenciadas pelo contexto econômico, social e político, o que faz com que a construção dos papéis gênero seja mutável e variável, de acordo com esses contextos”.

Acrescentam os mesmos autores, que as relações de gênero que envolvem um território podem ser transformadas dentro dele mesmo, pelo modelo de desenvolvimento fundamentado na liberdade e na igualdade de oportunidades para todos. Isso significa repensar as interrelações daquele território.

Os papéis de gênero são aprendidos por meio de processos de socialização e institucionalizados por meio de sistemas políticos, sociais e econômicos. Assim, evidencia-se o papel do território na construção e desconstrução nas relações de gênero e na naturalização dos papéis atribuídos a homens e mulheres (Mantovani; Areosa, 2022, p. 158).

Assim, essas informações são cruciais para o desenvolvimento de políticas e programas que visem promover a igualdade de gênero, a inclusão e a equidade nas áreas rurais. Além disso, a compreensão da composição de gênero contribui para uma visão mais abrangente das dinâmicas sociais e econômicas nessas comunidades.

A Tabela 11 demonstra o local de residência dos entrevistados, representa a permanência dos produtores rurais em suas propriedades e pode ser utilizada pelo poder público para programas de apoio a permanência do pequeno produtor rural.

Tabela 11 – Local de residência dos agricultores familiares de Dianópolis/TO.

	Frequência	Percentual	Valid Percent.	Cumulative Percent.
Somente na Zona Rural	96	82,8%	82,8%	82,8%
Somente na Zona Urbana	8	6,9%	6,9%	89,7%
Zona Rural e Urbana	11	9,5%	9,5%	99,1%
Prefiro não responder	1	0,9%	0,9%	100%
Total	116	100,0%		

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Insta mencionar que esses pequenos produtores foram afetados pela pandemia ocasionada pela Covid-19, por precisarem ir à cidade vender seus produtos. Conforme

destacam Fudemma *et al.* (2021), a pandemia causou danos severos aos pequenos produtores, não apenas na seara da economia, mas a saúde, educação, comércio etc.

Na Tabela 11, pode-se observar que 82,8% dos produtores permanecem na zona rural, comparado com a Tabela 12, existe uma representação da frequência de visitas à cidade realizadas por trabalhadores rurais ao longo de um determinado período. Os dados foram coletados por meio de pesquisas e entrevistas conduzidas com trabalhadores rurais, abrangendo uma amostra representativa de trabalhadores. O objetivo é analisar as tendências e padrões de mobilidade entre as áreas rurais e urbanas.

A agricultura familiar em Dianópolis/TO é caracterizada por um conjunto de práticas agrícolas utilizadas por pequenos produtores rurais com o objetivo de garantir a subsistência de suas famílias e, em alguns casos, gerar renda. Estes agricultores são responsáveis pela produção de uma ampla variedade de culturas, incluindo grãos, leguminosas, frutas e hortaliças, além da criação de animais para consumo e venda.

Assim, aqueles que se deslocam diariamente ou semanalmente para a cidade, são os produtores que cultivam hortaliças/olerícolas, que são perecíveis, e necessitam serem vendidas com urgência para não perder, conforme demonstra a Tabela 12.

Tabela 12 – Frequência na zona urbana.

	Frequência	Percentual	Valid Percent.	Cumulative Percent.
Diariamente	46	39,7%	39,7%	39,7%
Quinzenalmente	27	23,3%	23,3%	62,9%
Mensalmente	8	6,9%	6,9%	69,8%
Semanalmente	34	29,3%	29,3%	99,1%
Prefiro não responder	1	0,9%	0,9%	100%
Total	116	100,0%		

Fonte: Elaboração própria, 2023.

A análise da frequência com que os trabalhadores rurais se deslocam para a cidade permite compreender os fluxos de mobilidade entre áreas rurais e urbanas. Essas informações podem ser úteis para planejamento urbano, políticas públicas e

desenvolvimento econômico, fornecendo uma visão mais abrangente das interações entre esses dois contextos.

A migração de trabalhadores rurais para áreas urbanas é um fenômeno que tem sido objeto de estudo e debate em várias áreas, como economia, sociologia e geografia. Compreender a frequência com que os trabalhadores rurais se deslocam para a cidade pode fornecer informações valiosas sobre as dinâmicas sociais e econômicas e planejar políticas públicas locais que envolvem essas populações.

No estado do Tocantins essas comunidades têm desempenhado um papel significativo na preservação de suas tradições e no desenvolvimento sustentável das áreas rurais e pequenas propriedades. A Tabela 13 apresenta a distribuição étnica das comunidades quilombolas e indígenas nessas regiões, fornecendo um panorama da diversidade étnica no município em estudo.

Tabela 13 – Etnia do agricultor familiar em Dianópolis/TO.

	Frequênc ia	Percentual	Valid Percent.	Cumulative Percent.
Índigena	1	0,9%	0,9%	0,9%
Quilombola	5	4,3%	4,3%	5,2%
Não pertencem	110	94,8%	94,8%	100%
Total	116	100,0%		

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Observa-se que 94,8% dos entrevistados declararam não pertencerem a nenhum grupo étnico. Embora, conforme supramencionado, na composição histórica do município de Dianópolis/TO tenham existido grandes aldeias de indígenas e escravos negros trazidos para trabalhar nas minas, apenas 0,9% declararam na entrevista possuírem descendência indígena e 4,3% quilombola. Um número relativamente baixo para as condições que predispunham.

Silva e Bernieri (2019) destacam que as comunidades quilombolas são grupos que se organizam para usar o território, e lutam para manter a sua cultura e ancestralidade, análise da distribuição étnica das comunidades quilombolas em comunidades rurais e pequenas propriedades no estado do Tocantins por meio de um gráfico demonstra a distribuição desses povos no território. Essas informações são

fundamentais para o reconhecimento e valorização das comunidades quilombolas, bem como para a implementação de políticas públicas e programas de desenvolvimento que atendam esses grupos específicos.

A posse da terra, ou seja, a propriedade agrícola, em sua maioria, é resultante de transferência de herança, demarcando territórios, com grande grau de parentesco entre seus residentes, evidenciando particularidades (Tabela 14).

Tabela 14 – Propriedade do agricultor familiar de Dianópolis/TO.

	Frequência	Percentual	Valid Percent.	Cumulative Percent.
Própria	94	81,0%	81,0%	81,0%
Arrendamento	8	6,9%	6,9%	87,9%
Outros	14	12,1%	12,1%	100%
Total	116	100,0%		

Fonte: Elaboração própria, 2023.

A propriedade da terra para o pequeno produtor rural é um aspecto fundamental para sua subsistência e sustentabilidade econômica, 81% dos entrevistados possuem a propriedade própria, algo significativo e valioso em benefício do produtor, pois esse geralmente depende da terra para produzir alimentos, criar animais e desenvolver atividades agrícolas. A propriedade da terra pode ocorrer de diferentes formas e ser influenciada por fatores históricos, legais e sociais.

É importante considerar que as leis e regulamentações relacionadas à propriedade da terra podem variar de país para país, e até mesmo dentro de um mesmo país, dependendo do contexto legal e normativo. No entanto, em muitos casos, os pequenos produtores rurais podem adquirir a terra por meio de diferentes mecanismos, como compra, herança, arrendamento ou acesso a terras públicas. A segurança e a estabilidade da posse da terra são questões cruciais para o pequeno produtor rural, pois influenciam sua capacidade de investir na terra, obter crédito, acessar programas governamentais e planejar a produção de longo prazo.

A regularização fundiária, a garantia de direitos de propriedade e a proteção contra a grilagem de terras são aspectos importantes a serem considerados para promover a segurança e a sustentabilidade dos pequenos produtores rurais. O acesso à terra é um dos principais desafios enfrentados pelos pequenos produtores rurais, e

políticas públicas que visam promover a reforma agrária, a titulação de terras e o acesso a recursos podem contribuir para fortalecer a produção e melhorar a qualidade de vida desses produtores rurais.

A Tabela 15 demonstra o acesso e quais os meios de locomoção dos entrevistados, foi observada e analisada da seguinte forma: sim possui e não possui nenhum tipo de meio de transporte.

Tabela 15 – Meios de locomoção do agricultor familiar de Dianópolis/TO.

	Frequência	Percentual	Valid Percent.	Cumulative Percent.
Sim	99	85,3%	85,3%	85,3%
Não	17	14,7%	14,7%	100%
Total	116	100,0%		

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Observa-se que, dos 116 entrevistados, 99 possuem algum tipo de meio de transporte para se locomover. Ou seja, 85,3% o que pode ser considerado positivo, visto que há propriedade a 70 km da cidade. No entanto, os 14,7% que não possuem nenhum tipo de meio transporte dependem dos vizinhos ou precisam pagar para transportar seus produtos até a cidade, que em muitos casos se torna oneroso e inviável, segundo alguns entrevistados.

Tabela 16 – Tipo de veículo do agricultor familiar de Dianópolis/TO.

	Frequência	Percentual	Valid Percent.	Cumulative Percent.
Carro	62	53,4%	53,4%	53,4%
Moto	28	24,1%	24,1%	77,5%
Camionete	9	7,8%	7,8%	85,3%
Não possuem	17	14,7	14,7%	100%
Total	116	100,0%		

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Acompanhar esse aspecto aponta mais uma caracterização quanto a condição social dos pequenos proprietários rurais, que possuem ou não veículo, considerado uma facilidade para as atividades que desempenham, como o comércio de seus produtos e produções.

Tabela 17 – Tamanho da propriedade.

	Frequência	Percentual	Valid Percent.	Cumulative Percent.
Minifúndio (Menos de um ha)	10	8,6%	8,6%	8,6%
Pequena propriedade (até 04 módulos fiscais)	105	90,5%	90,5%	99,1%
Prefiro não responder	1	,9%	,9%	100%
Total	116	100,0%		

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Percebe-se, diante das análises, que 90,5% dos entrevistados são possuidores de pequena propriedade. Sendo assim, o presente trabalho consegue alcançar seu objetivo de analisar a realidade dos pequenos proprietários de propriedades rurais no município de Dianópolis/TO.

PRONAF o grande aliado para manter este produtor familiar no campo. Este programa de financiamento apresenta baixas taxas de juros, o que possibilita ao agricultor familiar adquirir materiais agrícolas destinados à produção. Neste sentido, Malysz e Chies (2012) agregam:

O Pronaf, em decorrência desenvolve o papel de suma importância na permanência deste agricultor, estando veiculado as políticas públicas para a agricultura familiar, essa linha de créditos têm o potencial de investir no pequeno agricultor, estimulando-o e tornando-o habilitado a trabalhar a terra com meios propícios ao mesmo, assim, o crédito financiado garante a ele o desenvolvimento da produção, e para que ele tenha ingresso a este sistema torna-se necessário a execução de um projeto vinculado ao estabelecimento rural, e simultaneamente o enquadramento em um determinado grupo destinado (p. 9).

No entanto, a falta de divulgação de informações e assistência aos produtores demonstra ser uma política a ser sanada no município de Dianópolis/TO, visto que, 56,9% dos entrevistados nunca tiveram o acesso ao crédito, a nenhum tipo de financiamento, o que indica a impossibilidade de ascensão às novas técnicas e inovação para a propriedade. A falta de informação talvez seja o maior entrave, pois os agricultores alegam não ter instrução sobre o assunto devido à baixa escolaridade.

Em análise ao perfil socioeconômico identificado por meio das entrevistas, 81,0% dos produtores da agricultura familiar possuem propriedade própria, e 90,5% são possuidores de pequena propriedade, até 4 módulos fiscais (entre 70 e 80 ha),

além de 85,3% possuírem meio de locomoção (carro (53,4%), moto (24,1%) e caminhonete 7,8%)), dados que demonstram que as condições financeiras proporcionadas pela agricultura familiar permitem promover o desenvolvimento econômico local.

Atendem também, o perfil social e ambiental, pois abarcam os requisitos da ODS 2, o qual visa acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição, reduzir as desigualdades e promover a agricultura sustentável, bem como da ODS 8 com trabalho decente crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

4.4 Análise do Desenvolvimento local em Dianópolis/TO

O desenvolvimento de atividades que agregam valor nas propriedades rurais é um forte indicativo para o desenvolvimento local, retornando ao ocorrido durante a pandemia ocasionada pela Covid-19, isso também prejudicou os pequenos produtores rurais, principalmente quanto a insumos e a distância dos grandes centros urbanos (Futemma *et al.*, 2021).

A Tabela 18 demonstra o quantitativo de produtores que realizam algum tipo de processamento aos produtos *in natura* produzidos na propriedade com a finalidade de agregar valor.

Tabela 18 – Processamento do agricultor familiar de Dianópolis/TO que agregam valor.

Processamento	Frequência	Percentual	Valid Percent.	Cumulative Percent.
Sim	46	39,7%	39,7%	39,7%
Não	70	60,3%	60,3%	100,0%
Total	116	100,0%		

Fonte: Elaboração própria, 2023.

É possível averiguar que apenas 39,7% dos pequenos produtores da entrevistados agregam processos e procedimentos aos seus produtos, dos quais pode-se destacar alguns processos citados pelos entrevistados, como: diversificação de produtos como farinha de mandioca, rapadura, doce de leite, queijo, doces e

rapaduras de frutas nativas (buriti), processos de melhoria da produtividade e valor agregado ao produto.

A Tabela 19 demonstra o estímulo desprendido pelo pequeno produtor para continuar na atividade agrícola:

Tabela 19 – Estímulo do agricultor familiar de Dianópolis/TO para continuar na atividade.

	Frequência	Percentual	Valid Percent.	Cumulative Percent.
Sem estímulo	2	1,7%	1,7%	1,7%
Pouco estimulado	23	19,8%	19,8%	21,5%
Média estímulo	23	19,8%	19,8%	41,2%
Estimulado	27	23,3%	23,1%	64,6
Muito estimulado	41	35,4%	35,3%	100%
Total	116	100,0%		

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Os dados apresentados indicam que 35,4% dos entrevistados apresentam muito estímulo contra apenas 1,7% sem estímulo, ou seja, mais de 80% estão motivados para continuar na atividade agrícola. Algo que chama a atenção, pois alegam não existir políticas públicas para atender suas necessidades.

A participação do poder público é de suma importância para o pequeno produtor rural, visto que é seu papel promover o desenvolvimento sustentável e equitativo do setor agrícola. Diante o exposto, e mesmo com as dificuldades encontradas na atividade agrícola no município, os produtores da agricultura familiar se encontram motivados a continuarem na atividade por gostar do que fazem, alguns alegaram ser a única atividade que sabem fazer.

No entanto, a agricultura familiar em Dianópolis enfrenta diversos desafios, como a falta de acesso a crédito, assistência técnica e a mercados para a comercialização dos produtos. Além disso, conforme salienta Caetano, Fedrizzi e Finato (2012), a falta de sucessão familiar na atividade agrícola é um problema que afeta a continuidade da produção e a sustentabilidade do setor.

Para enfrentar esses desafios, são necessárias políticas públicas que incentivem a agricultura familiar e promovam seu desenvolvimento sustentável. Isso

pode ser feito por meio de programas de fomento, assistência técnica, acesso a crédito e mercados, entre outros. Além disso, para Arenhart e Fontana (2020) é importante fortalecer as organizações de produtores e promover a participação social na construção de políticas públicas para o setor.

O Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (SBAC) possui regras e procedimentos próprios para regular as atividades de certificação. Segundo o INT (2017), o MAPA estabelece o conjunto de regras e requisitos que devem ser cumpridos para cada tipo de produção orgânica: produção primária vegetal, produção primária animal, processamento de produtos de origem vegetal, processamento de produtos de origem animal, dentre outros. A produção orgânica deve cumprir toda regulamentação técnica específica na legislação nacional pertinente.

A certificação de produtos orgânicos é compulsória e foi estabelecida pela Lei 10.831/2003 e regulamentada pelo Decreto 6.323/2007. No Brasil, para obter a Certificação de Produtos Orgânicos - Produção Primária Vegetal (PPV) e para que o produto seja rotulado e vendido como “orgânico”, as unidades de produção devem passar por um dos três mecanismos de garantia da qualidade orgânica: certificação por auditoria, certificação participativa ou estar vinculada à uma organização de controle social. Essas obrigações são baseadas nos riscos à segurança do consumidor ou ao meio ambiente (INT, 2017).

Assim, destaca-se a importância de os produtos produzidos e/ou processados pelo produtor da agricultura familiar devam possuir certificação com selo de qualidade, pois agregam valor ao produto e garantem ao consumidor um produto saudável e de ótima qualidade, livre de resíduos químicos, além de, preservar o meio ambiente.

A Tabela 20 demonstra se esses pequenos produtores possuem ou não o Selo de Inspeção Municipal, que é uma maneira de agregar valor aos produtos dos pequenos produtores rurais:

Tabela 20 – Serviço de Inspeção Municipal.

	Frequência	Percentual	Valid Percent.	Cumulative Percent.
Sim	8	6,9%	6,9%	6,9%
Não	108	93,1%	93,1%	100,0%
Total	116	100,0%		

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Percebe-se que dos entrevistados 93,1% não possuem Selo de Inspeção Municipal, esse selo, conforme Prezotto (2013, p. 5), é uma responsabilidade do poder público municipal, “é complexa e passa por constante processo de ajustes. ... os interessados devem buscar informações complementares com base nas legislações vigentes”.

No município de Dianópolis/TO os certificados são expedidos por autoridades da Secretaria Municipal de Agricultura, conforme dispõe a Lei Municipal 1265/2013, para produtos de origem animal. Esses selos de certificação são fornecidos ao produtor de produtos orgânicos após o acompanhamento dos profissionais do Sistema de Inspeção Municipal (SIM), que apontam adequação com a legislação brasileira estabelecida e conforme a necessidade do produto.

No entanto, dos entrevistados apenas 6,9% possuem o Selo de Inspeção Municipal, contra 39,7% que agregam valor ao seu produto, demonstrando que apenas um pequeno número de produtores da agricultura familiar do município de Dianópolis/TO recebe algum tipo de inspeção ou orientação sobre aquilo que produzem.

Segundo Prezotto (2013), para a agricultura familiar, é de suma importância regularizar seus bens e produções, para que sigam competindo no mercado e participe como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Esses programas representam importantes oportunidades para os agricultores familiares expandirem suas vendas e garantirem uma renda mais estável.

Neste viés, o órgão do estado Ruraltins auxilia os produtores da agricultura familiar a realizarem o cadastro junto aos programas PNAE e PAA, assim como, dá suporte técnico às propriedades cadastradas com as adequações necessárias exigidas.

O Diretor responsável pelo Ruraltins em Dianópolis/TO expôs que este órgão está à disposição dos produtores rurais do município e região, que apresenta suporte de assistência técnica de agrônomos, técnicos agropecuários, veterinários e assistente social. Porém, este suporte somente é fornecido quando o produtor rural procura o instituto e o solicita. Sendo que, muitos produtores não sabem que este

órgão está à disposição para orientá-los em sua propriedade, bem como, com cadastros para os programas de merenda escolar e venda direta.

Salientou ainda que, apesar de ser um órgão do estado habilitado para atender às demandas dos agricultores do município de Dianópolis/TO e região, encontra-se impedido de exercer tal função com afinco devido as limitações de recursos financeiros.

Em conversa informal com o atual secretário Municipal de Agricultura de Dianópolis/TO, este relatou que não possuem um cadastro físico de produtores rurais do município, porém diz ter em torno de 270 propriedades rurais.

Destacou que, com relação as políticas públicas ao atendimento a esses produtores do município, há uma programação anual quanto a disponibilidades de máquinas para a gradagem de pastos e/ou a confecção de barragens para armazenamento de água, conforme as necessidades da comunidade ou assentamento, além de, um caminhão que fica à disposição para transportar insumos para as propriedades, quando solicitado. Sendo, o combustível gasto para realizar tal operação, pago pelo produtor. Alega que os recursos financeiros para atender à demanda dos agricultores é pouca, e faz aquilo que está ao alcance dos recursos que dispõe.

Assim, segundo Abramovay et. al (2010) para que ocorra o desenvolvimento territorial infere a participação organizada de atores sociais na tomada de decisões quanto ao uso dos recursos públicos de uma região e, que estas organizações são protagonistas decisivos nos processos participativos, estabelecida por meio da governança.

A governança territorial é vista como um processo, segundo Dallabrida (2020), ou seja, a ação coletiva e compartilhada no choque sociopolítico que ocorre territorialmente, com o intuito de estabelecer estratégias desejáveis para o futuro. E enfatiza que o processo de planejamento e gestão territorial, decorre de sociedades dispares e complexas, conflituosas e regidas por diferentes processos que implicam em desafios na sua prática.

Quanto aos programas de incentivo à produção da agricultura familiar e, principalmente, ao escoamento dessa produção para a cidade ou região, não possui planejamento. E, que inclusive as feirinhas livres existentes na cidade, não recebem

suporte, apenas orientações quando procuram este órgão. Porém, destaca que está trabalhando junto ao SENAR para fornecer cursos de capacitação, como a produção de doces, operação de máquinas agrícolas, entre outros, com certificação.

Ressalta a importância que a agricultura familiar apresenta para o município, principalmente, com o fornecimento de alimentos saudáveis como as olerícolas e produtos locais como doces de buriti, murici (nativos da região) para o município, bem como para os programas escolares. Mas que não recebem a devida valorização e atenção que necessitam.

Destaca-se que todos os entrevistados apontam a falta de políticas públicas destinadas a atender às necessidades básicas, com enfoque em estradas precárias, o que dificulta escoar a produção, principalmente, por existirem propriedades a 70 km da cidade; o incentivo ao mercado local como estruturação de feiras; disponibilizar cursos de processamentos para agregar valor ao produto final, bem como informações técnicas quanto acessibilidade ao crédito e manuseio de técnicas de produção mais eficientes.

4.5 A agricultura familiar como promoção do Desenvolvimento Sustentável

A equidade é um aspecto fundamental do desenvolvimento sustentável, pois enfatiza a importância de garantir que todos os indivíduos e grupos tenham oportunidades iguais e justas para prosperar e se desenvolver. Além disso, Arenhart e Fontana (2020) entendem que a participação social é um componente essencial do desenvolvimento sustentável, pois enfatiza a importância da colaboração e da inclusão para alcançar objetivos comuns.

As características de produção da agricultura familiar são marcadas pela diversidade de cultivos, manejo integrado de animais e plantas, uso de sementes crioulas, adubação orgânica e respeito aos ciclos naturais. Segundo Rodrigues (2013), essas práticas sustentáveis permitem a produção de alimentos saudáveis e diversificados, de forma a atender a demanda crescente por alimentos de qualidade e preservando a biodiversidade.

Observado que as práticas de manejo utilizadas dentre os entrevistados são nitidamente de preservação e de alimentos de qualidade, pois quase a totalidade não

utiliza nenhum tipo de defensivo agrícola, fazem o manejo integrado lavoura/pecuária e adubação basicamente orgânica por meio do esterco dos animais.

A segurança alimentar é outro aspecto importante da agricultura familiar, uma vez que ela é responsável por grande parte da produção de alimentos consumidos pelas famílias rurais, bem como pela oferta de alimentos frescos e saudáveis nos mercados locais. Além disso, para Arenhart e Fontana (2020) a agricultura familiar contribui para a redução da dependência em relação aos alimentos importados e para a diminuição das desigualdades socioeconômicas no campo.

Além disso, a agricultura familiar tem uma forte relação com o território, pois as famílias que a praticam têm vínculos sociais e culturais com a comunidade local, valorizando as tradições, a identidade e a cultura do lugar. Isso contribui para o fortalecimento das relações sociais e para a construção de uma cidadania ativa e participativa (Santos, 2009).

A agricultura familiar também é uma importante estratégia de conservação ambiental, pois promove a preservação do solo, da água e da biodiversidade. Essa prática agrícola contribui para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, ao reduzir as emissões de gases de efeito estufa e aumentar a capacidade de sequestro de carbono (Damasceno; Khan; Lima, 2011).

A agricultura familiar tem um papel fundamental no desenvolvimento local, pois é responsável pela geração de renda e emprego em pequenas comunidades, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento econômico. Essa atividade produtiva é responsável por grande parte da produção agrícola nacional e pode ser uma alternativa viável para o desenvolvimento de regiões com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Além disso, é uma forma de resistência à expansão do agronegócio, que muitas vezes é insustentável e gera desigualdades socioeconômicas e ambientais. Correa *et al.* (2023) entendem que a agricultura familiar pode ser uma alternativa viável e sustentável para o desenvolvimento rural, desde que sejam implementadas políticas públicas adequadas de apoio a essa atividade.

Em Dianópolis/TO existem algumas políticas públicas que têm impacto direto na agricultura familiar, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Fortalecimento

da Agricultura Familiar (PRONAF), porém este último com pouca divulgação entre os produtores da agricultura familiar.

Tabela 21 – Agricultor familiar de Dianópolis/TO participantes de programas de apoio.

	Frequência	Percentual	Valid Percent.	Cumulative Percent.
Sim	22	19,0%	19,0%	19,0%
Não	94	81,0%	81,0%	100,0%
Total	116	100,0%		

Fonte: Elaboração própria, 2023.

A partir dos dados da Tabela 21, percebe-se que apenas 19,0% dos que disponibilizam seus produtos em algum programa recebem assistência técnica da Ruraltins ou participam de programas do Governo Federal, como o compra direta destinado as escolas do governo. Alguns dos entrevistados alegaram não possui informação sobre o acesso aos programas PNAE e PAA, já outros disseram ser burocrático desde o cadastramento e se adequar a exigências do programa.

Estes programas de compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar e destinados gratuitamente para pessoas que não têm acesso à alimentação adequada e saudável foram criados no intuito de impulsionar o desenvolvimento da agricultura familiar local e contribuir no combate à pobreza e a miséria no campo.

Assim, o acesso a mercados é outro aspecto fundamental para o desenvolvimento da agricultura familiar em Dianópolis/TO, por meio diferentes canais de comercialização, como a Feira da Agricultura Familiar, que acontece semanalmente na cidade, ou mesmo a venda direta dos produtos ao consumidor final de porta em porta.

Destaca-se que, para participarem das feiras livres em praças da cidade, 3 vezes na semana, os agricultores familiares se deslocam da sua propriedade munidos com seus produtos para atender a população, no entanto, precisam trazer sua estrutura física para abrigar seus produtos, além de, chegar antes pra conseguir uma sombra debaixo de árvores, pois não existi uma estrutura coberta que os abrigue da chuva ou do sol.

O planejamento, por meio das políticas públicas do município deveria organizar

uma estrutura fixa, onde esses produtores pudessem vender seus produtos em um só lugar e com melhor qualidade. Contudo, os agricultores familiares precisam se organizar em associações ou cooperativas e juntos buscar por melhores condições para suas atividades.

Assim, fortalecer as organizações dos produtores por meio da criação de cooperativas e associações de produtores incentivada pelo governo, oferecendo suporte técnico e financeiro para a organização e gestão dessas entidades, se apresenta como uma estratégia importante para a sustentabilidade da agricultura familiar em Dianópolis/TO.

O conceito de associativismo leva em conta diferentes modos de organização coletiva, como o cooperativismo, o sindicalismo, entre outras. Para Neves, Castro e Freitas (2019), as cooperativas no meio rural, em sua maioria, são constituídas por produtores rurais associados, que buscam, com estas organizações, atender aos anseios relacionados às suas atividades.

Os mesmos autores salientam que a literatura traz que as cooperativas apresentam habilidade específicas e pertinentes para o crescimento do produtor, como permitir aos associados o poder de decidir por melhores preços; reduzir custos por meio da integração; planejar economias de escala; ingressar a novos mercados; diminuir riscos em ações conjuntas e proporcionar aos cooperados acesso as tecnologias e insumos por meio dos serviços de assistência técnica.

A Tabela 22 aponta que 42,2% dos entrevistados participam de alguma associação, normalmente dentro dos próprios assentamentos. Alguns destacam a desorganização e, se tratar de um faz de conta. Contudo, no município não existe nenhuma cooperativa que possa agregar melhores condições na hora da venda dos produtos produzidos pela agricultura familiar local.

Tabela 22 – Participação do agricultor familiar de Dianópolis/TO em associação.

	Frequência	Percentual	Valid Percent.	Cumulative Percent.
Sim	49	42,2%	42,2%	42,2%
Não	67	57,8%	57,8%	100,0%
Total	116	100,0%		

Fonte: Elaboração própria, 2023.

A agricultura familiar em Dianópolis/TO também precisa lidar com as mudanças climáticas e seus impactos na produção agrícola. É necessário adotar práticas agroecológicas e sistemas produtivos mais resilientes que possam se adaptar às condições climáticas adversas e garantir a produção de alimentos de forma sustentável.

Para enfrentar esses desafios são necessárias políticas públicas que incentivem a agricultura familiar e promovam seu desenvolvimento sustentável. Isso pode ser feito por meio de programas de fomento, assistência técnica, acesso a crédito e mercados, entre outros. Além disso, é importante fortalecer as organizações de produtores e promover a participação social na construção de políticas públicas para o setor.

4.6 Análise da gestão das políticas públicas para os pequenos produtores rurais no município de Dianópolis/TO

Evidente a importância da agricultura familiar para a sustentabilidade local, e sua promoção e fortalecimento são fundamentais para garantir a continuidade da atividade agrícola e a dinamização da economia local. É preciso reconhecer os desafios enfrentados pelos agricultores familiares e buscar soluções inovadoras e integradas para promover o desenvolvimento sustentável da atividade.

Importante discutir sobre estratégias, políticas e ações que visam o desenvolvimento regional organizados sob a forma de associações civis. Assim, a maneira mais eficiente para atender as necessidades, não somente dos pequenos produtores de Dianópolis/TO, mas de todos os setores que demandam por organização está na governança territorial, que segundo Dallabrida (2011):

Concebendo governança territorial como o conjunto de iniciativas ou ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente para gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais, as experiências de descentralização político-administrativa brasileiras podem ser concebidas como os principais exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança, com vistas ao desenvolvimento territorial (s.p.).

Ferrão (2010) exprime que governança compreende posições político-ideológicas distintas, embora moderna no papel do estado as visões econômicas neoliberais, visões civilistas pós-modernas e visões neomodernas. O mesmo autor reitera que estas diferentes visões coexistem em todas as sociedades, ora de forma conflituosa, ora de forma pacífica, dando origem muitas vezes a mal-entendidos no contexto dos projetos nacionais, bem como com outros países.

A gestão de políticas públicas que atendam às necessidades dos pequenos produtores é essencial para o desenvolvimento sustentável e econômico de comunidades rurais. Uma gestão eficiente pode ajudar a superar desafios, atingir melhores resultados e melhorar as condições de vida dos pequenos produtores.

Para isso Becker (1998) apresenta uma proposta para solucionar a problemática: elaboração; desenho do futuro desejado; realidade; futuro x a realidade e; definir, organizar e estruturar a realidade, ou seja, território como referência, governança territorial e estruturada. Complementa Dallabrida (2020), que esse processo envolve os atores medindo seus interesses e promovendo a governança territorial de maneira democrática. E ainda estratifica da seguinte maneira: definir estratégias para o desenvolvimento, pactos socioterritoriais de maneira a agir coletivamente e visão prospecta do futuro.

Ao salientar a importância da agricultura familiar no município de Dianópolis/TO, torna-se imprescindível estabelecer planos estratégicos entre os atores envolvidos nesse processo, por meio das políticas públicas traçadas pela governança territorial, de maneira democrática e na expectativa de melhores resultados mais à frente.

No entanto, pode-se possível observar que na visão dos gestores, o setor agropecuário tem média importância na economia do município e o que o pequeno agricultor apresenta baixa importância na arrecadação municipal. Mesmo tendo a movimentação econômica dos produtos vendidos e, daquilo que é adquirido pelo agricultor familiar ficar no próprio município. Talvez seja pela falta de dados e informações sobre os agricultores familiares do município e, também da falta uma gestão pública direcionada a esta classe esquecida, que há esta visão sobre o setor.

Os entrevistados dizem ser esquecidos seja pela falta de assistência técnica até mesmo as estradas em má conservação, pois além de dispor de uma baixa produção ainda tem a dificuldade de escoamento. Segundo o gestor municipal responsável a falta desse assessoramento se justificada pelos escassos recursos financeiros da arrecadação municipal.

Destaca-se que, segundo o gestor entrevistado, o município de Dianópolis/TO não capacita pequenos produtores rurais, nem incentiva o desenvolvimento sustentável, tão pouco possui planejamento para desenvolver esses atores sociais que vêm sendo estudados pela presente pesquisa.

O representante da Ruraltins entrevistado, salienta que os agricultores familiares são muito importantes para o município por vários motivos, como por exemplo, residirem na propriedade e se dedicarem a atividade de sol a sol e produzem alimentos de boa qualidade e saudáveis. Inclusive recomenda o consumo por ser de ótima procedência. Contudo, alega que a quantidade de funcionários e a falta de recursos destinados a unidade são insuficientes para atender a todos os produtores de Dianópolis/TO e região.

Por fim, importante ressaltar que as responsabilidades quanto a assistência técnica, assistência administrativa, como os cadastramentos em programas do governo e, outras formas apoio aos pequenos produtores ficam a encargo da Ruraltins. Infelizmente, a gestão municipal não possui um planejamento direcionado a atender as necessidades do pequeno produtor que trabalha arduamente para pôr uma comida de qualidade na mesa do povo dianopolino.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, no seu contexto, atendeu ao proposto objetivo de identificar as estratégias agropecuárias adotadas para atender às necessidades do agricultor familiar, que contribuem para a promoção do desenvolvimento sustentável no município de Dianópolis/TO. Ressalta-se que, para o município e região as atividades agropecuárias não são recentes, além de ser um dos principais indicadores econômicos do local e, no estado do Tocantins, ocupa 9º lugar em relação aos 139 municípios, o que comprova a representatividade da produção da agricultura familiar.

Conforme apontaram os dados da pesquisa, a atividade agropecuária apresenta significativa expressão econômica no município, e a agricultura familiar configura papel importante nesse cenário, pois o que produzem é vendido no mercado local, feiras e para os programas do governo que atendam a alimentação escolar, conseqüentemente, o giro do capital produzido fica no próprio município. Porém, os agricultores familiares não têm o discernimento que aquilo que produzem promove o desenvolvimento local.

Os agricultores familiares do município de Dianópolis/TO foram identificados a partir de informações do Ruraltins - Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins, da unidade de Dianópolis/TO, um órgão do governo estadual que presta assistência técnica aos pequenos produtores. Esses produtores são proprietários de pequenas propriedades de até 4 módulos fiscais, produzem de forma orgânica e sustentável, e utilizam praticamente a mão de obra familiar na atividade, às vezes trocas de serviços com os vizinhos.

Vale salientar que 70,7% dos entrevistados participam de algum programa do governo, como Bolsa Família, Tarifa Social ou BPC, isso representa de forma positiva, pois resguarda os elementos básicos necessários à subsistência de muitas famílias.

Com relação as políticas públicas municipais de Dianópolis/TO, destaca-se a falta de cursos de aperfeiçoamento como incentivo ao processamento dos produtos *in natura* para maior valor agregado, comprovado quando apenas 39,7% dos entrevistados declararam aplicar algum tipo de processamento aos seus produtos e, apenas 6,9% possuem a certificação de qualidade por meio do Selo de Inspeção Municipal. Há falta de assistência técnica com orientações adequadas aos agricultores

familiares, estradas em má conservação e planejamentos que atendam às demandas por implementos agrícolas, essências para o revolvimento da terra, vez que, o município possui recursos como as máquinas que auxilia o processo de produção, no entanto, o agricultor familiar não consegue adquirir por seu custo elevado.

Diante da boa qualidade dos alimentos produzidos, o poder público municipal de Dianópolis/TO juntamente com os órgãos competentes, necessita dispor de informações e cursos de aperfeiçoamento para que os produtores da agricultura familiar possam receber o selo de inspeção de qualidade dos produtos processados e agregar maior valor aos seus produtos.

A importância da agricultura familiar para a sustentabilidade local em Dianópolis mostra-se clara, e sua promoção e fortalecimento são fundamentais para garantir a continuidade da atividade agrícola e a dinamização da economia local. No entanto, é preciso reconhecer os desafios enfrentados pelos agricultores familiares e buscar soluções inovadoras e integradas para promover o desenvolvimento sustentável. Contudo, a produtividade da agricultura familiar do município de Dianópolis/TO possui representatividade econômica, mesmo que não de forma tão expressiva.

A produção dos agricultores familiares está inserida na prática de segurança alimentar (ODS 2), pois segundo os entrevistados não utilizam defensivos químicos para o controle de pragas e plantas daninhas por não possuir condições financeiras, vez que se trata de produtos com valor elevado. As atividades praticadas pelos agricultores familiares com a conservação das nascentes e córregos (valorizam porque precisam da água), pouco revolvimento do solo (não possuem máquinas), utilizam adubação orgânica (esterco) e, outras práticas de preservação, permitem concluir que se trata de uma atividade sustentável. E, assim confirma a eficiência dos fatores ambientais como intervenientes ao desenvolvimento sustentável.

A agricultura familiar de Dianópolis/TO consegue atender os requisitos quanto as metas do ODS8, parcialmente, vez que pratica suas atividades de forma sustentada, sustentável e de maneira inclusiva, pois envolve a família, mas não gera emprego, apenas a troca de serviços, promove o crescimento econômico local, porém não apresenta um aumento da produção.

Respondendo ao problema da presente pesquisa, há nítida falta de estrutura quando o órgão representante da agricultura municipal, posto que não possui sequer

informações a respeito do setor, bem como a falta de investimentos financeiros como incentivo à agricultura familiar, não há suporte dos órgãos competentes que possam agregar conhecimento e informação a uma classe desassistida.

Os produtores da agricultura familiar estão à mercê das políticas públicas que atendam suas demandas. Motivo pelo qual carece de um planejamento estratégico, com a participação de órgãos representativos da gestão do município juntamente com os atores sociais destacados neste estudo.

Destaca-se, a importância da governança em torno de diferentes modos de organização, alinhadas ao interesse e necessidades do agricultor familiar como ator social na criação e gestão de políticas públicas inerentes ao desenvolvimento regional e local de Dianópolis/TO.

Apesar das limitações que a pesquisa de campo que esta dissertação teve, sobretudo pelo acesso às propriedades mais longínquas, a presente pesquisa pode, através dos dados obtidos, clarear a problemática dos agricultores familiares do município e, conseqüentemente, agregar para a construção de uma gestão pública eficiente, com o intuito de abranger resultados positivos e melhorar a qualidade das atividades produtivas da agricultura familiar do município de Dianópolis/TO.

Essa dinâmica de resultados pode ser alcançada por meio das parcerias da gestão pública municipal com a Ruraltins e Senar, mediante audiências públicas que escutem as demandas do agricultor familiar, além de propagar as informações que estes necessitam; criar uma agenda que possa atender com assistência técnica aqueles que precisam; incentivar a criação de associações/cooperativas, pois estas apresentam sistemas de governança que envolve a atuação dos diferentes atores/agentes nas instituições e organizações da sociedade civil, e tem como intuito promover o escoamento e destinação dos produtos da agricultura familiar de Dianópolis/TO e região.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo; MAGALHÃES, Reginaldo; SCHRODE, Mônica. **Representatividade e inovação na governança dos processos participativos: o caso das organizações Brasileiras de agricultores familiares.** Revista Sociologias, n. 12, n. 24, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/HnvsMtDJ9P7fttdjCy75q5K/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 jul. 2023.
- ALBUQUERQUE, Diêgo Souza; ALVES, Larissa da Silva Ferreira; LIMA JÚNIOR, Francisco do O' de; SOUSA, Maria Losângela Matins. **A dimensão ambiental para o ordenamento territorial.** Revista de Geografia. V.38, n2. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/244120/38715> Acesso em 08 abr. 2023.
- ALVES, Telma Antonia Rodrigues. **Tocantins: narrativas sobre o sertão.** Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da UFG, 2009. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Geografia/dissertacoes/11tocantins_narrativas_sertao.pdf. Acesso em: 23 mar. 2023.
- ANDRADE, Cheila Fernandes de. **Diagnóstico da sustentabilidade empresarial no desenvolvimento local do município de Marabá/PA.** Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté, 2020. Disponível em: <http://repositorio.unitau.br/jspui/handle/20.500.11874/4545>. Acesso em: 30 set. 2022.
- APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Poder público versus poder privado: coronelismo na primeira metade do século XX no Tocantins. In: GIRALDIN, Odair (Org.). **A (trans)formação histórica do Tocantins.** Goiânia: Ed. da UFG, 2002. p. 287-314.
- BACCAS, Daniela; BARSTED, Paula Barreto; FREITAS, Marta Bandeira de; SKAT, Angela; SOEIRO, Daniel. Meio ambiente. In: FERRARI, Marcos Adolfo Ribeiro (Org.) *et al.* **O BNDES e as agendas setoriais: contribuições para a transição de governo.** Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2018. p. 163-169.
- BAIARDI, Almicar; ALENCAR, Cristina Maria Macêdo. **Agricultura Familiar, seu Interesse Acadêmico, sua Lógica Constitutiva e sua Resiliência no Brasil.** RESR, Piracicaba-SP, v. 52, Supl. 1, 2014 – Impressa em fevereiro de 2015.
- BARBIERI, J. C.; SILVA, D. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. **Rev. Adm. Mackenzie.** Jun. 2011.
- BARBOSA, Ycarim Melgaço. **Conflitos Sociais na Fronteira Amazônica: o Projeto Formoso.** Campinas/SP. Papirus, 1996.
- BARROS, Alerrandre; PONTES, Helena. **PIB cresce 3,2% no 4º tri, mas fecha 2020 com queda de 4,1%, a maior em 25 anos.** Estatísticas Econômicas – IBGE,

2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30166-pib-cresce-3-2-no-4-tri-mas-fecha-2020-com-queda-de-4-1-a-maior-em-25-anos>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BARROS, Geraldo Sant'Ana de Camargo. **Agronegócio: Conceito e Evolução**. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - CEPEA, 2022. Disponível em: https://cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/agro%20conceito%20e%20evolu%C3%A7%C3%A3o_jan22_.pdf. Acesso em: 16 mar. 2023.

BARROS, Geraldo Sant'Ana de Camargo. **Perspectivas para o agronegócio em 2022**. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - CEPEA, 2022. Disponível em: <https://cepea.esalq.usp.br/br/opinio-cepae/perspectivas-para-o-agronegocio-em-2022.aspx>. Acesso em: 18 fev. 2023.

BECKER, Dinizar Fermiano. **Os limites desafiadores do planejamento**. Redes, Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 2, p. 87-105, dez./1998.

BEZERRA, Edna Dourado. **Empreendimento de irrigação do Rio Manuel Alves: impactos no desenvolvimento do município de Dianópolis (TO)**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Taubaté, 2021. Disponível em: <http://repositorio.unitau.br/jspui/bitstream/20.500.11874/5203/1/Edna%20Dourado%20Bezerra.pdf>. Acesso em: 04 set. 2022.

BEZERRA, Gleicy Jardim; SCHLINDWEIN, Madalena Maria. **Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil**. Interações, Campo Grande/MS, v. 18, n. 1, p. 3-15, jan./mar. 2017.

BOLFE, Édson L.; VICTÓRIA, Daniel de C.; CONTINI, Elisio; BAYMA-SILVA, Gustavo; SPINELLI-ARAUJO, Luciana; GOMES, Daniel. **Matopiba em crescimento agrícola: aspectos territoriais e socioeconômicos**. Revista de Política Agrícola, v.25, p.38-62, 2016. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1202>. Acesso em: 05 set. 2022.

BORGES, Cejana Marques; VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José. Tocantins: O crescimento e o desenvolvimento econômico regional com a criação do novo Estado. **Revista Gestão y Regionalidade**, vol. 29, n. 85 - jan-abr/2013. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/1836/1361. Acessado em: 18 nov. 2022.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Dinâmicas e Transformações Territoriais Recentes: o papel da PNDR e das políticas públicas não regionais com impacto territorial**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA 2019 Rio de Janeiro, março de 2019. (Texto para Discussão, n.2460).

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9090/1/TD_2460.pdf. Acesso em: 04 set. 2022.

BRASIL. Centro de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade. **Resíduos sólidos urbanos no Brasil**: desafios tecnológicos, políticos e econômicos. 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/217-residuos-solidos-urbanos-no-brasil-desafios-tecnologicos-politicos-e-economicos> Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República, Casa Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 mai. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 25 mai. 2023.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). **Desenvolvimento local integrado e sustentável**: documento-base e catálogo de experiências. Cadernos Comunidade Solidária, v.6, 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.438, De 26 De Abril De 2002**. Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, dá nova redação às Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, nº 5.655, de 20 de maio de 1971, nº 5.899, de 5 de julho de 1973, nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110438.htm. Acesso em: 24 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 24 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da educação. **Economia solidária**: caderno pedagógico educadoras e educadores / Coordenação: Armênio Bello Schmidt, Sara de Oliveira Silva Lima, Wanessa Zavarese Sechim. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Benefício de Prestação Continuada (BPC)**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/beneficios-assistenciais/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc>. Acesso em: 24 abr. 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e mudança do clima. **Geopolítica do desenvolvimento sustentável**. 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/geopolitica-do-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 13 jan. 2023.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento, Progresso e Crescimento Econômico**. Editora Lua Nova, São Paulo, 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O processo histórico do desenvolvimento econômico: ideias básicas**. 2007. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2007/07.21.ProcessoHistoricoDoDesenvolvEconomico-Agosto23.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2022.

BRUNO, Regina. **Senhores da Terra, Senhores da Guerra, a nova face política das elites agroindustriais no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária/Ed. UFRRJ, 1997.

BRUNO, Regina. **Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder**. Rio de Janeiro: Muad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2019.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CAETANO, L. A. M.; FEDRIZZI, T. Z.; FINATO, T. **Percepções sobre as terras nas UPAS em localidades de agricultura familiar de Gravataí (RS)**. UFRGS. Porto Alegre/RS, 2012.

CARNIELLO, Monica Franchi; SANTOS, Moacir José dos; GALVÃO JÚNIOR, Lourival da Cruz; OLIVEIRA, Edson Aparecida Querido de Araujo. Comunicação para o desenvolvimento: considerações para uma construção de interfaces Temáticas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 12, n. 4, 2016. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/2601>. Acesso em: 14 out. 2023.

CASTRO, Visibilidade da Região e do Regionalismo. A escala brasileira em questão. In. LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina Nabuco (Orgs.). **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

CONTERATO, Marcelo Antonio; SCHNEIDER, Sergio; WAQUILL, Paulo Dadbad. **Estilos de agricultura: uma perspectiva para a análise da diversidade da agricultura familiar**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v.31, n. 1, 2010. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/2240/2773>. Acesso em: 12 abr. 2023.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. Tradução: Iuri Duquia Abreu – 10ª Ed. Porto Alegre. Bookman. 2011.

CORREA, A. T.; FILGUEIRA, G. C.; CARVALHO, A. C.; LOPES, M. L. B. **Caracterização da Agricultura Familiar na Produção Agropecuária paraense a partir do Censo Agropecuário de 2017**. AOS, Belém/PA, v. 12, n. 1, 2023.

CUSTÓDIO, Vanderli. **Da questão ambiental à unanimidade do desenvolvimento sustentável**. Paisagem ambiente: ensaios – N28, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/77388/81244>. Acesso em: 10 abr. 2023.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Governança Territorial e Desenvolvimento**: As experiências de descentralização político-administrativa no Brasil como exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos. IPEA, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo11.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2022.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Patrimônio Territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 52, p. 12-32, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/10533>. Acesso em: 10 jan. 2023.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Planejamento e gestão territorial**: aportes teórico-metodológicos como referenciais no processo de desenvolvimento de municípios, regiões ou territórios. SC. Ed. Da UnC, 2020. Disponível em: https://uni-contestado-site.s3.amazonaws.com/site/biblioteca/ebook/Planejamento_e_Gestao_Territorial.pdf. Acesso em: 15 out. 2022.

DAMASCENO, Nagilane Parente.; KHAN, Ahmad Saeed; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales. **O impacto do Pronaf sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no Estado do Ceará**. Rev. Econ. Sociol. Rural. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/TJ4Bv78vmHmrTdTB7tQtgXb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2023.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. **Cidades e alimentos. Pesquisa**, Desenvolvimento e Inovação. Disponível em: <https://www.embrapa.br/alimentos-e-territorios/areas-de-atuacao/cidades-e-alimentacao> Acesso em: 10 jan. 2023.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. **Políticas públicas para agricultura familiar**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/politicas-publicas>. Acesso em: 20 dez. 2022.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. **Políticas públicas para agricultura familiar**, 2023. Disponível em:

<https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/politicas-publicas>. Acesso em: 14 jan. 2023.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. **Visão 2030** – O futuro da Agricultura Brasileira. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/10180/9543845/Vis%C3%A3o+2030+-+o+futuro+da+agricultura+brasileira/2a9a0f27-0ead-991a-8cbf-af8e89d62829?version=1.1>. Acesso em: 22 fev. 2023.

ETGES, Virginia Elisabeta. Desenvolvimento Regional - A Região importa? **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, G&DR. v. 18, n. 1, 2022. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6450>. Acesso em: 11 nov. 2022.

FAVARETTO, Arlison; NAKEGAWA, Loise; KLEEB, Suzana; SEIFER, Paulo; PRÓ, Marcos. Há mais pobreza e desigualdade do que bem-estar e riqueza nos municípios do Matopiba. **Rev. NERA**, Presidente Prudente. v. 22, n. 47, 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6275>. Acesso em: 14 jan. 2023.

FERRÃO, João. **Governança e ordenamento do território**. Reflexões para uma governança territorial eficiente, justa e democrática. *Prospectiva e Planejamento*, v. 17, p. 129-139, 2010.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Agricultura familiar**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mda/agricultura-familiar-1>. Acesso em: 10 abr. 2023.

FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. **Revista Brasileira de Economia Política**, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 483-486, 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-35172004-1639>. Acesso em: 30 set. 2022.

FUTEMMA, Celia. TOURNE, Daiana Carolina Monteiro; ANDRADE, Francisco Alcicley Vasconcelos; SANTOS, Nathália Moreira dos; MACEDO, Gabriela Silva Santana Rosa; PEREIRA, Mariana Eduarte. **A pandemia da Covid-10 e os pequenos produtores rurais: superar ou sucumbir?**. NOTA DE PESQUISA. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 16, n.1, 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/wVG8tdPZQjDgspphx7sVJYN/>. Acesso em: 09 abr. 2023.

GALHERA, Katiuscia Moreno; HERNANDEZ, Matheus de Carvalho. ODS 8 "Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. In: (Org.) MENEZES, H. Z. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Relações Internacionais**. Editora UFPB. 2019.

GARCIA, Emerson Thierry de Souza. **Uma análise das políticas públicas de desenvolvimento regional Federais e Estaduais para o estado do Tocantins no**

período de 2000 a 2020. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) universidade Federal do Pampa, Ciências econômicas, Campus Santana do Livramento, 2022. Disponível em: <https://dspace.unipampa.edu.br/handle/rii/7987>. Acesso em: 11 nov. 2022.

GEHLEN, Ivaldo; RIELLA, Alberto. **Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável.** Sociologias, v. 6, n. 11, p. 20-45, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/soc/a/vBxCyMFLJsnT73XMDKHQyWH/?lang=pt>>. Acesso em:

GERALDO, Genilson; PINTO, Marli Dias Souza. Percursos da ciência da informação e os objetivos do desenvolvimento sustentável da agenda 2030/ONU. **Revista ACB**, v. 24, n. 2, p. 373-389, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/120776>. Acesso em: 30 jan. 2023.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Plageder, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GIOVANI, Amaro B. **Sobre o tema:** Agricultura Familiar. Embrapa, 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/sobre-o-tema>. Acesso em: 10 jan. 2023.

GNU PSPP. **PSPP 1.6.2 has been released.** 2023. Disponível em: <https://www.gnu.org/software/pspp/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

GODOI, C.K; Bandeira-de-Mello, R.B.; Silva, A.B. (org.) **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais.** Paradigmas, Estratégias e Métodos. São Paulo. Ed. Saraiva. 2010.

GUIMARÃES, Roberto Pereira; FEICHAS, Susana Arcangela Quacchia. Desafios na construção de indicadores de sustentabilidade. **Ambiente & Sociedade**, v. 12, n. 1, p. 63-78, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/89QvD7zZxHLTm5zCqxL4yHt/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 25 abr. 2023.

GUZMÁN, Ruth Saavedra; ZEA, Luis Eduardo Castro; QUINTERO, Olga Restrepo; ROJAS, Alberto Rojas. **Planificación del Desarrollo.** Bogotá: Fundación Universidad de Bogotá Jorge Tadeu Lozano, 2001.

HENIG, Edir Vilmar; SANTOS, IRANILDA Ângela dos Santos. Políticas públicas, agricultura familiar e cidadania no Brasil: o caso do PRONAF. **Rev. Bras. Polít. Públicas** (Online), Brasília, v. 6, nº 1, p. 255-269. 2016. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/3343/0>. Acesso em: 12 dez. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **A metodologia da divisão territorial realizada pelo IBGE**, 2023. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm?c=1. Acesso em: 30 jan. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/pesquisa/18/16459?ano=2020>. Acesso em: 25 abr. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dianópolis**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/dianopolis/historico>. Acesso em: 04 out.2022.

IBGE. **PIB do setor agropecuário apresentou crescimento de 2% em 2020**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/pib-do-setor-agropecuario-apresentou-crescimento-de-2-em-2020>. Ministério da Agricultura e Pecuária, 2021. Acesso em: 10 abr. 2023.

Instituto de Pesquisa, Administração e Planejamento - IPPLAN (coord.) **Desenvolvimento Rural: Desafios do Planejamento Econômico e Ambiental**. Luiz Carlos Beduschi Filho *et al.* São Carlos: Editora Cubo, 2014. Disponível em: https://servicos2.sjc.sp.gov.br/media/694500/livro_desenvolvimento_rural.pdf. Acesso em: 12 des. 2022.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Cadernos ODS**, 2019. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9341/1/Cadernos_ODS_Objetivo_2_Fome%20zero%20e%20agricultura%20sustent%c3%a1vel.pdf. Acesso em: 12 des. 2022.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas**. Roberto Rocha C. Pires (Organizador). Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9323/1/Implementando%20desigualdades_reprodu%20de%20desigualdades%20na%20implementa%20de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas.pdf. Acesso em: 12 des. 2022.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento**. Organizadores: João Sicsú, Armando Castelar. Brasília: Ipea, 2009. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3225/1/Livro_SociedadeeEconomia.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

KRAMA, Márcia Regina. **Análise dos indicadores de desenvolvimento sustentável no Brasil, usando a ferramenta painel de sustentabilidade**. Dissertação Mestrado em Engenharia de Produção de Sistemas, Universidade Católica do Paraná, PUCPR, Curitiba, 2009. Disponível em: https://indicadores.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/4056_KRAMA_M_Indicadores

[de Sustentabilidade no Brasil aplicando o Dashboard of Sustainability.pdf](#).

Acesso em: 22 out. 2022.

LADWIG, Nilzo Ivo; CAMPOS, Juliano Bitencourt. **Planejamento e gestão territorial: áreas protegidas**. Criciúma, SC: UNESC, 2021.

MALYSZ, Paula Angélica; CHIES, Cláudia. **A Importância do Pronaf na Permanência do Agricultor Familiar no Campo**. UFU - Universidade Federal de Uberlândia. XXII Encontro Nacional de Geografia Agrária - "Territórios em Disputa: Os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro. Uberlândia/MG. 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1395_1.pdf. Acesso em: 14 dez. 2022.

MANTOVANI, Emanuele; AREOSA, Silvia Virgínia Coutinho. Gênero como perspectiva de análise no desenvolvimento regional. **Revista do Desenvolvimento Regional – Faccat**, Taquara/RS - v.19, n.2, abr./jun. 2022. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/2486>. Acesso em: 15 dez. 2022.

MARTINS, Sérgio Ricardo de Oliveira. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v.3, n.5, p.51 – 59, set. 2002. Disponível em: <https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/570>. Acesso em: 14 dez. 2022.

MELLO, Valérie de Campos. **Globalização e Desenvolvimento sustentável: o caso da Amazônia Brasileira**. Contexto internacional. Rio de Janeiro. Vol. 18. Nº 2, jul./dez 1996.

MENDES, Jefferson Marcel Gross. Dimensões da sustentabilidade. **Revista das Faculdades Santa Cruz**, v. 7, n. 2, julho/dezembro 2009. Acesso em: 10 abr. 2023. Disponível em: <https://unisantacruz.edu.br/v4/download/revista-academica/13/cap5.pdf>

MENDES, Judas Tadeu Grassi; PADILHA JUNIOR, João Batista. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo: Editora Pearson, 2017.

MIRANDA, Gileifran Andrade; SANTOS, Moacir José dos; CORNIELLO, Monica Franchi. **Bico do Papagaio: Território e Desenvolvimento Regional (1930-1990)**. Informe GEPPEC, Toledo, v. 27, n. 2, 2023. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/30861/22174>. Acesso em: 25 ago. 2023.

MOCELIN, Cassia Engres. **Pobreza rural e o programa Bolsa Família: o caso dos beneficiários da comunidade de São João do Barro Preto – Júlio De Castilhos/Rs**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), 2011. Disponível em:

<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/8873/MOCELIN%2c%20CASSIA%20ENGRES.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 jan. 2023.

MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável**: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. 3ª Ed. Florianópolis: UFSC, 2008. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/81183/137926.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21

MORAES, Jorge Luiz Amaral; SCHWAB, Patrícia Ines. O papel do cooperativismo no fortalecimento da agricultura familiar. **Revista do CEPE**. Santa Cruz do Sul, n. 49, p. 67-79, jan. /jun. 2019. Disponível em:

<https://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/view/13679>. Acesso em: 11 fev. 2023.

MORAES, Murilo Diodonet de; OLIVEIRA, Nilton Aparecido Marques. Produção orgânica e agricultura familiar: obstáculos e oportunidades. **Revista Desenvolvimento Socioeconômico em debate**, v. 3, n. 1. 2017. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/RDSD/article/view/3372>. Acesso em: 10 fev. 2023.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar. **Dicionário da Educação do Campo**. Org. Roseli Salete Caldart. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

NEVES, Mateus de Carvalho Reis; CASTRO, Lucas Siqueira de; FREITAS, Carlos Otávio de. O impacto das cooperativas na produção agropecuária brasileira: uma análise econométrica espacial. **Rev. Econ. Sociol. Rural**. 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/resr/a/VvX4KvF4jyLkrmJtqxnPCYc/?lang=pt>. Acesso em: 15 fev. 2023.

OLIVEIRA, Gilson Batista de; LIMA, José Edmilson de Souza Lima. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Revista da FAE**, v. 6, n. 2, 2017.

Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/462>. Acesso em: 30 set. 2022.

OLIVEIRA, Nilton Marques de. **Desenvolvimento regional e territorial do Tocantins**. Universidade Estadual do Tocantins: EDUFT, 2019. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/1295/1/Desenvolvimento%20regional%20do%20territ%C3%B3rio%20do%20estado%20do%20Tocantins%20-%20Nilton%20Marques.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

OLIVEIRA, Nilton Marques; PIFFER, Moacir; STRASSBURG, Udo. **O indicador de Desenvolvimento Regional no território do Tocantins**. Interações. Campo Grande, MS. v.20, n.1, p 3-20, jan/mar. 2019.

OLIVEIRA, Nilton Marques de; PIFFER, Moacir. Conjuntura do desenvolvimento regional dos municípios do estado do Tocantins. *Drd – Desenvolvimento Regional em Debate*, Canoinhas, v. 6, n. 3, p. 32-61, nov. 2016. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2583>. Acesso em: 12 dez. 2023.

OLIVEIRA, Thiago José Arruda; RODRIGUES, Waldecy. Planejamento espacial e o projeto de irrigação Manuel Alves na microrregião de Dianópolis (TO). *Revista Baru*. 2017. Goiânia, v. 3, n. 2, p. 173-190, jul. /Dez, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS - OCB. **Anuário COOP**. 2022. Disponível em: Acesso em: <https://anuario.coop.br/> 10 fev. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Nações Unidas Brasil. **Transformando Nosso Mundo: a agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 19 nov. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. UNESCO. **How to support local authorities to implement human rights**. 2023. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/articles/how-support-local-authorities-implement-human-rights> Acesso em 10 jan. 2023.

PACTO GLOBAL. **OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS): entenda melhor os ODS**. 2023. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/ods> Acesso em: 01 jan. 2023.

PLETSCH, Lisiane Magali Matthes; CASALI, Marisandra da Silva; BAGGIO, Daniel Knebel; TURCATO, Jessica Casali **Desenvolvimento sustentável na suinocultura e bovinocultura: a experiência das propriedades do município de Três Passos-RS**. Informe, v. 20, n. 1, p. 1-14, 2019. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/18759>. Acesso em:

REGO, Natasha Almeida de Moraes; ROCHA, Tereza Amelia Lopes Cizenando Guedes; REIS, Leci Martins Menezes. **Avaliação da sustentabilidade do município de Ipanguaçu-RN sob a ótica do Índice de Desenvolvimento Sustentável Municipal (IDSM)**. Colóquio do Desenvolvimento, v. 9, n. 1, p. 1-16, 2017. Disponível em: <http://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/716>. Acesso em:

RIBEIRO, Priscilla Bortolotto. **Planejamento estratégico na gestão pública municipal**. Curitiba: Contentus, 2020.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, Maria Regina Teixeira da. **A Rede Sociotécnica do Babaçu no Bico do Papagaio – TO: dinâmicas da relação sociedade-natureza e estratégias de reprodução social agroextrativista**. 2011. 270p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal

do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/79117>. Acesso em: 09 abril 2023.

RODRIGUES, Katia Fabiane; LIMA, Jandir Ferrera de. Índice de desenvolvimento regional sustentável: uma análise das mesorregiões do Estado do Paraná no período de 2002 a 2008. **Revista Geografar**, v. 8, n. 2, p. 1-16, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/28983>. Acesso em: 11 maio, 2023.

RODRIGUES, Waldecy. Capital social e desenvolvimento regional no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, n.1, 2018. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/3466>. Acesso em: 02 out. 2022.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil entre troca mercantil e reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SALANEK FILHO, Pedro. **Capital social e cooperativismo agropecuário no processo de desenvolvimento sustentável local**: uma avaliação da região de atuação da cooperativa Copacol. Dissertação (Mestrado em Organização e Desenvolvimento) - FAE Business School, Curitiba, 2007. Disponível em: <https://www.fae.edu/galeria/getImage/108/1547141180403186.pdf>. Acesso em: 25 maio 2023.

SANTOS, Cristiane Soares dos. **Apicultura uma alternativa na busca do desenvolvimento sustentável**. Dialnet, 2009. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7474803.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2023.

SANTOS, Diego Carneiro; DALBIANCO, Vinicius Piccin. **Agricultura Familiar seu Desenvolvimento Através das Políticas Públicas**. Anais Do 9º Salão Internacional De Ensino, Pesquisa E Extensão - SIEPE - Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 21 a 23 de novembro de 2017. Disponível em: https://guri.unipampa.edu.br/uploads/evt/arq_trabalhos/14850/seer_14850.pdf. Acesso em: 02 mai. 2023.

SANTOS, Renata Lima. **Desenvolvimento Local Sustentável**: caracterização do APL de artesanato de linha do município de Tobias Barreto. Dissertação Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2007. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/4333>. Acesso em: 12 jan. 2023.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 6, n. 2, p. 222–227, 2012.

SEAGRO. **Secretaria da Agricultura, Pecuária e Aquicultura do Tocantins**. 2023. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seagro/noticias/producao-sustentavel-e->

tecnificacao-impulsionam-o-desenvolvimento-do-setor-agropecuário-tocantinense/3frehb1vkb88. Acessado em: 03 mai. 2023.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEPLAN. Secretaria do Planejamento e Orçamento. Governo do Estado do Tocantins. **O perfil do Agronegócio Tocantinense**. Relatório Final. 2017. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/348373/>. Acesso em: 14 mar. 2023.

SILVA, Josivaldo Alves da; BERNIERI, Celenita Agualberto. Os reflexos da Agricultura de larga escala nas comunidades tradicionais quilombolas: um estudo de caso na Comunidade Lajeado, Município Dianópolis, Tocantins. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 215, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/46168/751375139697>. Acesso em: 21 mar. 2023.

SILVA, Marcos; AQUINO, Evelin Larissa Rombi de; MACHADO, Leandro Bonadio; BERNARDO, Cristine Hengler Corrêa. **A extensão rural com foco nos objetivos do desenvolvimento sustentável**: uma análise mundial e local. *Research, Society and Development*, v.9, n.9, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i12.10751>. Acesso em: 23 maio 2023.

SIM. Serviço de Inspeção Municipal. **Manual de Orientações Sobre Constituição de Serviço de Inspeção Municipal**. Brasília, 2013. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/37/MANUAL%20-%20SIM%20-%20Servico%20de%20Inspecao%20Municipal.pdf>. Acesso em: 22 maio, 2023.

SOARES, Mariah; DEUS, Elmiro de. **Produção sustentável e tecnificação impulsionaram o desenvolvimento do setor agropecuário tocantinense**. Governo do Tocantins. Secretaria da Agricultura e Pecuária, 2021. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seagro/noticias/producao-sustentavel-e-tecnificacao-impulsionam-o-desenvolvimento-do-setor-agropecuário-tocantinense/3frehb1vkb88>. Acesso em: 26 mai. 2023.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. AATR: Salvador, v. 200, 2002. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

TEIXEIRA, Wilson Antonio. **O processo de desenvolvimento geoeconômico do complexo agroindustrial cooperativista na mesorregião Norte Central Paranaense**. Tese (doutorado). - UNESP, Faculdade de Ciências Tecnologia, Presidente Prudente, 2002.

TOCANTINS RURAL. **Agricultura no Tocantins cresce mais 79% nos últimos 13 anos**. Tocantins Rural Notícias, 2022. Disponível em: <https://tocantinsrural.com.br/noticia/agricultura-no-tocantins-cresce-mais-79-nos-ultimos-13-anos->. Acesso em: 20 mai. 2023.

TOCANTINS, Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins. **Carta de Serviços ao Usuário**, 2023. Disponível em: <https://www.to.gov.br/ruraltins/carta-de-servicos-ao-usuario/463bw7am6m58> Acesso em: 16 jan. 2023.

TOCANTINS. Governo do estado do Tocantins. **Perfil Socioeconômico dos Municípios**, 2017. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/348429/>. Acesso em: 12 jan. 2023.

TOCANTINS. Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins. **Carta de Serviços ao Usuário**, 2019. Disponível em: <https://central.to.gov.br/download/82754>. Acesso em: 10 jul 2023.

TOCANTINS. Secretaria da Agricultura e Pecuária. **Agricultura**. 2023. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seagro/agricultura/4i8bn98apzb6#:~:text=O%20Estado%20%C3%A9%20terceiro%20maior,soja%20para%20todo%20territ%C3%B3rio%20nacional> . Acesso em: 15 maio 2023.

TURRA, Salatiel; LIMA, Ana Carolina da Cruz. Desenvolvimento Sustentável das Microrregiões do Estado do Paraná: uma análise pelo método *Dashboard of Sustainability*. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 3, p. 1-22, 2018. Disponível em: <https://www.rbgdr.com.br/revista/index.php/rbgdr/article/view/4093>. Acesso em: 14 maio 2023.

UDRY, Maria Consolacion; ARAUJO, Marlene de. **Agroecologia e desenvolvimento sustentável**. Embrapa Informação Tecnológica, 2012. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/930834/agroecologia-e-desenvolvimento-sustentavel> Acesso em: 10 jan. 2023.

VARANDA, Marco Antonio Ferreira. **Influência do boro via aplicação foliar em soja na várzea irrigada no Tocantins**. Dissertação (Mestrado em Produção Vegetal) Programa de Pós-Graduação em Produção Vegetal. Universidade Federal do Tocantins (UFT), Gurupi/TO. 2017. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/588>. Acesso em: 12 abril 2023.

VEIGA, Daniela Andrade Monteiro; MATTA, Jana Maruska Buuda da; VEIGA, Artur José Pires. **Análise Sobre as Definições Territoriais de Cidade, Município e Metrôpole na Diversidade do Território Brasileiro**. Geopauta, v. 1, n. 3, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5743/574363603004/html/>. Acesso em: 14 nov. 2022.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projeto e relatórios de pesquisa em administração**, Editora Atlas, São Paulo (2010).

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José dos. **As ferramentas quantitativas e qualitativas na análise histórica do desenvolvimento regional: o Vale do Paraíba de 1970-2000**. Diálogos, Maringá, v. 17, n. 1, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/36044>. Acesso em: 30 set. 2022.

VIEIRA, Edson Trajano. Agropecuária familiar e cadeias produtivas sustentáveis. **Desenvolvimento Rural: desafios do planejamento econômico e ambiental**. Instituto de Pesquisa, Administração e Planejamento – IPPLAN. Editora Cubo, São Carlos, 2014.

WILKINSON, John. **Transformações e perspectivas dos agronegócios brasileiros**. R. Bras. Zootec., v.39, p.26-34, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

FORMULÁRIO PESQUISA	
1) ID: *Começar em 01 - A, 02 - A....	2) Idade:
3) Estado Civil: <input type="checkbox"/> Solteiro (a) <input type="checkbox"/> Casado (a) / mora com um (a) companheiro (a) <input type="checkbox"/> Separado (a) / divorciado (a) / desquitado (a) <input type="checkbox"/> Viúvo (a) <input type="checkbox"/> União estável <input type="checkbox"/> Prefiro não responder.	
4) Cor <input type="checkbox"/> Branco (a) <input type="checkbox"/> Pardo (a) <input type="checkbox"/> Preto (a) <input type="checkbox"/> Amarelo (a) <input type="checkbox"/> Prefiro não responder.	
5) Gênero <input type="checkbox"/> feminino <input type="checkbox"/> masculino <input type="checkbox"/> mulher transexual/transgênero <input type="checkbox"/> homem transexual/transgênero <input type="checkbox"/> travesti <input type="checkbox"/> não binário <input type="checkbox"/> gênero fluído <input type="checkbox"/> outros _____ <input type="checkbox"/> Prefiro não responder.	
6) Onde reside: <input type="checkbox"/> Somente na Zona Rural <input type="checkbox"/> Somente na Zona urbana <input type="checkbox"/> Zona urbana e rural <input type="checkbox"/> Prefiro não responder.	
7) A propriedade rural é: <input type="checkbox"/> própria <input type="checkbox"/> arrendamento <input type="checkbox"/> outro: _____ <input type="checkbox"/> Prefiro não responder.	
8) Qual o tamanho da propriedade: <input type="checkbox"/> Minifúndio (Menos de um ha) <input type="checkbox"/> Pequena propriedade (até 04 módulos fiscais) <input type="checkbox"/> Média propriedade (04 a 15 módulos fiscais) <input type="checkbox"/> Prefiro não responder.	
9) É membro de grupo com pertencimento étnico cultural de povos e comunidades tradicionais? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Indígena <input type="checkbox"/> Quilombola Outros– especifique: _____ <input type="checkbox"/> Não	
10) Qual a renda mensal total da sua família? <input type="checkbox"/> 1 a 2 salários mínimos <input type="checkbox"/> 2 a 3 salários mínimos <input type="checkbox"/> 3 a 4 salários mínimos <input type="checkbox"/> Acima de 4 salários mínimos	
11) Qual o número de pessoas que vivem da renda mensal familiar: (incluindo você) <input type="checkbox"/> Uma <input type="checkbox"/> Duas <input type="checkbox"/> Três <input type="checkbox"/> Quatro <input type="checkbox"/> Cinco <input type="checkbox"/> Outro _____ <input type="checkbox"/> Prefiro não responder.	
12) A família é beneficiária em algum dos programas sociais do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único / CadÚnico): <input type="checkbox"/> Programa Bolsa Família <input type="checkbox"/> Tarifa Social de Energia Elétrica <input type="checkbox"/> Programa Minha Casa Minha Vida	

<input type="checkbox"/> Benefício de Prestação Continuada – BPC/LOAS <input type="checkbox"/> Bolsa Estiagem <input type="checkbox"/> Outros, especificar _____ <input type="checkbox"/> Prefiro não responder.
13) Qual a atividade agrícola principal da propriedade? <input type="checkbox"/> Plantio de cultura: _____ <input type="checkbox"/> Pasto: _____ <input type="checkbox"/> Reflorestamento: _____ <input type="checkbox"/> Outra: _____ <input type="checkbox"/> Prefiro não responder.
14) Participante de algum programa de apoio a agricultura? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim, Qual: _____ <input type="checkbox"/> Prefiro não responder.
15) Utiliza mão de obra de terceiros? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim, Quantos: _____ Qual período? _____ Se sim, é registrado <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Se não qual a relação? <input type="checkbox"/> Meeiro <input type="checkbox"/> Diarista <input type="checkbox"/> Arrendatário <input type="checkbox"/> Outro: _____ <input type="checkbox"/> Prefiro não responder.
16) Já teve acesso a algum financiamento de instituição financeira particular? <input type="checkbox"/> Empréstimo <input type="checkbox"/> Financiamento <input type="checkbox"/> Outro: _____ <input type="checkbox"/> Prefiro não responder.
17) Qual frequência de estada na zona urbana: <input type="checkbox"/> Diariamente <input type="checkbox"/> quinzenalmente <input type="checkbox"/> Mensalmente Por qual motivo: _____ <input type="checkbox"/> Prefiro não responder.
18) O que produz? <input type="checkbox"/> Mandioca <input type="checkbox"/> Milho <input type="checkbox"/> Arroz <input type="checkbox"/> Frutas <input type="checkbox"/> Hortaliças <input type="checkbox"/> Outros: _____ <input type="checkbox"/> Prefiro não responder.
19) Possui animais na propriedade? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Prefiro não responder.
20) Se sim, quais ? <input type="checkbox"/> Gado de corte <input type="checkbox"/> Gado leiteiro <input type="checkbox"/> Galinha <input type="checkbox"/> Piscicultura <input type="checkbox"/> Prefiro não responder.
21) Os produtos da propriedade, são destinados a: <input type="checkbox"/> Venda direta ao consumidor – entrega em domicílio <input type="checkbox"/> Consumo familiar <input type="checkbox"/> Prefeitura – Programa alimentação escolar <input type="checkbox"/> Feira livre <input type="checkbox"/> Outros: _____ <input type="checkbox"/> Prefiro não responder.
21.1) Se sim, esses produtos recebem algum tipo de selo municipal de inspeção?

<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Prefiro não responder.
22) Realiza alguma troca de produtos com vizinhos de propriedade? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Prefiro não responder.
23) Aplica algum tipo de processo ou processamento que agrega valor ao produto? <input type="checkbox"/> Sim, qual: _____ <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Prefiro não responder.
24) De qual área vem maior parte do sustento familiar? <input type="checkbox"/> da atividade rural, qual: _____ Outra: _____ _____ <input type="checkbox"/> Prefiro não responder.
25) Participa de alguma associação ou cooperativa? <input type="checkbox"/> Sim, qual? _____ <input type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Prefiro não responder.
26) Possui meios de locomoção próprio e / ou apoio na atividade da propriedade? <input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Carro passeio. _____ <input type="checkbox"/> Caminhonete. _____ <input type="checkbox"/> Outro: _____ <input type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Prefiro não responder.
A percepção de pequenos agricultores sobre o seu impacto na economia local e desenvolvimento regional e sustentável
27) Na condição de agricultor familiar, qual o nível de estímulo para exercer a atividade? sendo 01 sem estímulos e 05 totalmente estimulado. <input type="checkbox"/> 01 <input type="checkbox"/> 02 <input type="checkbox"/> 03 <input type="checkbox"/> 04 <input type="checkbox"/> 05 <input type="checkbox"/> Prefiro não responder.
28) Quais as dificuldades encontradas na atividade rural na região? <input type="checkbox"/> Estradas em má conservação <input type="checkbox"/> Falta de recursos próprios <input type="checkbox"/> Políticas públicas <input type="checkbox"/> Preço de venda da produção <input type="checkbox"/> Custo elevado de produção e escoamento <input type="checkbox"/> Outros: _____ <input type="checkbox"/> Prefiro não responder.
29) Quais dessas práticas são realizadas na propriedade para a proteção do meio ambiente? <input type="checkbox"/> Coleta seletiva de lixo sólido <input type="checkbox"/> Descarte correto de embalagens de agrotóxicos e pesticidas <input type="checkbox"/> Disposição de local correto para armazenagem de agrotóxicos e pesticidas <input type="checkbox"/> Boas práticas do uso de combustíveis e óleos <input type="checkbox"/> descarte correto de óleo queimado <input type="checkbox"/> Práticas voltadas para a Agroecologia e preservação ambiental como a recuperação de pastagens <input type="checkbox"/> preservação de rios e nascentes <input type="checkbox"/> possui fossa na propriedade <input type="checkbox"/> Controla de queimadas- Construção de aceiros e práticas para evitar descontrole de fogo

<input type="checkbox"/> adubação verde/ adubação orgânica / calagem <input type="checkbox"/> Outras: _____ <input type="checkbox"/> Prefiro não responder.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS GESTORES

Formulário de Pesquisa Composição de renda familiar	
1.ID: *Começar em 01 - B, 02 - B...	2.Função:
3.Idade:	4.Enquadramento funcional: <input type="checkbox"/> Comissionado <input type="checkbox"/> Concursado
5.Formação Acadêmica: <input type="checkbox"/> Técnico: _____ <input type="checkbox"/> Bacharel: _____ <input type="checkbox"/> Pós-Graduado / Especialização: _____ <input type="checkbox"/> Mestrado: _____ <input type="checkbox"/> Doutorado: _____ <input type="checkbox"/> Prefiro não responder.	
6.Defina a importância econômica que o setor agropecuário tem para o município? sendo 01 sem importância e 05 muito importante. <input type="checkbox"/> 01 <input type="checkbox"/> 02 <input type="checkbox"/> 03 <input type="checkbox"/> 04 <input type="checkbox"/> 05 <input type="checkbox"/> Prefiro não responder.	
7.Defina a importância econômica que os pequenos produtores tem para o município? sendo 01 sem importância e 05 muito importante. <input type="checkbox"/> 01 <input type="checkbox"/> 02 <input type="checkbox"/> 03 <input type="checkbox"/> 04 <input type="checkbox"/> 05 <input type="checkbox"/> Prefiro não responder.	
8.Aponte o impacto da atividade agropecuária na arrecadação municipal - sendo 01 sem importância e 05 muito importante. <input type="checkbox"/> 01 <input type="checkbox"/> 02 <input type="checkbox"/> 03 <input type="checkbox"/> 04 <input type="checkbox"/> 05 <input type="checkbox"/> Prefiro não responder.	
9.Aponte o impacto da atividade dos pequenos agricultores na arrecadação municipal - sendo 01 sem importância e 05 muito importante. <input type="checkbox"/> 01 <input type="checkbox"/> 02 <input type="checkbox"/> 03 <input type="checkbox"/> 04 <input type="checkbox"/> 05 <input type="checkbox"/> Prefiro não responder.	
9.O que o poder público do município oferece para fomentar a agricultura de base familiar? <input type="checkbox"/> Políticas públicas. – <input type="checkbox"/> iniciativa do município – <input type="checkbox"/> do estado – <input type="checkbox"/> Federal. Qual(is): _____ _____ <input type="checkbox"/> Parceria com instituições financeiras – Qual(is): _____ <input type="checkbox"/> Prefiro não responder.	
10. Qual(is) outra(s) atividade(s) são consideradas pelo poder público municipal como inovação e complemento das atividades rurais tradicionalmente exercidas? <input type="checkbox"/> Turismo <input type="checkbox"/> Agricultura orgânica. <input type="checkbox"/> Fruticultura <input type="checkbox"/> Piscicultura	

<p>() Outras: _____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>() Prefiro não responder.</p>
<p>11. Quais as maiores barreiras locais ao processo de desenvolvimento no setor rural?</p> <p>() Estradas em má conservação</p> <p>() Falta de recursos próprios</p> <p>() Políticas públicas</p> <p>() Preço de venda da produção</p> <p>() Custo elevado de produção e escoamento</p> <p>() Outros: _____</p> <p>() Prefiro não responder.</p>
<p>12. Existe no município a oferta periódica de capacitação continuada pelo órgão que representa?</p> <p>() Sim, quais: _____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>() Não.</p> <p>() Prefiro não responder.</p>
<p>13. Existe alguma agenda local que estabelece planejamentos específicos para o agricultor familiar e as pequenas propriedades rurais do município?</p> <p>() Sim, qual(is): _____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>() Não.</p> <p>() Prefiro não responder.</p>
<p>14. Existe o incentivo a produção sustentável no município?</p> <p>() Sim, qual(is): _____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>() Não.</p> <p>() Prefiro não responder.</p>
<p>15. O Planejamento voltado para os pequenos produtores é realizado de maneira participativa, quais os setores envolvidos nesse planejamento?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
<p>16. O município promove incentivo aos pequenos agricultores a participação em feiras de agronegócios fora do município e/ou promove algum encontro local?</p> <p>() Sim, no município qual(is): _____</p> <p>_____</p> <p>() Sim, fora do município – () no estado () em outros estados</p> <p>() Não.</p> <p>() Prefiro não responder.</p>

<p>17. O órgão que representa possui algum controle sobre as atividades rurais e característica das propriedades?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim. (Vide item 17.1)</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p> <p><input type="checkbox"/> Prefiro não responder.</p>
<p>17.1 Se sim:</p> <p>Área territorial atendida: _____</p> <p>Quantidade de propriedades cadastradas: _____</p> <p>Tamanho das propriedades: _____</p>
<p>18. São realizadas visitas de orientação e manutenção de serviços para esses pequenos produtores no municípios?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim. Por qual órgão/entidade: _____</p> <p>Qual a frequência dessas visitas: _____</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p> <p><input type="checkbox"/> Prefiro não responder.</p>

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa **“AGROPECUÁRIA COMO UM INDICADOR PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL: um estudo em pequenas propriedades rurais do município de Dianópolis/TO”**, sob a responsabilidade do pesquisador **Liziane Fátima Prichoa De Marchi**. Nesta pesquisa pretendemos fazer diagnóstico sobre a existência de estratégias agrícolas e pecuárias viáveis que promovam o desenvolvimento sustentável local por meio de **questionário e entrevista**.

Há benefícios e riscos decorrentes de sua participação na pesquisa. Os benefícios consistem em trazer para o município e região dados e informações que possam promover o desenvolvimento sustentável local diante das políticas públicas ambientais e agropecuárias do município de Dianópolis/TO e os riscos. Consideram-se riscos ao participante o seu aborrecimento; cansaço, expressos na forma de desconforto; possibilidade de constrangimento ao responder o instrumento de coleta de dados; medo de não saber responder ou de ser identificado; estresse; quebra de sigilo; cansaço ou vergonha ao responder às perguntas como se aborrecer ou se cansar. Pessoas analfabetas podem também não conseguir ou não se sentirem à vontade em responder as perguntas do questionário, ou acharem que são confusas, mesmo assim, caso o produtor ou gestor não consiga ler a pesquisa. Será garantido o sigilo em relação as suas respostas, tidas como confidenciais, e utilizadas apenas para trabalho científico; O questionário será aplicado somente em ambiente que proporcione privacidade para a coleta dos dados, será priorizada a abordagem humanizada; O formulário não possui nenhum campo que solicite nome ou identificação; assegura-se a confidencialidade e privacidade e proteção da sua imagem; caso o (a) Sr. (a) desista de participar o seu questionário não será considerado para análise, sendo a sua escolha em parar ou continuar a qualquer momento; em caso de analfabetismo ou dificuldade na leitura será ofertado pela pesquisadora a possibilidade de se fazer a entrevista por telefone ou oralmente; garante-se com a pesquisa que o entrevistado possa interromper a qualquer momento. Além disso, caso os riscos se mantenham, ou causarem transtornos de ordem psíquica o participante será encaminhado para atendimento na rede pública. Caso haja algum dano ao participante será garantido aos mesmos procedimentos que visem à reparação e o direito a buscar indenização.

Para participar deste estudo o Sr. (a) não terá nenhum custo e há garantia de ressarcimento e sobre como serão cobertas as despesas tidas pelos participantes da pesquisa e seus acompanhantes decorrentes do seu envolvimento com a pesquisa nem receberá qualquer vantagem financeira. O Sr. (a) receberá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para recusar-se a participar e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O (A) Sr. (a) não será identificado em nenhuma fase da pesquisa e nem em publicação que possa resultar. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor (a). Para qualquer outra informação o (a) Sr. (a) poderá entrar em contato com o pesquisador por telefone **+55 63 98111-4126 (podendo ser a cobrar)**, e-mail **liziane.prichoa@gmail.com** ou **moacir.jsantos@unitau.br**.^[1] Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, o (a) Sr. (a) poderá consultar o Comitê

de Ética em Pesquisa – CEP/UNITAU na Rua Visconde do Rio Branco, 210 – centro – Taubaté, telefone (12) 3622-4005, e-mail: cep.unitau@unitau.br

O pesquisador responsável declara que a pesquisa segue a Resolução CNS 510/16

NOME DO PESQUISADOR (deverá ser assinado pelo pesquisador responsável)

ANEXOS

ANEXO A

Folha de Rosto – Comitê de Ética



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: A AGROPECUÁRIA COMO UM INDICADOR PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL: um estudo em pequenas propriedades rurais do município de Dianópolis/TO			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 53			
3. Área Temática			
Área do Conhecimento Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicadas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: LIZIANE FATIMA PRICHOA DE MARCHI			
6. CPF: 973.867.230-91		7. Endereço (Rua, n.º): Rua Benedito Póvoa nº 359 Centro DIANOPOLIS TOCANTINS 77300000	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: 63981114126	10. Outro Telefone:	11. Email: liziane.prichoa@gmail.com
<p>Termo de Compromisso: Dedaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p> <p>Data: ____/____/____</p> <p style="text-align: center;"><u>Liziane F. P. De Marchi</u></p> <p style="text-align: right;">“ Assinatura</p>			
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: Universidade de Taubaté		13. CNPJ.	
15. Telefone: (12) 3632-2277		14. Unidade/Ór@o: Empresa de Pesquisa, Tecnologia e Serviços	
16. Outro Telefone:			

Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.

Responsável: Eôson Trajano Vieira

CPF: 465.472.311-00 Cargo/Função:

Coordenador do Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional

Documento assinado digitalmente

g cb

EDSON TRAJANO VIEIRA
Data: 03/2023 23:03:00
=Tif ue eua lxt só*vezificado
.ili.br

Assinatura

PATROCINADOR PRINCIPAL

Não se aplica.

ANEXO B

Aprovação do Comitê de Ética

- DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA																																																
<p>Título da Pesquisa: A AGROPECUÁRIA COMO UM INDICADOR PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL: um estudo em pequenas propriedades rurais do município de Dianópolis/TO</p> <p>Pesquisador Responsável: LIZIANE FATIMA PRICHOA DE MARCHI</p> <p>Área Temática:</p> <p>Versão: 2</p> <p>CAAE: 67660023.9.0000.5501</p> <p>Submetido em: 26/03/2023</p> <p>Instituição Proponente: Empresa de Pesquisa, Tecnologia e Serviços</p> <p>Situação da Versão do Projeto: Aprovado</p> <p>Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável</p> <p>Patrocinador Principal: Financiamento Próprio</p>																																																
																																																
		Comprovante de Recepção:  PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_2096636																																														
+ DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA																																																
+ LISTA DE CENTROS PARTICIPANTES E COPARTICIPANTES																																																
+ HISTÓRICO DE TRÂMITES																																																
<p>LEGENDA:</p> <p>(*) Apreciação</p> <table border="1"> <tbody> <tr> <td>PO = Projeto Original de Centro Coordenador</td> <td>POp = Projeto Original de Centro Participante</td> <td>POc = Projeto Original de Centro Coparticipante</td> </tr> <tr> <td>E = Emenda de Centro Coordenador</td> <td>Ep = Emenda de Centro Participante</td> <td>Ec = Emenda de Centro Coparticipante</td> </tr> <tr> <td>N = Notificação de Centro Coordenador</td> <td>Np = Notificação de Centro Participante</td> <td>Nc = Notificação de Centro Coparticipante</td> </tr> </tbody> </table> <p>(*) Tipo</p> <p>P = Projeto de Centro Coordenador Pp = Projeto de Centro Participante Pc = Projeto de Centro Coparticipante</p> <p>(*) Formação do CAAE</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Ano de submissão do Projeto</th> <th colspan="3">Tipo do centro</th> <th colspan="4">Código do Comitê que está analisando o projeto</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>n</td><td>n</td><td>a</td><td>a</td><td>.</td><td>d</td><td>v</td><td>.</td><td>t</td><td>x</td><td>x</td><td>x</td><td>.</td><td>l</td><td>l</td><td>l</td><td>l</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Sequencial para todos os Projetos submetidos para apreciação</td> <td colspan="2">Digito verificador</td> <td colspan="3">Sequencial, quando estudo possui Centro(s) Participante(s) e/ou Coparticipante(s)</td> <td colspan="4"></td> </tr> </tbody> </table>			PO = Projeto Original de Centro Coordenador	POp = Projeto Original de Centro Participante	POc = Projeto Original de Centro Coparticipante	E = Emenda de Centro Coordenador	Ep = Emenda de Centro Participante	Ec = Emenda de Centro Coparticipante	N = Notificação de Centro Coordenador	Np = Notificação de Centro Participante	Nc = Notificação de Centro Coparticipante	Ano de submissão do Projeto		Tipo do centro			Código do Comitê que está analisando o projeto				n	n	a	a	.	d	v	.	t	x	x	x	.	l	l	l	l	Sequencial para todos os Projetos submetidos para apreciação		Digito verificador		Sequencial, quando estudo possui Centro(s) Participante(s) e/ou Coparticipante(s)						
PO = Projeto Original de Centro Coordenador	POp = Projeto Original de Centro Participante	POc = Projeto Original de Centro Coparticipante																																														
E = Emenda de Centro Coordenador	Ep = Emenda de Centro Participante	Ec = Emenda de Centro Coparticipante																																														
N = Notificação de Centro Coordenador	Np = Notificação de Centro Participante	Nc = Notificação de Centro Coparticipante																																														
Ano de submissão do Projeto		Tipo do centro			Código do Comitê que está analisando o projeto																																											
n	n	a	a	.	d	v	.	t	x	x	x	.	l	l	l	l																																
Sequencial para todos os Projetos submetidos para apreciação		Digito verificador		Sequencial, quando estudo possui Centro(s) Participante(s) e/ou Coparticipante(s)																																												